

GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR EM DEBATE

produção de pesquisas no contexto de
desafios da educação brasileira

Ana Patrícia Sá Martins
Ana Lúcia Cunha Duarte
Kallyne Kafuri Alves
(Orgs.)



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PPGE

Mestrado Profissional
em Educação



© copyright 2022 by UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA UEMA.

Gestão Educacional e Escolar: produção de pesquisas no contexto de desafios da educação brasileira

EDITOR RESPONSÁVEL
Jeanne Ferreira Sousa da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho • Ana Lucia Abreu Silva
Ana Lúcia Cunha Duarte • Cynthia Carvalho Martins
Eduardo Aurélio Barros Aguiar • Emanuel Cesar Pires de Assis
Emanuel Gomes de Moura • Fabíola Hesketh de Oliveira
Helciane de Fátima Abreu Araújo • Helidacy Maria Muniz Corrêa
Jackson Ronie Sá da Silva • José Roberto Pereira de Sousa
José Sampaio de Mattos Jr • Luiz Carlos Araújo dos Santos
Marcelo Cheche Galves • Marcos Aurélio Saquet
Maria Medianeira de Souza • Maria Claudene Barros
Rosa Elizabeth Acevedo Marin • Wilma Peres Costa

Diagramação: Paul Philippe

DUARTE, Ana Lúcia Cunha. ALVES, Kallyne Kafuri (orgs.). Gestão Educacional e Escolar: produção de pesquisas no contexto de desafios da educação brasileira. UEMA. Editora UEMA 2022. 188 p.

ISBN: 978-65-89821-73-1

1. Educação. 2. Política. 3. Gestão. I. Martins, Ana Patrícia Sá, Duarte, Ana Lúcia Cunha. Alves, Kallyne Kafuri.

II. Título

CDU: 37.014.5(81)

O conteúdo dos capítulos é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a posição oficial dos organizadores e nem do Conselho Editorial da Editora UEMA.

EDITORA UEMA
Cidade Universitária Paulo VI - CP 09 Tirirical - CEP - 65055-970 São Luís - MA
www.editorauema.uema.br - editora@uema.br



Dedicamos este e-book a todas as pessoas que têm colaborado para fortalecer a produção de pesquisas em educação. Estudantes, professores, instituições de educação e universidade. Em meio a retrocessos, desenvolver pesquisas, especialmente na educação, também é uma forma de resistência!

AGRADECIMENTO AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Agradecemos ao Governo do Estado do Maranhão, por meio da Universidade Estadual do Maranhão, especialmente o Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Profissional, por possibilitar a divulgação das pesquisas realizadas por mestrandos, seus orientadores e as instituições parceiras. Agradecemos ainda a todas as instituições de educação básica, que permitem e possibilitam o desenvolvimento de pesquisas junto ao corpo escolar. A obra expressa contribuições à educação brasileira, que focaliza, neste volume, pesquisas voltadas à gestão educacional e escolar no contexto da região brasileira em relação aos desafios da educação nacional.

APRESENTAÇÃO

O livro “Gestão Educacional e Escolar em debate: produção de pesquisas no contexto de desafios da educação brasileira” está dividido em duas partes e decorre de um esforço coletivo de pesquisadores no âmbito da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em especial, daqueles alunos e professores vinculados ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) que ajudam a fomentar pesquisas no âmbito do estado do Maranhão.

Os cinco primeiros textos estão agrupados no sub tema “Pesquisas sobre o perfil e o papel de gestores como possibilidades de exercer a gestão escolar” se debruçam em verificar questões sobre o Projeto político-pedagógico enquanto instrumento de democratização das relações escolares, a relação entre afetividade e gestão, questões étnico-raciais e as avaliações em larga escala que interferem diretamente na organização escolar.

Por sua vez o sub tema “Pesquisas sobre gestão educacional e escolar na perspectiva democrática” reúne quatorze textos diversos que debatem entre algumas questões o uso de tecnologias, implicações do IDEB no contexto escolar, o Conselho Escolar como instrumento de democratização e a pesquisa no ensino médio como fator para ingresso no ensino superior.

O conjunto das análises permite desvelar como a gestão escolar, entendida aqui na perspectiva do professor Vitor Henrique Paro como mediação que auxilia na formação de sujeitos é ainda pedra angular para as deliberações escolares, mesmo não sendo a questão principal que define mérito de uma instituição, todo o conjunto escolar perpassa de alguma forma pela gestão que deve primar sempre pela democratização das relações humanas com ativa interação de seus partícipes.

Desejo uma boa leitura a todos.

São Luís, 23 de março de 2022.

Profª. Dra. Albiane Oliveira Gomes

Professora da UEMA Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Planejamento e Qualidade da Educação Básica (GPQe)

PREFÁCIO

O “III Seminário do Programa de Pós-graduação em Educação e III Colóquio do Grupo de Estudos em Gestão e Avaliação da Educação” foi realizado no período de 13 a 15 de dezembro de 2021. O evento teve como tema “A produção de pesquisas em Gestão Educacional, Escolar e Formação de Professores”, que intitula a reunião e organização dos produtos materializados nestes dois e-book que temos a honra em prefaciar. Esta tarefa se constitui uma imensa alegria, pela oportunidade de publicizar as produções decorrentes do evento. Neste propósito, prefaciar o conjunto de produções, de autoria de discentes e docentes, nos remete a rememorar a trajetória de três anos do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE-UEMA).

Trajatória composta por intensos momentos, haja vista o início da vida, os primeiros passos e as aprendizagens decorrentes dos três anos de trajetória. Destacamos a iniciativa de constituição do programa, as tarefas emergentes da coordenação, a parceria entre membros da secretaria, os laços entre docentes e discentes, a busca por fomento e pelo cumprimento de prazos. Todas estas entradas registram um caráter formativo, que demonstra a energia empreendida em busca de sonhos e compromissos realizados.

Este compromisso reflete nossos objetivos de desenvolver a pós-graduação com excelência e reconhecimento social. No qual, incluímos a alegria de publicizar as produções do evento a satisfação em registrar e agradecer aos(às) 285 inscritos(as) em nosso terceiro edital de seleção para a nossa terceira turma de Mestrado em Educação. Por isso, reunir nestes e-books, os produtos derivados das pesquisas da segunda e terceira turma é, sem dúvidas, um marco em nossa história que se abre a outras/novas histórias.

Os resumos que compõe os *e-books*, demonstram objetivos e perspectivas diversas que tem composto as duas linhas do PPGE-UEMA, a saber: “Linha de Formação de Professores e Práticas Educativas e Linha

Gestão Educacional e Escolar”. Organizados de acordo com as turmas de 2020 e 2021, cada um dos dois volumes expressam temas relevantes no campo da educação. Em cada um dos resumos, por sua vez, é possível obter informações sobre pesquisas em andamento, bem como conhecer iniciativas de realização de produtos técnico tecnológicos.

Os produtos técnico tecnológicos são um diferencial dos Programas de Pós-graduação profissional, pois reúnem proposições voltadas à intervenção na realidade. Em sua maioria, partem de problemáticas vivenciadas em escolas públicas do estado do Maranhão. Em seu conjunto, expressam as perspectivas de qualidade educacional a partir de pesquisas realizadas em articulação com escolas públicas. Por isso, tornam-se possibilidades de ampliar as discussões da pesquisa científica educacional, com estudos propositivos que miram estratégias e ações em diferentes territórios maranhenses.

Por isso, com vistas a organizar estas propostas, apresentamos no volume II, as produções da linha de pesquisa Gestão escolar e educacional, com temas ligados à elementos de fortalecimento da gestão e perspectiva democrática, avaliação, tecnologias na educação, relações étnico-raciais, desafios oriundos da pandemia e diferentes questões gestão educacional. No volume I, constam as produções decorrentes das pesquisas de estudantes da linha de pesquisa Formação de Professores e Práticas escolares, a qual reúne trabalhos ligados a diferentes temas, como formação continuada, ensino na pandemia, alfabetização, escolar, estudos culturais, corporeidade, afetividade, democratização da educação e desafios ligados à formação e práticas educativas.

Destacam-se nestas produções os referenciais teóricos ligados à compreensão do objeto da pesquisa, demonstrando o planejamento para as etapas em campo, geralmente mobilizados com a disciplina de Metodologias. Observamos ainda o esforço em mapear as legislações pertinentes ao tema de estudo, bem como apresentar as iniciativas de leitura do contexto social atinente à pesquisa. Dessa forma, observamos o fortalecimento da institucionalidade das pesquisas, com reconhecimento das problemáticas sociais presentes no cenário educacional, especialmente ligados à formação e práticas pedagógicas e à gestão educacional e escolar.

Nesse sentido, os dois *e-books* representam a busca por desenvolver, a partir de pesquisas, reflexões e propostas à educação brasileira. Com desafios vinculados à dados preliminares e resultados parciais de pesquisa ainda em fase de elaboração, podemos ainda contar com o olhar externo que qualifica as produções em andamento. Além disso, é possível considerar a ampliação dos debates realizados no interior da universidade, podendo angariar novos(as) interlocutores para o debate de questões necessárias à sociedade.

Contextualizadas com a articulação ao III Colóquio do GESTA, as publicações também são um convite à comunidade para conhecer o trabalho realizado no ambiente da pós-graduação, considerando os diferentes grupos e vinculações expressos nas notas de identificação dos(as) autores(as). A todas as pessoas que compõe a obra, saudamos pelo comprometimento e registramos nossa luta em prol de educação justa, digna e igualitária, reconhecida e referenciada socialmente. Por isso, cremos que esta publicização é uma relevante contribuição, que move e nos provoca a esperança de continuidade na produção de pesquisas que corroborem com o os propósitos de educação de qualidade.

Boa leitura!

As autoras e organizadoras do evento,
Profª. Dra. Ana Patrícia Sá Martins
Profª. Dra. Kallyne Kafuri Alves
Profª. Dra. Ana Lucia Cunha Duarte

SUMÁRIO

PESQUISAS SOBRE O PERFIL E O PAPEL DE GESTORES COMO POSSIBILIDADES DE EXERCER A GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO COLETIVO: possibilidades de formação em uma escola da rede pública estadual do Maranhão

*Ana Luiza dos Anjos Araújo Vale, Ana Lúcia Cunha Duarte e
Kallyne Kafuri Alves*

13

O LUGAR DO AFETO NA GESTÃO ESCOLAR: um estudo sobre a interface entre afetividade, aprendizagem e gestão

Ana Regina de Araújo Ferreira e Íris Maria Ribeiro Porto

22

O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA: implicações para a melhoria da qualidade da educação na rede pública municipal de ensino de São Luís

Carla Daniele Souza Chagas e Severino Vilar de Albuquerque

29

O SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS (SIMAE) E A UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS COM FOCO NAS AÇÕES PEDAGÓGICAS, NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 2017-2019

Dalmiran Colaço Silva e Albiane Oliveira Gomes

39

O (NÃO) LUGAR DO(A) NEGRO(A) E A EDUCAÇÃO ÉTNICO- RACIAL COMO PRÁTICA DA LIBERDADE: uma análise sobre os impactos da Lei n.º 10.639/2003, no espaço escolar em São Luís/MA

Daniel Bergue Pinheiro Conceição e Márcia Cristina Gomes

49

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: as distorções entre os discursos e as ações em uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental público fluminense

Dayane de Sousa Vasconcelos França e Maria Goretti Cavalcante de Carvalho

62

BIOPOLÍTICA EM OPERA(AÇÃO): governo dos corpos em discursos de docentes de Biologia

Fernando Vinícius Pereira de Almeida e Márcia Cristina Gomes

72

PESQUISAS SOBRE GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA

A GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS: possibilidades e desafios

Francisco Romário Cunha de Araújo e Sannyia Fernanda Nunes Rodrigues 80

A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE CODÓ- MA A PARTIR DO PNE (2014-2024)

Gardenia Salazar Rodrigues da Silva e Albiane Oliveira Gomes 89

COLABORAÇÃO INTERMUNICIPAL NO MARANHÃO: o caso do Ade Alto Turi e suas repercussões na qualidade do ensino

Hélia de Jesus Souza e Albiane Oliveira Gomes 100

PRÁTICAS PARTICIPATIVAS E EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: uma análise da atuação do Conselho Escolar no município de Capitão de Campos/PI

Jerffeson Miguel de Oliveira e Antonio Sousa Alves 108

A GESTÃO DOS RECURSOS DO PDDE EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PAÇO DO LUMIAR/MA: planejamento e realidade

Kelly Maria Elieuzza Alves Lima de Souza e Severino Vilar de Albuquerque 113

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO RICO DO MARANHÃO: elaboração, implementação e monitoramento

*Lígia do Socorro Souza Gonçalves e Ana Lucia Cunha Duarte e
Kallyne Kafuri Alves* 121

A INFLUÊNCIA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTABELECIMENTO DAS POLÍTICAS REGULATÓRIAS NO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL MARANHENSE

*Marcia Thais Soares Serra Pereira, Ana Lúcia Cunha Duarte e
Kallyne Kafuri Alves* 133

GESTÃO ESCOLAR: o conselho escolar como instrumento de articulação e mediação da gestão democrática

Mariana Durans Melo e Maria Goretti Cavalcante de Carvalho 138

CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM REDE PÚBLICA DE ENSINO

Marta Lemos Castro e Ana Lúcia Cunha Duarte

150

O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NA MITIGAÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mary Luiza Silva Carvalho Vila Nova e Sandra Regina Rodrigues dos Santos

157

UMA ANÁLISE SOBRE A GESTÃO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL LUDOVICENSE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Rafaelle Christine Cidreina Estrela, Ana Lúcia Cunha Duarte e

Kallyne Kafuri Alves

167

PIBIC EM: contribuições na inserção de egressos na educação superior

Tatyanne Laíssa Sousa dos Santos, Ana Lúcia Cunha Duarte e

Kallyne Kafuri Alves

177

A PRÁTICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: um estudo em uma escola pública municipal de São Luís – MA

Paulo Ricardo Amaral Oliveira e Albiane Oliveira Gomes

183

SOBRE O E-BOOK

188

**PESQUISAS SOBRE O PERFIL
E O PAPEL DE GESTORES
COMO POSSIBILIDADES DE
EXERCER A GESTÃO ESCOLAR**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO COLETIVO: possibilidades de formação em uma escola da rede pública estadual do Maranhão

Ana Luiza dos Anjos Araújo Vale
Ana Lúcia Cunha Duarte
Kallyne Kafuri Alves

INTRODUÇÃO

O presente estudo, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, busca apresentar um resumo da pesquisa de Mestrado em Educação, cuja proposta é analisar a possível relação do Projeto Político Pedagógico - PPP com a temática formação na gestão escolar. Essa proposta mira a elaboração de um repositório de orientações sobre os processos do PPP e parte da seguinte problemática: em que medida os processos do PPP contribuem para a formação dos profissionais da educação e comunidade escolar, tendo como referência uma escola da rede pública estadual do Maranhão?

Para respondê-la, estabelecemos o seguinte objetivo geral: analisar a relação do PPP com a formação dos profissionais da educação e a comunidade escolar em uma escola da rede pública estadual do Maranhão, a partir da construção, utilização e avaliação de um repositório de orientações. Este objetivo foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: a) identificar o perfil da gestão escolar; b) discutir sobre trabalho coletivo e quem participa da construção do PPP; c) diagnosticar as estratégias e desafios da gestão escolar nos processos do PPP; e d) elaborar um repositório de orientações sobre os processos do PPP, a fim de construir um produto que concorra para formação na escola. Nos limites deste texto e no escopo da proposta, recortamos a abordagem sobre a metodologia, com os procedimentos de interação com os participantes da pesquisa, bem como informações sobre o produto visibilizado.

Partindo desses pressupostos, justifica-se compreender a possível relação entre PPP e formação dentro da escola, uma vez que o documento mobiliza a todos em torno da inovação pedagógica e constrói novas práticas de gestão, docência e das relações sociais da escola (XAVIER et al., 2020). Na expectativa de explicitar as etapas do estudo, o texto se organiza em três tópicos na sua estrutura. No primeiro tópico, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados durante a pesquisa, justificando os autores basilares, etapas e abordagem. O segundo tópico constitui-se dos resultados parciais e discussão do estudo, com indicações sobre sua relevância na área educacional. E no último tópico apresentamos as considerações parciais, tomando como referencial a discussão dos resultados.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do presente estudo será realizado em uma escola pública da rede estadual, localizada na Cidade Operária, bairro periférico da capital São Luís – MA. A pesquisa está caracterizada como participante em uma abordagem qualitativa, que, segundo os pressupostos da autora Maria Cecília Minayo (2007), permite um aprofundamento do estudo e possui uma melhor análise de questões simbólicas, haja vista a necessidade da profundidade e detalhamento de uma unidade escolar, além de uma ação em que os participantes e pesquisadores trabalharão em conjunto (THIOLLENT, 2009).

Já o eixo teórico-metodológico de análise está fundamentado no materialismo histórico-dialético, a fim de explicar a realidade pesquisada. A partir da constante mudança dos fenômenos que transformam a pesquisa a todo instante, se presume que a realidade é um todo estruturado em desenvolvimento, em permanente transformação e somente é possível de ser apreendida por aproximações sucessivas em todas as suas particularidades (CAMARGO, 2018).

Nesta perspectiva metodológica, o estudo será desenvolvido em cinco etapas que pretendem atender aos objetivos. Na primeira etapa, o objetivo é discutir sobre trabalho coletivo e quem participa da construção do PPP, a

partir de uma visita com realização de observações semiestruturadas junto aos (as) gestores escolares, dispendo construir uma visão do espaço físico, fundação da escola, número de colaboradores e alunos. Vale ressaltar que nessa etapa serão levados em consideração todos os protocolos de higiene e distanciamento social, devido ao contexto pandêmico em que se encontra, causado pelo novo coronavírus (Covid-19) no mundo, declarado no ano de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Durante a observação, será solicitado aos gestores escolares a apresentação do PPP da escola, incentivando-os sobre a socialização dos processos do projeto, a partir das bases de sustentação teórica. Estas bases incluem pensar sobre a participação da escola, identificação do PPP na rotina e planejamento escolar, periodicidade de avaliação, além dos principais desafios encontrados e quais estratégias adotadas. A abordagem tomará como suporte o PPP sob os encaminhamentos e diretrizes da própria gestão escolar.

A segunda etapa será configurada com aplicação de entrevistas semiestruturadas com o grupo de gestores (coordenadores, supervisores e gestores) e comunidade escolar (estudantes, professores, famílias e colaboradores), que, segundo os estudos de Lori Gressler (2007, p. 179) as técnicas de entrevistas permitem construir “em torno de um corpo de questões do qual o pesquisador parte para uma exploração em profundidade”.

Em um primeiro momento destinado ao grupo de gestores, serão aplicadas entrevistas semiestruturadas com o objetivo de identificar o perfil profissional, conhecer as principais atividades desenvolvidas pela gestão escolar no que diz respeito ao PPP e seus desafios. Além de compreender as concepções que o segmento possui sobre gestão escolar democrática e PPP na escola. A ideia é que os encontros possibilitem subsidiar as análises sobre as ações de gestão desenvolvidas para a escola pública estadual de São Luís – MA.

Já no segundo momento destinado a comunidade escolar, serão aplicadas entrevistas com um quantitativo de 03 (três) representantes de cada grupo: professores, estudantes, família e demais colaboradores da escola pública estadual de São Luís – MA, totalizando 12 (doze) entrevistas. Com o

objetivo de conhecer o perfil da comunidade escolar, analisar a organização do trabalho coletivo e como se constitui o processo de elaboração do PPP, no que diz respeito a participações e tomada de decisões. Etapa de produção de dados será uma forma de subsidiar o diagnóstico sobre as ações de gestão desenvolvidas pela escola para construção, avaliação e monitoramento do PPP.

A partir dos levantamentos de dados obtidos, acontecerá a terceira etapa com inspiração na análise de conteúdo, que, para Ludke e Andre (2015), inicia-se com a elaboração de um conjunto de categorias descritivas. A trajetória da análise de conteúdo ocorre com a categorização, na tentativa de classificar os conteúdos, a partir de critérios definidos. Em seguida, é realizada a inferência. Com base nestas, ocorre a interpretação, em que se atribui significado aos conteúdos postos em análise, que devem-se ser discutidos para posterior divulgação dos resultados da investigação.

Em seguida na quarta etapa, será construído com base nos resultados da investigação o repositório on-line composto de orientações para a comunidade da escola pública estadual de São Luís – MA. O repositório visa integrar referências sobre construção, avaliação e monitoramento do PPP, a fim de torná-lo um instrumento que contribua para formação dos profissionais da educação, a nível comunidade escolar. O repositório será o produto técnico tecnológico da pesquisa, desenvolvido a partir dos principais desafios apresentados pela escola pública estadual nos processos do PPP. O produto contará com orientações didáticas e itens indispensáveis para o projeto, dando ênfase a um formato orientador e não de modelo pronto, pois cada projeto é singular devido às peculiaridades de cada escola.

A crescente visibilidade da tecnologia e mídias digitais no cotidiano e nas diversas atividades da sociedade aumentam o seu uso também na educação e se faz necessário trabalhar com os recursos tecnológicos dentro e fora da sala de aula. Por isso, a escolha do repositório se dá pela oportunidade de apresentar uma gama de conhecimentos por meio de textos e imagens em formato on-line, além do fácil acesso que poderá ocorrer por celulares, notebooks ou computadores, havendo a maior possibilidade de multiplicação dos conteúdos existentes.

Na quinta e última etapa, serão realizadas as atividades de utilização e avaliação do repositório pela própria comunidade escolar, com a intenção de fornecer elementos para análise da relação do PPP na formação dentro da escola, bem como a apresentação das orientações contidas no repositório. A avaliação do produto acontecerá por meio de um questionário semiestruturado on-line da ferramenta Formulários Google para comunidade escolar, com objetivo de aprimorar o repositório, dando maior atenção às possíveis melhorias. Ao final, temos a finalidade de elaborar um produto que expresse os indicativos da pesquisa participante, tendo como referência os debates dos desafios e as possibilidades relatados pela comunidade escolar.

RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

As expectativas do estudo serão construídas com base na comprovação da relação do PPP junto à criação do repositório de formação. Na perspectiva que o projeto seja pensado para além de um documento orientador na escola, buscamos que as ideias aqui fomentadas se tornem um instrumento de resistência da democracia, coletividade e participação de todos os envolvidos nas ações escolares. Além disso, espera-se que o repositório (produto) se configure em um instrumento para formação dos profissionais de educação e comunidade escolar, na expectativa de se tornar uma leitura referência para o ensino maranhense no quesito PPP.

Pois, com base nos estudos das autoras Cunha e Ometto (2013), às finalidades do PPP direcionam para além de um documento orientador burocrático. O projeto bem elaborado e discutido tende a ser um instrumento que agrega conhecimento, ao mesmo tempo que promove a formação na escola. Nesse sentido, sua elaboração, avaliação e monitoramento são ações desenvolvidas para a reflexão dos envolvidos. Logo, formação e PPP são áreas distintas, com vista a conexões diretas no espaço educacional, mas que podem interagir a partir de suas interfaces.

Do mesmo modo, o compromisso na visão do autor Celso Vasconcellos (2019) se constitui na necessidade do espaço escolar ser um local que condiciona para a formação contínua do sujeito, pois o estudioso aponta

a sociedade atual como desagregadora do homem em diversas dimensões como trabalho, religião, consciência, dentre outros. Nesse contexto fragiliza a vida e o saber da pessoa, o que nos leva aos estudos de Vasconcellos (2019), que compreende que o movimento de transformação deste entrave começa em não ver somente a escola como local de trabalho, mas ao mesmo tempo é espaço de formação.

Assim, o PPP pode estabelecer uma ligação para a inovação pedagógica por meio da formação, pois torna os processos instigantes e de alta importância com o trabalho coletivo organizado, visto a necessidade para alcance de melhores resultados de ensino na gestão escolar. Porém, a continuidade e periodicidade do zelo no cotidiano escolar são indispensáveis, no sentido de existir espaços de diálogos constantemente.

Sendo assim, a problemática da pesquisa ainda nos leva a desenvolver os objetivos projetados, pois entendemos que, mesmo sendo construído coletivamente, a comunidade escolar ainda apresenta dificuldade em planejar, refletir e produzir, porque carece de construção de conhecimento no campo pedagógico, ao passo que a manutenção da formação em detrimento da valorização do conhecimento é deixada de lado.

Entendemos que isso enfraquece os processos de ruptura necessários à reflexão pedagógica na escola e, com isso, indica a possibilidade e importância da relação entre PPP e formação, pois reforçam a necessidade da formação dos profissionais de educação na escola e da comunidade escolar também, já que são participantes dos processos do projeto.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Sem a pretensão de concluir, é preciso compreender que o PPP é qualificado como ação consciente e organizada na escola. O projeto carece de romper com o isolamento dos diferentes segmentos da instituição educativa e com a visão burocrática, atribuindo-lhes a capacidade de problematizar e compreender as questões postas pela prática pedagógica (VEIGA, 2003). As reflexões de inovação entre PPP e formação assumidas neste trabalho

diferem da concepção conservadora e regulatória, promovendo práticas colaborativas e emancipatórias. As discussões da temática serão indicativos de concepções e contextos que se consolidam como essenciais para a promoção da democracia nas escolas e de evidenciar a necessidade da formação dentro dos espaços educacionais.

Na mesma perspectiva, visando propor melhorias para escola da rede pública estadual do Maranhão, buscamos fortalecer debates sobre temas necessários à gestão escolar, como perspectiva de gestão democrática; elaboração, monitoramento e avaliação do PPP; resgate da potência da coletividade na escola e a importância da caracterização formativa nas escolas. Além destes temas, buscamos compreender as características da rede de ensino pública do estado do Maranhão, contextualizando seus determinantes sociais, pedagógicos, culturais e políticos, que edificam a identidade local, que serão exibidos junto ao repositório.

Nesse sentido, com a expectativa de atender ao questionamento norteador e aos objetivos da pesquisa, temos como base a relação entre as temáticas PPP, gestão escolar e formação por meio do uso do repositório para a formação dos profissionais da educação e comunidade escolar. Os resultados esperados do produto técnico tecnológico serão obtidos após a avaliação e revisão final do repositório, que será encaminhado para a coordenação da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão - SEDUC, a fim de que essa organização compartilhe para outras redes de ensino da capital de São Luís, com o desígnio de explanar às orientações sobre os processos do PPP.

Também temos a perspectiva de que o repositório seja disponibilizado por WhatsApp ou via e-mail para todos os participantes da comunidade escolar da rede pública estadual de São Luís – MA que contribuíram com a sua construção e avaliação, por intermédio da gestão. O repositório também será disponibilizado e apresentado nas mídias sociais e em grupos de professores do WhatsApp de São Luís – MA. Por fim, será dirigido aos demais alunos do PPGE/UEMA e também da graduação, por meio do link de acesso do repositório que será apresentado no site do PPGE/UEMA. Desse modo, sendo um produto que seja conhecido, discutido e que contribua na linha de pesquisa de gestão educacional e escolar do PPGE/UEMA.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Ediógenes Paes. **O método materialista histórico-dialético em pesquisas do campo da Política Educacional:** limites e possibilidades. 2018, 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

CUNHA, Renata Cristina Oliveira Barrichelo; OMETTO, Cláudia Beatriz de Castro Nascimento. **O trabalho coletivo na escola:** o projeto político-pedagógico como pauta de formação. *Educação*, v. 36, n. 3, p. 402-411, 2013.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa:** projetos e relatórios. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2007.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marle E.D.A. **Pesquisa em educação:** Abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U: 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 17 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 16 ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*/Ilma Passos Alencastro Veiga (org.) – 29ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2013. cap. 1. p. 11-35.

_____, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e projeto político-pedagógico:** uma relação regulatória ou emancipatória? *Cadernos CEDES*, v. 23, n. 61, p. 267-281, 2003.

XAVIER, Amanda Rezende Costa; CARRASCO, Lígia Bueno Zangali; DE AZEVEDO, Maria Antonia Ramos. **Pensar inovação curricular e pedagógica no contexto universitário:** Relações entre PPP e desenvolvimento profissional docente. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 8, p. 61312-61322, 2020.

O LUGAR DO AFETO NA GESTÃO ESCOLAR: um estudo sobre a interface entre afetividade, aprendizagem e gestão

Ana Regina de Araújo Ferreira
Íris Maria Ribeiro Porto

INTRODUÇÃO

A função primordial da escola é a promoção de conhecimento, contudo, outras funções têm sido atribuídas à mesma, diante do contexto sociopolítico atual, trazendo uma demanda de formação humanizada, para além da cognitiva. Não se trata de relevar o papel administrativo da gestão, pois ela tem uma grande importância na organização da escola, mas compreender que outras nuances educacionais nas relações humanas se fazem necessárias para que se estabeleça um ambiente propício ao crescimento de todos os agentes que compõem a comunidade escolar. Nessa direção, este trabalho foca seu olhar para o estudo dessas condições, da intervenção afetiva dos gestores no ambiente escolar.

Na gestão escolar a prática afetiva é uma necessidade, uma vez que a equipe gestora precisa compreender a ambiência onde ocorrem as relações ensino–aprendizagem em todas as suas implicações no meio/local/espço das relações - o espaço da escola -, e agir positivamente sobre ele. As relações interpessoais no contexto em que a sociedade do século XXI se encontra são determinantes para a propagação de emoções e sentimentos de acolhidas e/ou rejeição, e práticas dentro de um ambiente escolar. Um gestor atento a essas novas funcionalidades surge como mediador, para filtrar tais atitudes e promover uma ambiência de cooperação, comprometimento e respeito, pois esses são apenas alguns frutos da inserção da afetividade no cotidiano da escola.

Como pressuposto, temos a compreensão de que escolas, onde a gestão favorece a participação dos seus recursos humanos, sendo conciliadora

e afetiva, obtém melhoria significativa nas relações e, conseqüentemente, em seus indicadores, considerando sempre que o fato de a gestão ser presente e sensível às diversas demandas, focando prioritariamente as relações humanas, melhoram o ambiente escolar. Pressupomos também que apesar de muitos discursos e narrativas sobre a formação de gestores, há uma lacuna na formação inicial e continuada de professores e de gestores sobre a importância da afetividade nas relações escolares, considerando os aspectos intrarrelacionais e interrelacionais. Portanto, se houvesse um melhor preparo, haveria melhores relações nas ambiências escolares.

A presente pesquisa tem por objetivo principal, avaliar o lugar do afeto na interface entre afetividade, aprendizagem e gestão no processo educacional em que se desenvolvem habilidades acadêmicas e aptidões emocionais. E a partir desse objetivo geral especificamente busca-se analisar conceitualmente afetividade e gestão escolar construindo um desenho dessa relação na trajetória da história da educação, bem como identificar o papel do gestor como transformador do ambiente escolar na mediação dos afetos na rotina escolar como construtor de amorosidades nos ambientes das relações da aprendizagem.

METODOLOGIA

Para esta pesquisa será escolhida a abordagem qualitativa e essa por sua vez, possui um ciclo que se divide em três etapas: fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental. A ideia geral é que o ciclo de pesquisa não se fecha, é constante e sempre gera novas indagações e a produção do conhecimento é contínua. Um dos focos da abordagem qualitativa é a busca da compreensão do fenômeno a ser estudado (MINAYO, 2001), e para tal, quanto mais detalhadamente for observado e analisado, maior será a percepção dos fatos e a capacidade de pensar e agir sobre eles, possibilitando através dessa abordagem buscar conhecimentos a partir da vivência dos sujeitos na gestão escolar.

A presente pesquisa terá o caráter exploratório. Será composta por

levantamento bibliográfico e para cumprir os objetivos, exigirá a leitura do material já existente e relevante sobre o assunto. As fontes de pesquisa serão primárias e secundárias, com ampla utilização de livros, dissertações e artigos para o embasamento teórico do projeto.

A segunda etapa da pesquisa será o trabalho de campo que, segundo Minayo (2001) possibilita a aproximação do pesquisador com a realidade, bem como a interação com os agentes que compõem a pesquisa social. Ainda na pesquisa de campo ocorrerá aplicação dos questionários que serão abertos e as entrevistas serão realizadas de duas formas: a semiestruturada, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema sem se prender a questionamentos pré-concebidos e a segunda será a entrevista aberta ou em profundidade permitindo maior interação entre os agentes.

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói o conhecimento empírico importantíssimo para quem faz a pesquisa social. (MINAYO, 2009. p.61)

Será realizado o tratamento das informações através da análise de conteúdo, passando então, para a fase conclusiva, a redação dos capítulos da dissertação e do produto técnico tecnológico, a produção de um E-Book com fundamentação teórica e ações norteadoras da afetividade como ferramenta de melhoria de qualidade do ambiente escolar.

Toma-se como referências, escolas públicas da rede estadual de ensino que oferecem os níveis Fundamental e/ou Médio, escolhidas pelo fato de que estão localizadas em uma área de conhecimento da pesquisadora que atua como gestora escolar nessa região.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A afetividade é um processo humano e conceituá-lo é um ato complexo tendo em vista que as pessoas geralmente conhecem os diversos

afetos, mas não conseguem estabelecer um conceito fixo de afetividade. Para Romero (2003, p. 17): *“A afetividade é uma dimensão da existência que abrange todas as formas que possam afetar subjetivamente o ser humano em sua relação com o mundo.”*

Para Wallon (1986), a afetividade e a inteligência seguem juntas desde o início da vida e suas concepções dialéticas sobre o desenvolvimento infantil são altamente respeitadas no meio acadêmico. Vygotsky (1984), por sua vez, afirmava que, separar afeto do intelecto, é desassociar o sujeito de sua ação, de suas práticas no mundo. Carl Rogers foi um dos principais psicólogos a difundir a psicologia humanista. A Teoria Centrada na Pessoa, desenvolvida por Rogers enfatiza que o indivíduo passa por atualizações que contribuem para seu desenvolvimento pessoal. No Brasil, a humanização das relações no ambiente escolar tem como aliado Paulo Freire que sempre foi um crítico da chamada educação bancária, na qual os professores detêm o saber e tem a função de repassar esse saber aos alunos, os quais por sua vez são passivos desse conhecimento e não participantes. Freire era um militante da educação libertária, onde aprender consiste em uma prática reflexiva. Segundo Freire (1987, p.68): *“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”*

Uma gestão com práticas afetivas não pode e não deve ser relacionada a uma gestão permissiva. Na gestão onde pessoas se cuidam, existem atribuições, limites e responsabilidades que devem ser atendidas. Há cobranças, mas o diferencial é que essas cobranças são dispensadas no sentido horizontal, portanto, podem até advir de cima para baixo, mas são diluídas aos diversos segmentos que compõem a escola. Num ambiente “harmonioso” todos desempenham suas funções de forma interdependente na perspectiva que haja fluidez do processo. Para Gadotti (2000, p.35) “esse é um ato pedagógico”.

A autonomia e a gestão democrática na escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico [...] A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam seus dirigentes ou gestores e não apenas seus fiscalizadores [...] Na gestão democrática, pais, mães, alunos,

alunas, professores e funcionários assumem sua parte da responsabilidade pelo projeto da escola.

Diante do exposto até aqui, podemos perceber que as inserções de práticas afetivas na gestão escolar perpassam pelo processo de democratização da escola. Escutar as falas e os anseios da comunidade escolar é uma demonstração de respeito, quando a gestão assim o faz, passa a mensagem de que todos podem contribuir para melhoria dela reforçando ainda mais a ideia de coletividade e de pertencimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos diante de demandas antigas com roupagens novas, ou seja, ainda existe o desafio de instigar os alunos a se fazerem presentes na escola, a acreditar nela e concebê-la como parte importante do seu desenvolvimento. Da mesma forma, a escola ainda busca a parceria da família, quer ofertar um ensino de qualidade, colher bons resultados, mas agora a escola se depara com uma geração mais suscetível ao desânimo em decorrência das cobranças latentes da sociedade globalizada, capitalista e neoliberal.

A partir dessas inquietações, se faz necessário discorrer sobre a afetividade na prática pedagógica e o papel desempenhado por ela nas relações de ensino. Freire (2020, p.51) afirma que: “Não há um sem os outros, mas ambos em permanente integração.” Não se pode pensar a educação unilateralmente, versando somente o lado do professor, ou da gestão, ou dos alunos.

Cabe ao gestor escolar a função de propiciar um ambiente favorável em todos os aspectos contribuindo, assim para a aquisição de conhecimento e desenvolvimento do ser humano, pois o gestor, antes de ser um administrador, é também um agente propagador de posturas por vezes positivas e outras negativas. Não é incomum ouvir comentários do tipo: “a escola é a cara do gestor”. Essa afirmação corriqueira não está de todo incorreta, pois quem vive e presencia o “chão da escola” observa em seu cotidiano que um gestor centralizador, inconstante e desprovido de conhecimentos técnicos traz para

a escola uma carga que pode ser percebida, pois ela reflete em seu trabalho e, conseqüentemente, no trabalho dos demais agentes da escola.

Nesse período pós pandêmico, os mais diversos sentimentos, tais como: angústia, depressão, ansiedade, dentre outros, passaram a fazer parte do cotidiano escolar. Estamos diante de uma realidade comportamental que já existia, mas que nos últimos anos aflorou vertiginosamente e tomou um lugar de destaque não só no ambiente escolar, mas em todos os segmentos da sociedade. E a escola, como reflexo das ações que ocorrem no espaço do homem abstrai toda essa carga comportamental e o gerir com um olhar mais humano, tornou-se mais que importante, mas também essencial.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Relações interpessoais e autoestima**: a sala de aula com espaço de crescimento integral. 5. Ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradutores: Maria João Alvares, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto, Portugal: Ed. Porto Branco, LDA, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 45ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PARO, V. H. **Diretor Escolar**: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

ROGERS, C.R. **Liberdade para se aprender em nossa década**. 2. Ed. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1983.

ROMERO, E. **As formas da sensibilidade; emoções e sentimentos na vida humana**. 2. ed. São José dos Campos: Della Bidia, 2003.

SILVA, J. B. **A historical look on the school administration**. *Educação em Revista*, Marília, v. 8, n. 1, p. 21-34, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo. Martins Fontes, 1984.

WALLON, H. **As origens do pensamento da criança**. Trad. Dores Sanches Pinheiro e Fernanda Alves Braga. São Paulo: Manole, 1986.

O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA: implicações para a melhoria da qualidade da educação na rede pública municipal de ensino de São Luís- MA

*Carla Daniele Souza Chagas
Severino Vilar de Albuquerque*

INTRODUÇÃO

Como parte da dissertação, em construção, vinculada à Linha de Pesquisa Gestão Educacional e Escolar, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), o presente resumo tem como finalidade apresentar resultados parciais alcançados pela pesquisa, cujo objetivo é analisar o papel do gestor escolar, no âmbito das ações realizadas na escola, buscando apreender possíveis contribuições para a melhoria da qualidade da educação da rede pública municipal de São Luís/MA, considerando, nessa esfera, a organização do trabalho pedagógico, o processo ensino-aprendizagem e a qualidade da educação, à luz dos princípios que orientam processos e práticas da gestão democrática, definidos na Constituição Federal (CF) de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96.

A busca por qualidade da educação básica tem se constituído um desafio permanente posto aos sistemas públicos de ensino, notadamente a partir dos anos 1990, momento inicial de importantes reformas na educação brasileira, impulsionadas pela Reforma do Estado e pela LDBEN 9.394/96. Além disso, a redemocratização tem sido outra luta que se intensificou no início dos anos 1980. Mas só em 1988, com a Constituição Federal, a educação veio a se estabelecer como um dos princípios fundamentais e como direito de todos. A partir daí, o Estado incumbiu-se da responsabilidade de prover a educação nas suas amplas dimensões, garantindo a qualidade da

educação pública e a gestão democrática em todos os sistemas de ensino, seja municipal, estadual ou federal.

Estas reformas, entretanto, trazem em seu bojo muito do ideário neoliberal, no que tange à reestruturação do sistema produtivo capitalista ou economia global, como assim se denomina. Assim, sob a metáfora da igualdade democrática, entretanto, evidencia-se uma redução do sentido de cidadania, uma vez que a educação começa a ser relacionada com o domínio de competências que permitam a inserção no mercado de trabalho, imprimindo uma ótica utilitarista na qual a educação assume valor de mercadoria e não um direito universal inalienável. Desse modo, a formação de professores e do gestor escolar, assim como o trabalho que realizam na escola, é balizada pela racionalidade técnica e pela mensurabilidade dos resultados.

Nesse sentido, o gestor escolar constitui-se importante profissional, cujo papel reveste-se de grande relevância na organização dos espaços/tempos escolares e para a qualidade da educação escolar. O papel do gestor tem sido um assunto recorrente debatido na academia, promovendo diferentes discussões a respeito de como esse profissional pode contribuir para o alcance de resultados que influenciam na melhoria da qualidade da educação. Estudos de Lück (2009), Ferreira (2000), Paro (2011), entre outros, revelam como o papel do gestor é fundamental na organização e funcionamento da escola e nos resultados por ela alcançados. Tendo em conta a problemática apresentada, a questão que orienta esse estudo é: o trabalho do gestor escolar, no âmbito das ações realizadas na escola, contribui para a melhoria da qualidade da educação escolar na rede pública municipal de São Luís – MA?

A escolha por estudar a gestão escolar, particularmente o papel do gestor, justifica-se pela relevância social e acadêmica e pela pertinência que a temática suscita no ordenamento legal e no planejamento governamental, notadamente no que tange à Meta 19 do Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024). Igualmente, pelos resultados que poderão contribuir com outros estudos que se proponham a pesquisar a temática. Além disso, pelo compromisso dos seus proponentes de construir uma Cartilha de orientações para subsidiar o trabalho de gestores escolares.

Os objetivos apresentados nesta pesquisa se constituem em elementos essenciais para a condução do processo de investigação e para analisar e interpretar os dados que vão subsidiar a apreensão do objeto de estudo, permitindo alargamento, profundidade e coerência no trato analítico e nos resultados encontrados. O objetivo geral da pesquisa é analisar, na perspectiva da gestão democrática, o trabalho do gestor escolar, no âmbito das ações realizadas na escola, buscando apreender possíveis contribuições para a organização dos espaços/tempos escolares e para a melhoria da qualidade da educação em duas escolas pertencentes à rede pública municipal de São Luís/MA. Os objetivos específicos são: a) Identificar como se dá o ingresso no cargo de gestor escolar em escolas da rede pública de São Luís, considerando o que determina a LDBEN 9.394/96, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e o Plano Municipal de Educação (PME) de São Luís (2015-2025), aprovado pela Lei Nº 6.001, de 09 de novembro de 2015, dando visibilidade aos critérios de escolha adotados pela SEMED; b) Identificar, no âmbito da SEMED, se há uma política de formação continuada para gestores escolares, para apreender possíveis contribuições para a qualificação do trabalho desses profissionais; c) Analisar as concepções e práticas de gestão escolar no âmbito de duas escolas pertencente à rede pública de ensino de São Luís, no sentido de apreender as implicações do trabalho do gestor na organização dos espaços/tempos escolares, e a sua relação com a qualidade da educação escolar, tendo como referência o IDEB; e d) Elaborar uma cartilha de orientações para subsidiar o trabalho de gestores escolares, tendo como princípios orientadores a gestão democrática.

METODOLOGIA

A metodologia, enquanto caminhos de uma investigação científica, constitui a estrutura central de um projeto de pesquisa, tendo em conta que é por meio dela que instrumentos e procedimentos de investigação são utilizados em um dado campo de pesquisa, com vistas à coleta, à sistematização e à análise de dados de determinado fenômeno.

A pesquisa enquadra-se na abordagem qualitativa, cujo enquadramento vincula-se ao fato de proporcionar uma estreita ligação e aprofundamento do objeto de estudo com o pesquisador, levando em conta a compreensão e a perspectiva que este possui no desvelamento deste objeto. (LÜDKE; ANDRÉ, 1999; MINAYO, 2009).

Dado o caráter exploratório e descritivo-analítico da pesquisa, serão adotados os procedimentos de observação sistemática, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas. A coleta dos dados se constitui numa importante etapa de uma investigação científica, fato que leva o pesquisador a nomear os instrumentos que melhor atendam aos objetivos de pesquisa. Para realização desta pesquisa, serão utilizados os seguintes instrumentos: roteiro de análise documental; roteiro de entrevistas semiestruturadas e diário de campo.

A análise e interpretação dos dados adotará a análise de conteúdo (FRANCO, 2008). Participarão dessa pesquisa professores do ensino fundamental e gestores de duas escolas pertencentes à rede pública municipal de ensino de São Luís.

Os gestores escolares, neste estudo, são entendidos como coordenadores pedagógicos e diretores das escolas. O depoimento desses sujeitos permitirá confrontar informações colhidas nos documentos e pela observação das ações da gestão escolar. A escolha dos sujeitos está relacionada à aproximação que têm do problema de pesquisa, bem como do papel que desempenham no âmbito dos sistemas de ensino e das escolas, na consecução do planejamento educacional, na organização dos espaços/tempos escolares, na organização do trabalho pedagógico, e no processo ensino-aprendizagem, entendidas por este estudo como dimensões que podem contribuir para qualidade da educação escolar. Vale ressaltar que os nomes dos sujeitos e de suas respectivas escolas não serão revelados, guardando-se o sigilo da sua identidade. Sendo assim, tanto as instituições quanto os sujeitos receberão códigos formulados por letras e/ou números para preservação da sua identidade.

A pesquisa será realizada em duas escolas da rede pública municipal de São Luís, localizadas num bairro periférico da cidade, denominado Itaqui-

Bacanga, onde se concentra um elevado número de habitantes. O critério para a escolha de escolas do Núcleo Itaqui-Bacanga relaciona-se por ser uma área abrangente e por integrar escolar com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Assim sendo, suscitou conhecer as características dos gestores, bem como as ações que realizam para o enfrentamento dos problemas do atendimento escolar e se essas contribuem para a melhoria da qualidade da educação da rede pública municipal de São Luís. Vale ressaltar que as duas escolas que participarão da pesquisa atendem aos critérios de estarem localizadas na área Itaqui- Bacanga, não serem anexos de escolas polos e terem realizado a Prova Brasil em 2015, 2017 e 2019, cujo IDEB tenha sido divulgado pelo INEP/MEC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa está estruturada em duas seções teóricas e uma seção empírica, sendo essa última aquela que trará as evidências da pesquisa, que servirão como base para construção do produto técnico tecnológico sob o formato de uma Cartilha de Orientações, para subsidiar o trabalho de gestores escolares.

A primeira seção teórica está dividida em três subseções, discutidas com o apoio teórico de: Lück (2013), Paro (2002), entre outros. A seção faz uma incursão histórica no tema da administração escolar, abarcando o período que vai das primeiras décadas do século passado, até a promulgação da Constituição de 1988, que estabelece os princípios fundantes da gestão democrática da educação e da escola públicas.

Essa década foi marcada por importantes mudanças, tanto no cenário político como no cenário econômico, pois se vivia um momento de globalização. No que tange ao cenário político, retomava-se a democracia do país e esse processo de redemocratização tinha sérias implicações em vários campos da sociedade. No campo da educação, muito significativamente, ocorreu a alteração do conceito de administração escolar para gestão escolar, essa passa por uma alteração que deixa o campo da administração escolar

que é ancorado nos princípios da administração empresarial e passa agora a incorporar os princípios da gestão democrática, ou seja, a gestão escolar passa a transformar a escola em um espaço democrático. O fato é que essa transição de administração escolar para gestão escolar ocorreu em um momento muito relevante porque marca a redemocratização da sociedade brasileira no final dos anos de 1980.

Diante dessa transformação, o papel do gestor se reconfigura, saindo do modelo autoritário, determinista, que concentra todos os comandos e determinações e passa agora para uma gestão calcada em participação de toda a comunidade escolar, com decisões resolvidas em conjunto. Nessa nova configuração, a gestão escolar passa a ser responsável por gerir e articular todas as dimensões da escola, garantindo o diálogo entre todas elas. Nessa nova perspectiva de gestão democrática, o papel do gestor é fundamental, pois ele é o mediador para que a escola consiga se articular em prol dos seus objetivos.

A segunda seção teórica é dividida em quatro subseções, cuja discussão apoia-se em: Albuquerque (2013), Fonseca e Oliveira (2001), Peroni (2003), entre outros. O estudo dedica esforço à discussão de políticas públicas educacionais fortemente influenciadas por organismos internacionais, que imprimem à gestão escolar e ao trabalho do gestor uma visão gerencial calcada na eficiência e na eficácia escolar com vistas à maximização de resultados com baixos investimentos na educação pública.

O olhar dialético que se imprime nesse estudo, com o apoio do referencial teórico, permite apreender que os princípios da gestão democrática, definidos na Constituição de 1988 e na LDBEN de 1996, inserem-se no âmbito de orientações de organismos internacionais que associam o atendimento na educação básica pública à gestão gerencial, calcada na efetividade da educação e da gestão escolar com baixos investimentos e, de igual modo, imprime o caráter ideológico da responsabilização da comunidade escolar pelo desempenho acadêmico dos estudantes nos exames de larga escala, que atestam a proficiência em língua portuguesa e matemática.

A gestão escolar, dentro desse novo redesenho sociopolítico e

econômico, sofre forte influência do neoliberalismo e do capitalismo mundial, que determina novas demandas. Nesse novo contexto, o Estado também tem uma redefinição no seu papel, passa por reformas que começam a ser implantadas a partir dos anos de 1990 e vão impactar no atendimento público educacional, tendo em vista que passou a ser obrigado a oferecer educação pública, conforme explicitado no art. 205 da CF.

A partir de então, para o capitalismo é importante que a comunidade se envolva dentro da demanda da escola no sentido de tomada de decisões coletivamente e que todos assumam o caráter da responsabilização pelos resultados alcançados pela escola no que tange ao desempenho dos alunos.

Mas, ao contrário do que ensinam os autores que ajudam compreender e analisar o fenômeno educacional no âmbito da política e do planejamento educacional, a partir da década de 1990, sob influência dos organismos internacionais, as políticas educacionais brasileiras refletem uma concepção mercadológica de educação, embasada pela perspectiva da qualidade total e instrumentalizada pelos testes padronizados, cujo objetivo é mensurar o rendimento escolar e o desempenho acadêmico, medido por exames de proficiência, desprezando o caráter político-social e transformador da educação.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Considerando que a pesquisa propriamente dita está em seu início e, portanto, sem análises de dados empíricos, as principais evidências do estudo, até aqui, são aquelas reveladas por documentos oficiais, tais como a Constituição de 1988, a LDBEN nº 9394/1996, e dos Planos PNE e PME, que estabelecem metas específicas para dar consecução à Gestão Democrática da Escola Pública.

O presente estudo analisando esses documentos, entre outros, verificou que a Gestão Democrática segue as orientações do Banco Mundial, sendo implantada nas escolas sob princípios gerenciais. Nesse viés, a escola passa a assumir um papel de responsabilização pelos resultados por ela

alcançados, calcada apenas na pedagogia de resultados, o que tem implicado na qualidade da educação, resultando em um baixo investimento do Estado na educação, pois as medidas gerenciais são apenas tópicas, ou seja, são medidas superficiais.

Não obstante, os indícios encontrados no arcabouço normativo da política pública educacional, no que diz respeito à gestão escolar, a pesquisa de campo, ora iniciada, trará evidências que podem apontar avanços, desafios e possibilidades quanto ao alcance da gestão escolar na perspectiva democrática, bem como o papel do gestor na articulação e consecução de tais princípios.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Severino Vilar. **Formação Continuada de Professores no Estado do Maranhão: Do Plano De Desenvolvimento Da Escola (PDE) Ao Plano De Ações Articuladas (PAR)**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (UnB). Brasília/ DF p. 497. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição (1988). Brasília/DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm: Acesso em: 11 maio 2020.

_____. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**: proposta do Executivo ao Congresso Nacional. Brasília: INEP, 1998.

FONSECA, Marília; OLIVEIRA, João Ferreira. Programa Fundescola: concepções, objetivos, componentes e abrangência – a perspectiva da melhoria da gestão do sistema e das escolas públicas. In: FONSECA, OLIVEIRA E TOSCHI (orgs.). **Escolas Gerenciadas**: Planos de desenvolvimento e projetos político pedagógicos em debate. Goiânia: Editora da UFG, 2001.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livros, 2008.

LÜCK, Heloisa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. In: **Série: Cadernos de Gestão**. Petrópolis: Vozes. 2013.

LÜDKE, Menga. e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisas social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar:** introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2002.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e o papel do Estado:** no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

SÃO LUÍS, Secretaria Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação de São Luís. São Luís/ MA 2015. Disponível em: https://saoluis.ma.gov/documento_base_do_pme_2015.2024_aprovado_pelo_fme.pdf. Acesso em 18 maio 2021.

O SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS (SIMAE) E A UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS COM FOCO NAS AÇÕES PEDAGÓGICAS, NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 2017-2019

Dalmiran Colaço Silva
Albiane Oliveira Gomes

INTRODUÇÃO

O estudo ora apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), na Linha de Pesquisa “Gestão educacional e escolar” pretende analisar a utilização dos resultados, com foco nas ações pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental municipal de São Luís de 2017-2019.

O tema proposto traz os resultados do SIMAE, implantado em 2017 na rede municipal de São Luís, onde a intenção consiste em diagnosticar, monitorar a oferta educacional da rede bem como fazer as intervenções pedagógicas necessárias. A avaliação educacional em larga escala na rede municipal tem como premissa a qualidade da oferta com foco no desempenho dos estudantes do ensino fundamental e dar-se por meio de aplicação externa dos testes padronizados de proficiência dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

É um estudo que nos instiga a olhar de forma diferenciada os resultados da avaliação como um fator de transformação na escola, incentivando-nos a colocar em discussão também o papel da gestão na contribuição para a superação do déficit de aprendizagem do estudante na escola.

A perspectiva da gestão escolar como uma referência no âmbito educacional nos remete a novos ideais, novas práxis, novos paradigmas que norteiam a busca de uma educação de qualidade. O papel assumido

atualmente pela gestão se estende para além de administrar, supervisionar e orientar o processo educativo, tornando-se fundamental no contexto escolar.

Consciente do viés democrático que a gestão possui e abrange o exercício do poder, nela estão incluídos os processos de planejamento, de tomada de decisão e de avaliação dos resultados alcançados, onde miram em seu horizonte resultados de qualidade. Nesse sentido, a pesquisa de onde se origina este texto, tem como objetivo observar a forma como os resultados das avaliações são analisados e apresentados para a escola, bem como identificar as estratégias adotadas pelos gestores que viabilizam (ou não) mudanças, bem como as metas que são estabelecidas para as escolas. Nessa perspectiva, possibilitam observar e analisar os resultados da avaliação, a fim de refletir sobre o papel da gestão escolar no contexto das avaliações externas e a sua política de responsabilização.

Nesse sentido, o interesse da pesquisa parte de uma análise que tem como base os dados provenientes das edições do SIMAE de 2017 a 2019 nas etapas dos anos iniciais, em uma escola presente nas Revistas Pedagógicas do Professor. Essas revistas possibilitam alcançar como é possível interpretar os resultados por aluno, turma e por escola para induzir que a equipe gestora reflita sobre a avaliação do SIMAE. Sendo assim, a proposta da pesquisa que embasar este estudo consiste em discutir os resultados da escola UEB. de Ensino Fundamental “Agostinho Vasconcelos” que faz parte do Sistema Municipal de Avaliação da rede municipal de São Luís, ancorados nas ações pedagógicas e nas suas contribuições. Para tal, foi traçado como objetivo geral analisar o processo de divulgação do SIMAE com os resultados da escola, de forma a possibilitar a apropriação pedagógica dos mesmos.

Este objetivo geral mobiliza a pensar nos seguintes objetivos específicos: evidenciar a importância da equipe gestora da escola e as ações desenvolvidas com a apropriação dos resultados do SIMAE, bem como o processo de divulgação das informações como elemento estruturante para as intervenções pedagógicas na escola,; analisar como a divulgação dos resultados pode contribuir para uma apropriação pedagógica com o viés nas ações e estratégias pedagógicas na escola a partir das potencialidades e fragilidades e propor estratégias de divulgação e apropriação pedagógica dos

resultados para a equipe gestora da escola selecionada.

Nesse sentido, a pesquisa perspectiva analisar como os resultados são analisados e apresentados para a escola, às estratégias adotadas pela equipe gestora se viabilizam ou não mudanças bem como as metas que são estabelecidas para as escolas observando e analisando os resultados de uma avaliação, a fim de refletir sobre o papel da gestão escolar no contexto das avaliações externas e a sua política de responsabilização.

A ideia é refletir, a partir dos resultados da escola UEB. de Ensino Fundamental “Agostinho Vasconcelos”, que faz parte do Sistema Municipal de Avaliação da rede municipal de São Luís, como os indicadores de avaliação impactam nas ações pedagógicas e as suas contribuições. Para isso, contamos com referências sobre a avaliação e seus resultados. Entendemos que estes são reflexos da mudança ocorrida em 2005 quando a Prova Brasil passou a ser censitária, pois até então era por amostragem, nesse momento a gestão escolar era impulsionada a discutir seus resultados juntamente com a comunidade escolar e os resultados trabalhados no planejamento com foco nas intervenções pedagógicas. Nesse momento os gestores, com base em informações obtidas nas aplicações dos testes, conduz a intervenção no processo de alfabetização dos alunos em busca de resultados positivos.

Segundo Freitas (2009, p.47) é possível definir avaliação externa como: “Um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitem verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar as políticas públicas”. Como cita o autor, as avaliações externas permitem traçar diagnósticos e criar estratégias de enfrentamento das problemáticas que afetam a aprendizagem dos estudantes.

A partir disso, podemos compreender que avaliar é muito mais que medir, é coletar dados para ter um diagnóstico e decidir para realizar ações. Os dados coletados são extremamente importantes para o processo de ensino-aprendizagem, demonstrando o resultado de um diagnóstico da realidade para a tomada de decisões.

Nesse contexto, compreendemos que os sistemas de avaliação municipais e estaduais trazem melhorias significativas no desenho dos

resultados. É importante ressaltar que por meio da divulgação dos resultados e da fixação das metas pode ser estabelecido a forma de monitorar a qualidade do ensino na escola como está explicitado na meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) ao abordar que é preciso “fomentar a qualidade da educação básica” sendo esta meta voltada para a avaliação. Isso, pois, não somente o acesso e permanência dos estudantes no ambiente escolar, mas a qualidade para a Educação Básica. Tendo isso em vista é possível analisar que a meta 7 é desafiadora, e que junto a ela são demandadas mudanças nas infraestruturas das escolas, pois isto também diz respeito à qualidade.

Já alinhado ao Plano Municipal de Educação (PME) de São Luís para o decênio 2015-2024, no que diz respeito à estratégia 27 da meta 2 é possível entender que esta descreve a implantação e implementação de um Sistema de Avaliação Institucional e de Aprendizagem da Rede Pública Municipal de Ensino, sendo seu foco voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos didáticos e o acompanhamento pedagógico dos estudantes.

Em cumprimento à Meta 9, encontramos a estratégia 9.25, do Plano Municipal de Educação (2015-2024). Esta foi firmada a parceria para implantação do sistema com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Esta instituição, por sua vez, é reconhecida pela experiência em avaliação de larga escala, aqui coordenada pelo Núcleo de Avaliação Educacional (NAE/SEMED). Convém ressaltar que a aplicação da avaliação desenvolvida pelo núcleo foca no desempenho de cada estudante do ensino fundamental, especificamente dos anos iniciais e finais (1º ao 9º ano), decorrente da aplicação de testes padronizados de proficiência nos Componentes Curriculares de Língua Portuguesa (Leitura) e Matemática, que por sua vez, possibilita nosso estudo, exigindo sua historicização a seguir:

Em 2017, no primeiro ano de aplicação do SIMAE, ocorreu a realização da Avaliação Diagnóstica para os estudantes da rede municipal. Realizada em 113 escolas e 48 anexos, foram distribuídos em 7 núcleos na rede municipal de São Luís. O objetivo desta organização era coletar informações para o diagnóstico inicial sobre o desempenho dos estudantes da rede pública nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e

Matemática, por meio dos testes de proficiência como já registramos.

Além disso, os estudantes do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino de São Luís também participaram da avaliação. Este foi considerado o marco zero da avaliação, face ao diagnóstico obtido do seu desempenho.

Outro marco que destacamos é o desenvolvimento da avaliação, que foi organizada a partir de matrizes de referência por áreas de conhecimento: Língua Portuguesa e Matemática. Essas matrizes de referência estão fundamentadas nas diretrizes curriculares de cada ano escolar, uma vez ali ancorada deu-se a elaboração dos itens que compuseram os testes de proficiência, a partir dos descritores para cada etapa de escolaridade avaliada.

Por tratar-se de uma avaliação em larga escala, o SIMAE adotou os procedimentos da Teoria de Resposta ao Item (TRI), que organiza as respostas dos estudantes na escala de proficiência, distribuindo as habilidades da matriz de referência, que é cumulativa e mostra os resultados da população avaliada.

Vale lembrar que a exposição dos resultados se encontra nas revistas do Gestor Escolar, com orientação leitura, a apropriação de utilização dos resultados da escola no ano avaliado, bem como a importância da avaliação para o monitoramento da qualidade da educação ofertada. Com isso, é possível concluir que para importância de sua continuidade, é necessário o desenvolvimento de implantação das políticas públicas educacionais nas escolas, a partir dos resultados obtidos.

Diante da explanação, os estudos de Paro (2015) referem-se à avaliação como um meio de identificar as dificuldades, entendendo que há importância no processo avaliativo tendo como meta as estratégias direcionadas para a gestão escolar. Essa visão está voltada para aprendizagem dos estudantes, isto porque interpretar os resultados de uma avaliação é verificar suas causas, buscar meios para transformar em sucesso os bons resultados e, conseqüentemente, avançar nas aprendizagens alcançadas pelos estudantes.

Mais que avaliações, foi possível compreender com a pesquisa, que o SIMAE abrange análise estatística dos resultados, relatórios descritivos do

desempenho estudantil. E de acordo com os dados preliminares da pesquisa, é possível refletir sobre como eles podem orientar o estabelecimento de metas de ensino e aprendizagem, bem como a implantação de estratégias de acompanhamento, monitoramento e apoio às unidades escolares, visando à efetivação da aprendizagem a todos os estudantes da rede, aspectos esses que nos mobilizam à seguinte metodologia.

METODOLOGIA

O percurso metodológico do nosso estudo optou pela pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas com os atores envolvidos, da UEB. “Agostinho Vasconcelos”, gestores geral e adjunto 2 (dois), 1(um) Professor Suporte Pedagógico (PSP), 12 (doze) Professores dos anos iniciais de 1º ao 5º do ensino fundamental e 1(um) Técnico de Acompanhamento, essa abordagem metodológica envolve a questão central da presente pesquisa.

Para tanto, entendo a pesquisa, de cunho qualitativo capaz de descrever os resultados observado e também, quantitativo, pois explicita em números os resultados a identificação dos instrumentos de coleta de dados, (estas decorrentes serão decorrentes das entrevistas). Por isso, entendemos que a abordagem qualitativa “se caracteriza ao fazer uma questão “como” ou “por que” sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle” (YIN, 2004, p. 28).

A partir disso, a metodologia proposta neste estudo contará com o levantamento dos resultados obtidos nas pesquisas bibliográficas, das obras e revistas pedagógicas do gestor e do professor, disponibilizadas para as escolas da rede. Com este procedimento assegura-se o caráter exploratório e descritivo, com o propósito da obtenção das informações a respeito do Sistema Municipal de Avaliação Educacional, no que tange à elaboração de estratégias pedagógicas para a rede pública municipal de São Luís. Sendo assim, nos permitimos dizer que a pesquisa terá uma integração entre o quantitativo e qualitativo, este resultante das entrevistas, tendo como respondentes Gestores Escolares, Suporte Pedagógico, Professores e profissionais da educação.

Nesse contexto, a pesquisa apresentará um estudo sobre os resultados da UEB. “Agostinho Vasconcelos” nos anos de 2017, 2018 e 2019 nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Assim faz-se uso dos estudos de Godoy (2005), que coloca ser indispensável o estudo e análise do empírico em seu ambiente natural, valorizando, o contato contínuo do pesquisador com o ambiente e o objeto estudado. Minayo et al. (2011, p.61) destaca:

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social.

É importante o uso da pesquisa de campo tendo como procedimento à coleta de dados em material documentada, e as fontes bibliográficas. Estes serão juntamente com os documentos sobre os resultados das avaliações externas do SIMAE. Para servir de fundamento elegemos as seguintes categorias de análise: avaliação, gestão escolar, aprendizagens, entre outras que emergem durante o desenvolvimento do estudo, com a metodologia qualitativa.

Sendo assim, é possível observar que a relevância do tema proposto para o contexto educacional contribuirá na análise dos resultados sobre a qualidade da educação básica. Isto porque o monitoramento das aprendizagens dos estudantes, pode também ser utilizado para o planejamento e investimento de políticas públicas direcionadas a esse nível de ensino, aspectos estes que reunimos a seguir com as considerações.

CONSIDERAÇÕES

Os desdobramentos da pesquisa se dão a partir da interpretação dos resultados provenientes dos testes de Língua Portuguesa e Matemática que são aplicados por um aplicador externo na escola e respondidos pelos estudantes.

Dessa forma, os objetivos permitem compor resultados, tendo como referência a escola. Por isso, ao estudar o SIMAE enquanto política pública, também podemos articular como a divulgação dos resultados pode contribuir para uma interpretação pedagógica. E, diante disso, pensar na importância da apropriação dos resultados pela equipe gestora da escola.

Nesse sentido, os resultados podem permitir um redimensionamento das ações de formação continuada para à Equipe gestora da escola, visando o fortalecimento da comunidade escolar, além de outras intervenções necessárias. Sendo assim, entendemos que a relevância do tema proposto para o contexto educacional de São Luis, contribuirá na análise dos resultados sobre a qualidade da educação básica. Um exemplo disso é o monitoramento das aprendizagens dos estudantes, que por sua vez mobilizam a realização do planejamento e investimento de políticas direcionada a esse nível de ensino.

As leituras já realizadas e os objetivos traçados nos possibilitam constatar, como dado preliminar que existem vinculações das políticas adotadas pelo município de São Luís, que implantou em 2017, um sistema próprio de avaliação na rede municipal, característica semelhante às políticas estabelecidas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Dessa forma, podemos dizer que os objetivos alcançados para investigação trazem a análise dos resultados da avaliação externa com foco nos resultados do SIMAE. E, nesse contexto permitem desenvolver a interpretação pedagógica dos resultados. Estes, por sua vez, podem se constituir como elementos importantes para compreender as evidências, a fim de subsidiar ações mais proveitosas pra o desenvolvimento dos estudantes na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria Municipal de Educação de São Luís. SIMAE- 2019. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd, V. 1. **Revista do Professor Língua Portuguesa e Matemática.** Juiz de Fora. 2019.

BRASIL, Secretaria Municipal de Educação de São Luís. SIMAE- 2019. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd, V. 1. **Revista do Gestor Escolar.** Juiz de Fora. 2019.

BRASIL, Prefeitura Municipal de São Luis. Secretaria Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação de São Luis- 2015/2024, São Luís: Semed, 2015. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/middias/anexos/85_documento_base_dopme_2015.2024_aprovado_pelo_fme.pdf. Acesso em 20set.2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 26 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providencias. Brasília, DF: Presidência da Republica, 2014. Disponível em:<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacioanis-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-130-005-2014>. Acesso em: 13dez.2020.

FREITAS, Luiz Carlos. **Avaliação educacional.** Caminhando pela Contramão. Rio de Janeiro: 6º ed. Vozes 2009.

GODOY, Arilda Schmltd. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** São Paulo 1995.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA. João Ferreira; THOSHI, Mirza Seabra. **Educação escolar; Políticas Estrutura e Organização.** 3ª ed. São Paulo. Cortez 2006

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 26. ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2007.

PARO Vitor. **Diretor escolar:** educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução: Daniel Grassi. 2. Ed. Porto Alegre: Bopkman, 2001.

O (NÃO) LUGAR DO(A) NEGRO(A) E A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL COMO PRÁTICA DA LIBERDADE: uma análise sobre os impactos da Lei n.º 10.639/2003, no espaço escolar em São Luís/MA

Daniel Bergue Pinheiro Conceição
Márcia Cristina Gomes

INTRODUÇÃO

O presente estudo se desenvolve no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão, na linha de pesquisa de Gestão Educacional e Escolar, e se insere num conjunto de pesquisas sobre educação das relações étnico-raciais no Brasil, especificamente no estado do Maranhão. Este trabalho objetiva analisar a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003, que foi alterada pela Lei Federal nº 11.645/2008, a qual determina a inserção no currículo oficial das instituições de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. A supracitada Lei se constitui um ganho importante para a população negra, pois corrobora para a existência de um diálogo voltado para a diversidade racial, enfatizando a construção de saberes voltados para a liberdade e emancipação dos/as agentes sociais que em outros tempos ficaram fora dos mais variados espaços sociais.

A presente discussão visa fortalecer o avanço da discussão étnico-racial no espaço escolar e para isso estamos investigando como a gestão escolar e os/as docentes tratam a temática racial na escola e se estes/as agentes sociais desenvolvem atitudes antirracistas, que objetivem trabalhar a história da África e Cultura Afro-brasileira. Destacamos que é preciso saber como os/as gestores/as constroem e produzem saberes sobre a referida Lei e como, no fazer pedagógico, as Diretrizes estão se materializando no espaço educacional formal.

Nessa direção, apontamos que a presente investigação sobre a Lei nº 10.639/2003 estará articulada com os desafios da gestão escolar, as perspectivas para efetivação da Lei, que corrobora para a superação de uma

educação homogênea, eurocêntrica, embranquecida e engessada.

O problema que levantamos está relacionado a quais concepções a gestão escolar tem sobre o marco legal e como se estabelece sua implementação na escola a ser pesquisada? Sendo assim, se vislumbra investigar os saberes da equipe gestora incluindo os/as professores/as, a partir dos conhecimentos sobre a Lei nº 10.639/2003 e suas Diretrizes.

A pesquisa tem como objetivo geral investigar se a gestão educacional desenvolve um trabalho curricular que contemple os conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, em observância à efetivação da Lei Federal nº 10.639/2003, que objetiva a execução de uma proposta voltada para a diversidade étnico racial no espaço escolar.

Para a consecução do objetivo acima referido, estamos investigando quais os entendimentos teóricos e metodológicos sobre a Lei n.º 10.639/2003 são desenvolvidos na escola e se são incluídos conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e africana, assim como, verificar como os/as gestores/as e professores/as se percebem no contexto étnico racial e como a escola está articulada para subsidiar o trabalho docente frente a uma educação antirracista; averiguar quais as concepções que os/as professores/as têm sobre o papel da história e cultura afro-brasileira e africana e a implementação da referida Lei como instrumento de combate ao racismo e ao preconceito étnico-racial na escola; e, por fim, elaborar uma Proposta Pedagógica com orientações voltadas para professores/as da rede pública estadual que contemplem sugestões de textos, vídeos, aulas com a temática racial por entender que a escola se constitui um espaço social importante para o desenvolvimento de práticas orientadas à superação do preconceito, da discriminação racial e promoção e valorização da diversidade.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica da nossa pesquisa é de natureza qualitativa, já que acreditamos que esta abordagem possibilita a análise sobre os impactos da implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 e seus significados para

os/as agentes sociais no espaço educacional. Acreditamos que a supracitada abordagem pode colaborar para a positividade da ancestralidade da população negra, além disso, esta tem o potencial de fortalecer com a modificação das percepções da sociedade sobre as relações raciais, sociais e educacionais, assim como, a forma de pesquisar os fenômenos sociais.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, reafirmamos o que comenta a antropóloga Goldenberg (2009) sobre a pesquisa qualitativa e o exercício do/a pesquisador/a quando aponta que: “[...] consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos [...] não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o/a pesquisador/a a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. (GOLDENBERG, 2009, p. 53) Ressaltamos ainda que essa pesquisa está alinhada e pautada no pensamento decolonial, pois está atravessada por uma perspectiva de desnutrição às culturas hegemônicas de pesquisa, pois é através da cultura que se constrói um universo de autorização, processo que rejeita o sujeito em sua ancestralidade e naturalidade, incorporando valores como universais. (DAMASCENA, 2020, p. 16)

Ainda nesta linha de apontamentos da pesquisa, ressaltamos que está sendo desenvolvida com propriedade descritiva. Triviños (1987) e Gil (2010) destacam que os estudos descritivos não ficam unicamente na coleta, ordenação, classificação dos dados, eles podem constituir relações variáveis. Neste tipo de estudo, o/a pesquisador/a necessita conhecer o assunto para, assim, analisar os resultados.

De modo a atingir os indicados objetivos e garantir a obtenção de maior veracidade no processo científico da problemática, estamos examinando com um olhar investigativo teórico as referências que tratam sobre a temática étnico-racial, por estar relacionado e tratar-se também de uma pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa está acontecendo nas escolas públicas localizadas na Área Itaqui-Bacanga na Cidade de São Luís/MA. A coleta de dados será feita em contatos agendados com os/as participantes, em horário a ser combinado. As entrevistas estão sendo desenvolvidas levando em consideração o Plano

Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Do material coletado, faremos uma análise mais sintética, de modo a eleger categorias que favoreçam a compreensão de como estão sendo realizadas as ações que objetivem a efetivação da Lei em questão nas escolas públicas do município de São Luís- MA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Munanga e Gomes (2016), o Brasil é uma nação com contrastes sociais e desigualdades estruturantes. Quando verificamos quais os/as agentes sociais estão historicamente de fora dos mais variados espaços sociais e educacionais, constatamos, como já problematizou Genivalda Santos (2009), que a sociedade brasileira passou por transformações, sociais, políticas e econômicas de caráter neoliberal excluindo assim muitos/as brasileiros/as, majoritariamente, a população negra e seus descendentes.

A supracitada autora, dialogando com Caio Prado Jr (1989), aponta que a identidade nacional é marcada pelo sistema colonial e escravista que se estruturou no país reforçando assim uma cultura racista, segregacionista, patriarcal e etnocêntrica. (SANTOS, 2009) Consideramos fulcral nesse inscrito demarcar que para pensarmos a Lei nº 10.639/2003, no espaço educacional formal, devemos compreender as raízes da desigualdade na sociedade brasileira, que reforça a estratificação das classes sociais e que, conseqüentemente, coloca determinados grupos raciais em posição de subalternidade.

A população negra brasileira vive uma realidade marcada por insucessos e incertezas. Os movimentos negros e de mulheres negras no Brasil sempre denunciaram e problematizaram que as desigualdades raciais são reforçadas pelo racismo e preconceito racial. Quando falamos do racismo nesse texto, é por entendermos que enquanto fenômeno social ele ainda precisa ser combatido, pois historicamente tem atravessado negros/as os/as colocando em rota de fuga, pois a hegemonia é violenta e age com brutalidade.

É nesse contexto que desenvolvemos nossa dissertação, conjurando uma educação como prática da liberdade, aliançada com o pensamento negro\la ancestral e contemporâneo. Pois, compreendemos que os frutos da colonização podem ser vistos no âmbito do saber, e nessa direção como produção da colonialidade continua a reproduzir as dialéticas forjadas no período colonial. (BERNARDINO-COSTA, 2019)

Enquanto educador\la antirracista, concordamos com Nilma Lino Gomes (2019), que é necessário um compromisso político, epistemológico e decolonial para que a verdadeira história dos\as primeiros\as negros\as e seus descendentes não sejam mais contada nos espaços educacionais formais de maneira errada, pejorativa, cristalizada e pelo olhar do outro e esse outro é o homem branco, o colonizador.

Contar a verdadeira história da população negra no Brasil, desde a chegada dos\as primeiros\as africanos\as, é corroborar com uma educação antirracista. Uma educação que apresente outra versão que não seja a considerada oficial. Sobre isso, encontramos em Maria da Guia Viana (2015) que uma educação étnico-racial para a promoção da igualdade racial representa um mecanismo para romper com as estruturas pedagógicas rígidas que não reconhecem os\as diferentes, ou melhor, os\as excluídos\as de dentro.

A Lei nº 10.639/2003 será viabilizada, se for implementada, no espaço educacional formal, a superação da marginalização e da desigualdade, em particular, nos sistemas de ensino. Vislumbramos com esse estudo reforçar a busca de uma sociedade justa, onde negros e negras possam ter acesso aos mais variados espaços sociais e educacionais sem serem desumanizados\as e infantilizados\as.

As pessoas negras têm seus corpos desumanizados historicamente, diante de todo esse processo de desumanização dos corpos negros\as, os movimentos negros\as brasileiros\as lutaram incansavelmente para a reconstrução dos processos educacionais para a viabilidade da história e cultura afro-brasileira e africana, pois era e é necessário romper com a fronteira da colonialidade e transpor o pensamento do\la outro\la.

Disto isto, é necessário compreendermos como se estabelece no

contexto educacional formal uma gestão voltada para a diversidade, pois, em nosso entendimento, pensar a gestão escolar é discorrer sobre as ações pedagógicas que a escola deve desenvolver para alcançar sua função social frente à pluralidade étnico racial.

Notadamente, as concepções sobre Gestão Escolar devem ser desenvolvidas com fundamentos que contribuam com os laços que unem todos/as os/as agentes sociais envolvidos/as no espaço escolar com o propósito de avançar em uma participação educacional democrática, que desenvolva em suas estruturas todas as concepções ideológicas que possam fortalecer os processos educacionais de ensino e aprendizagem de forma participativa e significativa.

Sobre a gestão educacional, compreendemos que esta precisa caminhar junto à formação profissional para o trato das questões raciais, nesse sentido, é essencial repensarmos quais iniciativas a escola tem refletido para trabalhar e transmitir conteúdos formativos plurais. Sustentamos que a “educação antirracista precisa considerar o exercício profissional, e que cada agente social depende de ações individuais, coletivas, dos movimentos organizados, como também de políticas públicas”. (BRASIL, 2006, p.124).

Por perto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/1996) aponta para a primordialidade da institucionalização da Educação das Relações Étnico-Raciais e da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Que conjecture mudanças substantivas na política de desenvolvimento inicial e continuada de professoras/es e gestoras/es, assim sendo, essa formação deverá caminhar conforme as orientações normativas que corroborem com o estudo da diversidade étnico-racial. (BRASIL, 1996)

Entretanto, temos observado na sociedade um aumento de temáticas em torno da palavra diversidade, por outro lado, acreditamos ser necessário saber quais debates a escola tem proposto para a comunidade escolar para que, de fato, seja desenvolvida uma educação que promova a inserção da diversidade com um recorte para a temática racial, de gênero e classe social.

Para o engendramento e o reconhecimento de uma educação antirracista, é necessário debater sobre as desigualdades sociais e raciais como já mencionamos anteriormente. Pois essas desigualdades se apresentam para

os grupos sociais minoritários de maneira intensificada e que, em nossa perspectiva, precisa ser analisada não somente com um recorte racial, como também de gênero e classe, pois estamos também falando de múltiplos atravessamentos.

Desse modo, o que fortifica o nosso olhar na perspectiva de gênero é por compreendermos com base nos estudos da filósofa e educadora Djamilia Ribeiro (2019) que as mulheres negras estão confinadas ao olhar do outro do outro, nesse sentido dos homens brancos e negros, bem como das mulheres brancas, que as colocam em uma posição de subalternidade difícil de ser ultrapassada. Na verdade, o que salienta a supracitada autora é também problematizado por Carla Akotirene (2018), quando descreve a partir de sua análise interseccional que as mulheres negras são acometidas múltiplas vezes, por serem mulheres, negras e em sua maioria pertencentes às camadas populares da sociedade brasileira.

Some-se a isto, em nosso estudo vislumbramos outras perspectivas educativas emancipatórias e em Sacristán (2000) apud Silva (2014) localizamos estratégias que consideramos necessárias para a construção de um projeto educacional e democrático que contemple o ensino e aprendizagem e que está relacionado a quatro pontos fundamentais que fortificam o currículo voltado para uma educação inclusiva e emancipatória, vejamos:

[...] a) a formação de professores, b) o planejamento dos currículos, c) o desenvolvimento de materiais apropriados, d) a análise e a revisão crítica das práticas vigentes, a partir de avaliações de experiências ou da realidade mais ampla, da pesquisa-ação com professores, etc., tudo isso sem se descuidar da conexão entre a escola e o meio social, pois já dissemos que, nesse sentido, a cultura escolar pode ser uma frente de atuação a mais. (SACRISTÁN, 2000 *apud* SILVA, 2014, p. 60)

É indispensável desenvolver, conforme apresenta Silva (2014), uma visão crítica da sociedade desigual e excludente recorrentemente figurada nos documentos norteadores das políticas curriculares. Segundo o supracitado autor, um exemplo importante foi a luta pela implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 que, como discorre Munanga e Gomes (2016), homens

negros e mulheres negras resistiram bravamente a toda forma de preconceito e discriminação e o resultado é que hoje podemos desenvolver o presente estudo. Outro ensinamento sustentado pelo autor, e que concordamos, é que a questão étnico-racial deve estar diretamente alinhada ao currículo educacional. (SILVA, 2014)

Sobre isso, em Lopes e Macedo (2011) *apud* Silva (2014), encontramos o apontamento que o currículo educacional é um componente mais fortificado nos espaços educacionais formais como também pelos movimentos sociais da sociedade contemporânea. Esse pensamento é condicionado pela compreensão de que o currículo está literalmente ligado aos processos educacionais, à formação de\la professores\as, como ao ato político e pedagógico.

Reafirmamos as ideias do autor, quando observamos nos documentos históricos a luta travada pelos movimentos negros\as para a inserção da história e cultura africana e afro-brasileira. Apontamos que esta luta foi necessária pela negação fundamentada em concepções eurocêntricas centradas na branquidade universal que sempre trabalhou para a manutenção dos lugares na sociedade brasileira. Outro apontamento que consideramos necessário é uma análise educacional que contemple as contradições de classe, gênero e raça, pois as desigualdades são estruturantes e reincidem sobre negros\as.

Sustentamos que existem contradições de classe, gênero e raça e que tais diversidades devem ser trabalhadas nos espaços educacionais, por isso, defendemos a necessidade da elaboração de aportes teóricos e práticos junto à gestão educacional, com a finalidade de proporcionar a discussão com toda comunidade escolar, não somente com os\as estudantes.

Moreira (2012) *apud* Silva (2014, p. 61) acrescenta que é indispensável dinamizar as categorias de classe, gênero e raça, considerando que as mesmas não podem estar desassociadas para uma educação voltada para a diversidade étnico racial. É preciso problematizar teoricamente as experiências junto aos agentes sociais das camadas populares. Além disso, é necessário que seja elaborado um currículo que oriente os\as agentes pertencentes a essas camadas para criticar não somente os condicionamentos sociais como também as desigualdades que estão presentes, como o machismo, racismo,

a xenofobia e todas as formas de preconceitos e racismos que se apresentam na sociedade de classes.

Em síntese, sustentamos que é preciso trabalhar a transversalidade, os conteúdos relacionados à perspectiva étnico-racial negra, que, nesse sentido, conforme os dados do IBGE (2010), é a maioria da população brasileira. Logo, alguns questionamentos fulcrais estamos fazendo em nosso estudo como: – Quais os/as agentes sociais têm sido silenciados/as por séculos? Como valorizar sua cultura? Sua subjetividade? Como propor a dialogicidade? Como tornar a escola um espaço democrático que contemple toda a comunidade?

Consideramos que tais questionamentos precisam ser feitos no sentido de verificar e entender quais os/as agentes sociais precisam ser considerados/as no currículo e pela gestão escolar, por certo conjecturamos a necessidade de uma visão crítica e histórica, pois é necessário o reconhecimento nos programas curriculares, pois quando pensamos em uma educação antirracista, não pensamos somente em África centralizada. Porém, entendemos que é preciso que reconheça, estime e aproveite todos os conhecimentos deste rico continente que em outro tempo foram trazidos juntamente com seus africanos/as para o Brasil; além disso, é importante efetivar a participação das pessoas afro-brasileiros/as em toda sua potencialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a travessia epistemológica para a construção deste texto, refletimos sobre os estudos e pesquisas para a composição deste escrito com base em todo material já apresentado, acreditamos que é indispensável ressignificar as aprendizagens, os saberes e imagens que são construídas socialmente pelos vários agentes sociais que estão no espaço escolar.

Destacamos que a aprovação da Lei nº10.639/2003 foi e é uma resposta positiva à luta desses/as importantes agentes sociais que sempre foram marcados/as pelas estruturas que produzem as diferenças, fraturam nossas identidades e reforçam os privilégios do/a outro/a, pois a hegemonia é violenta.

Um marco na história da educação brasileira foi a aprovação da Lei em questão e a alteração da LDBEN que incluiu o artigo 26a, a qual trouxe a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Destacamos que a supracitada Lei é também uma política de ação afirmativa de reparação histórica e necessária, pois objetiva valorizar a cultura, história e a identidade do povo negro.

A nossa construção teórica é pautada em uma educação como prática da liberdade e para reforçar nosso entendimento esta discussão está aliada em uma perspectiva dialógica, cremos que as práticas pedagógicas não podem tratar igualmente os desiguais, estas precisam trabalhar com a diferença, com respeito mútuo pois, afinal, estamos tratando de uma sociedade multicultural.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte – MG: Letramento: Justificando, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília: SECAD, 2004.

BRASIL. LEI Nº 9.394, de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** Autêntica, 2019.

DAMASCENA, Quécia Silva. **Educação decolonial, corpos e memórias no tempo presente:** encruzilhadas formativas no Museu Afro Brasileiro – UFBA. 2020, 94f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/>. Acesso em: 04 maio 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos.** In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p.223-246.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala** / Djamila Ribeiro. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 112p. (Feminismos Plurais / Coordenação de Djamila Ribeiro)

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2013.

SILVA, Francisco Tiago. Educação das Relações Étnico-Raciais Negras no currículo da Formação de Professores. **Periódico Científico Projeção e Docência**, vol. 5, nº 1. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

VIANA, Maria da Guia. **Os desafios da implementação da Lei Federal Nº 10.639/03: entre as ações da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e a Política Educacional do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2015.

**PESQUISAS SOBRE
GESTÃO EDUCACIONAL E
ESCOLAR NA PERSPECTIVA
DEMOCRÁTICA**

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: as distorções entre os discursos e as ações em uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental público luminense

*Dayane de Sousa Vasconcelos França
Maria Goretti Cavalcante de Carvalho*

INTRODUÇÃO

Quando se fala na palavra democracia, logo vem em mente política ou forma de governo. Está relacionada à política de governo quando proporciona ao indivíduo o direito de participar sobre as resoluções que afetam a sua vida, por meio do voto. E o que observamos é que este instrumento democrático – o voto dá a oportunidade para que um grupo eleja os seus representantes políticos, como: vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, além de governadores e presidente da república. Desde a Constituição Federal de 1988, ficou atribuído às escolas públicas, o princípio de gestão democrática expressa no seu artigo 206, inciso VI, como um dos princípios necessários para a socialização das ações educativas, com a concepção que aconteça de fato o envolvimento de todos os integrantes da comunidade escolar e seja efetivada uma educação de qualidade.

A gestão de uma escola tem como base a descentralização do administrativo e desenvolvimento pedagógico no sistema educacional. Assim, a crescente autonomia da escola acontece pelo envolvimento e compromisso de toda a comunidade escolar para a construção da gestão democrática. Dessa forma, a gestão escolar é um dos pilares de transformação, entretanto, toda mudança é algo complexo, e falar de democracia em uma sociedade de desigualdade social, não é nada fácil e se torna extremamente desafiador.

Diante do exposto, questiona-se: Qual o perfil de gestão da escola dos anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Paço do Lumiar – MA? E como a comunidade escolar participa das decisões administrativas e

didático-pedagógicas para a garantir a educação como direito constitucional? Quais são as distorções existentes entre os mecanismos de democratização (PPP, Conselhos, Propostas Pedagógicas, Planos, Projetos, ATAS de reuniões, entre outros) e as práticas do cotidiano escolar?

Nessa perspectiva, o interesse investigativo sobre a gestão escolar democrática justifica-se a partir da experiência na área da educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, atuando como especialista em educação básica (coordenadora pedagógica) no município de Paço do Lumiar - MA e percebendo os inúmeros desafios encontrados no âmbito escolar pelos gestores escolares, entre eles: a falta de conhecimento na administração financeira, ausência de competências para um planejamento pedagógico das ações educativas, a falta de abertura de espaços para dialogar com a comunidade escolar, a centralização das decisões apenas informando o que ficou decidido, entre outros.

Nesse sentido, a pesquisa se torna relevante quando se pensa que a atual escola necessita entender as transformações na sociedade, possibilitando à comunidade escolar a participação de discussões e tomada de decisões no âmbito escolar. Percebemos como é desafiador trazer para a escola práticas que instigam os alunos a serem ativos e participativos frente aos processos de construção do conhecimento e exercício da cidadania. Observamos nos dias atuais um alunado que vive em uma sociedade cada vez mais marcada pela velocidade de informações, com diversos recursos tecnológicos, oferecendo inúmeras formas de conhecimento no seu cotidiano, o que viabiliza a sua participação na trajetória escolar. A partir deste pressuposto, a transformação acontece no momento em que o estudante tenha a possibilidade de ser estimulado e desenvolver suas potencialidades e habilidades no que se referem à sua participação estudantil nos assuntos escolares, para a construção de valores, criticamente vivenciados.

Assim, buscamos, nessa pesquisa, analisar as diferenças existentes entre os discursos e a ação da gestão democrática da Unidade Escolar Básica Maria Ferreira que contempla a etapa de anos iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de Paço do Lumiar - MA, para a identificação de elementos que precisam ser refletidos pela comunidade escolar sobre a

garantia do direito constitucional à educação. E se desdobra nos seguintes objetivos específicos: identificar as concepções de gestão democrática no contexto histórico e as legislações que a norteiam; descrever como se dá o exercício da gestão democrática na escola pública de Ensino Fundamental luminense; compreender o conceito de gestão da escola pública de Ensino Fundamental do município de Paço do Lumiar – MA; perceber o sentido de gestão democrática da escola pública pesquisada para a comunidade escolar; apresentar algumas possibilidades de atuação como ferramenta de transformação cultural e social, assim como para a qualidade da gestão democrática e elaborar um caderno de orientações com as ações que possam direcionar e melhorar o desenvolvimento do trabalho educacional da comunidade escolar da instituição pública pesquisada.

O presente estudo apresenta quatro seções, sendo a primeira, aqui já apresentada, dedicada a introdução deste trabalho, onde são apresentadas as intencionalidades da pesquisa. Na segunda seção, será apresentado a metodologia utilizada, na terceira seção os resultados e discussão descrevendo brevemente os aspectos transcorridos até o presente momento e como última seção, se têm as considerações com uma síntese dos aspectos futuros.

METODOLOGIA

Para analisar a forma como o contexto e a dinâmica da gestão escolar democrática acontece, é necessário buscar por uma abordagem que permita compreender alguns fenômenos, a partir das relações entre os sujeitos envolvidos na comunidade escolar. Nessa perspectiva, o método teórico terá inspiração no materialista histórico-dialético, pois

a realidade social pode ser conhecida na sua concreticidade (totalidade) quando se descobre a natureza da realidade social, se elimina a pseudoconcreticidade, se conhece a realidade social como unidade dialética de base e de supra-estrutura, e o homem como sujeito objetivo, histórico-social. (KOSIK 2002, p. 52)

Nesse passo, entendemos que este método ajuda a refletir sobre o dever de uma sociedade pautada na igualdade de direitos fundamentais, convergindo com as contradições sociais e históricas da construção e da atual formação social. Nesse trabalho será adotada uma pesquisa descritiva, “dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos” (DEMO 2000, p. 20). Esta que, como sabemos, tem a preocupação de observar os fatos, analisá-los, classificá-los, registrá-los, e interpretá-los, e o pesquisador não interfere.

Nessa pesquisa, utilizaremos a revisão bibliográfica, que segundo Severino (2007, p.122) é caracterizada pelo,

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Nesse sentido, será baseada em autores como: Barroso (2000), Gadotti (2004), Hora (2007), Libâneo (2012), Lima (2011), Luck (2015), Nóvoa (2013), Paro (2016), Saviani (2005), entre outros que se reportam acerca da gestão democrática, as questões teóricas e históricas da administração escolar no ensino público e as práticas vivenciadas no cotidiano para construir uma escola participativa. Além disso, utilizaremos a pesquisa documental que, de acordo com o pensamento de Severino (2007, p.122), é entendida como:

[...] fonte, documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Assim, serão consultados os seguintes documentos: Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024), Plano Municipal de Educação de Paço do Lumiar (2014), livros de Atas do Conselho Escolar (CE), Atas de reuniões e Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada.

O estudo apresentará uma abordagem qualitativa, a qual “[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado [...]” (MINAYO, 2016, p. 21). Nessa perspectiva, o lócus da pesquisa se constitui de uma escola de anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede municipal de Ensino de Paço do Lumiar - MA. O universo da pesquisa compreende a comunidade escolar, com os seguintes participantes: a Gestora Geral, o Gestor Adjunto, a coordenadora pedagógica, três professoras, dois pais/responsáveis, dois funcionários, totalizando um total de 10 participantes. Todos os/as participantes da pesquisa devem assinar o Termo de Consentimento Livre e esclarecido – TCLE.

E, para dar voz aos principais sujeitos desta comunidade escolar, selecionou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, pois esta opção “[...] ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação [...]” (TRIVINOS, 1987, p. 146), ou seja, é um instrumento que leva em conta o discurso do sujeito, sua opinião e permite que o mesmo exponha livremente seu modo de pensar, assim será aberto o espaço para o diálogo, e captar as impressões que os indivíduos tem sobre o objeto de estudo. Assim, durante a entrevista será estabelecido um clima favorável, pautado no respeito e na confiança.

Nesse sentido, a organização e exploração dos dados será fundamentada na análise de conteúdo de Bardin (2011, p. 38) tomando-a como um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo da mensagem [...]”. Assim, o objetivo será apresentar o pensamento dos pesquisados através dos conteúdos relatados na entrevista, indo além do que está comprovado, buscando novas estratégias de enxergar o que foi dito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse cenário recente de mudanças profundas nos aspectos políticos, econômicos e sociais, alguns pontos ganham destaque, entre eles a relevância da gestão da escola sob uma perspectiva democrática, para que a sociedade tenha direito de participar das tomadas de decisões que ocorrem no seu interior. Dessa forma, apresentamos nessa seção os aspectos transcorridos durante o ano de 2021 para o desenvolvimento da pesquisa.

No projeto de pesquisa, é necessário pensar na escrita e reescrita. Dessa maneira, foram sugeridas leituras de teóricos sobre metodologia científica, e a partir dos novos conhecimentos adquiridos pela disciplina “Pesquisa em Educação” e das orientações da professora orientadora, as etapas tiveram que ser melhoradas para a compreensão do contexto histórico e político.

Nesse sentido, realizamos o levantamento de principais autores sobre a gestão democrática, entre eles: Paro (2008), Luck (2015), Libâneo (2018), entre outros, por meio de fontes variadas, como livros, textos legais – Leis e documentos oficiais-, pesquisas em sites, livros, artigos, monografias, dissertações na intenção de criar embasamento teórico para aprofundar os estudos e fundamentar a pesquisa. Assim, a partir das leituras realizamos fichamentos e resumos, os quais estão auxiliando para as reflexões do escopo teórico da pesquisa. Desse modo, nos próximos parágrafos destacamos, brevemente, sobre alguns desses autores.

O autor Vitor Henrique Paro publicou vários livros na educação, entre eles correlacionados com a temática da pesquisa: A obra *Gestão Democrática da Escola Pública*, trazendo a perspectiva da educação, questões teóricas e contextos de investigação sobre a administração escolar no ensino público, que estimulam reflexões acerca da participação dos pais, dos alunos, da comunidade e dos conselhos escolares, em prol de um sistema de ensino.

Outro livro desse mesmo autor que retrata a gestão democrática é: *Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino* apresentando reflexões sobre o papel sociopolítico da educação, com apresentação de propostas que visam um ensino para a democracia. Assim, a gestão democrática é colocada como um modo de fazer gestão, que se constitui por um processo coletivo de

tomadas de decisões, sendo um movimento que exige o compartilhamento de responsabilidades. A participação é um elemento primordial no processo de construção da gestão democrática, porém, só faz sentido se houver a mobilização dos indivíduos envolvidos, pautados na contribuição. É nesse cenário que a participação da comunidade escolar se relaciona e mobiliza ações, dando sustentação à gestão democrática.

Na obra *Gestão Participativa na Escola* de Heloisa Luck, são apresentadas algumas estratégias para facilitar a participação dos atores envolvidos no processo educacional. Segundo a autora a participação é uma forma de promover o envolvimento entre todos os membros, para garantir uma gestão democrática. E a leitura dessa obra se relaciona com o objeto de estudo, pois o exercício de uma democracia estimula a participação coletiva nas melhorias da instituição escolar. Assim, a gestão escolar tem possibilidades de melhor entender as necessidades da comunidade e contribuir para formação crítico-reflexivo dos estudantes.

O autor José Carlos Libâneo destaca na sua obra *Organização e Gestão da Escola* um estudo da gestão escolar e as práticas vivenciadas no cotidiano para construir uma escola participativa e democrática, para que não prepare os alunos apenas para os conteúdos das disciplinas, mas para uma cidadania plena. Nesse sentido, esse livro auxilia na pesquisa para compreender a organização e estrutura da instituição escolar e suas disposições do exercício dos atores da educação.

Durante as leituras realizadas compreendemos que para a implementação de uma gestão escolar que seja compartilhada é necessária a participação ativa de cada membro da comunidade escolar - educadores, alunos, funcionários, pais e equipe diretiva - nas decisões a respeito do funcionamento da escola. Para isso, é necessária a existência de órgãos colegiados que funcionem como instrumentos democráticos e articulados com todos os setores da instituição escolar.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Considerando os aspectos futuros, será feita a redação do texto da Dissertação para a Qualificação de acordo com as recomendações da Orientadora. Estão em curso a elaboração e a aplicação da entrevista semiestruturada. E a partir dos dados coletados serão realizados os processos de análise, sistematização, interpretação das informações coletadas, articulando com os eixos teóricos e metodológicos firmados durante a pesquisa e elaboração do produto técnico tecnológico.

Nesse sentido, levando em consideração o caráter de intervenção social dos Mestrados Profissionais, que devem gerar um produto técnico tecnológico que contribua com o exercício profissional do mestrando e possibilite sua aplicação em outros espaços semelhantes. Assim, se referindo as condições e requisitos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio da Portaria nº 17, de 28 de dezembro de 2009 propõe no art. 7º, § 3º que,

O trabalho de conclusão final do curso poderá ser apresentado em diferentes formatos, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística, sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela CAPES. (BRASIL, 2009, não paginado)

Nesse intuito, para atender aos parâmetros dos mestrados profissionais, o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) apresenta, como condição à obtenção do título de mestre, a escrita e a defesa oral da dissertação e ainda a elaboração de um produto pedagógico, conforme apresentado no Regimento Interno aprovado através da Resolução nº 1.393/2019 – CEPE/UEMA, de 04 de dezembro de 2019, Seção VI, que trata da Dissertação, em seu artigo 55:

Art. 55 Para obtenção do título de Mestre em Educação do Mestrado profissional, será exigida, também, a elaboração de um produto pedagógico, como parte integrante da Dissertação. Parágrafo único. A dissertação e o produto deverão tratar sobre tema de importância para a educação e que esteja em consonância com os objetivos do Mestrado Profissional em Educação. (UEMA, 2019, não paginado).

Nessa perspectiva, tendo em vista os regulamentos da CAPES e o regulamento interno do próprio programa de pós-graduação, o produto que será desenvolvido nesse estudo será um caderno de orientações, que contribua para esclarecer a comunidade escolar sobre a relevância da participação da comunidade escolar nos espaços da gestão democrática ofertado por uma escola dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de Paço do Lumiar.

O caderno será classificado como um material textual, fundamentado sobre a gestão democrática, visando a orientação para o aperfeiçoamento das práticas educativas junto à comunidade escolar e no final será elaborado uma história em quadrinhos, que contemple uma realidade sobre a temática, pois sabemos que os gibis permitem que a mensagem seja transmitida de forma atrativa, divertida e interessante sobre o assunto, além de ser um recurso pedagógico que contribui para o conhecimento sobre o objeto de estudo e proporciona incentivo à leitura.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Portaria normativa n. 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o **mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**. Disponível em: https://www.ipt.br/download.php?filename=444-Portaria_Normativa_n_17.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília

de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. reimpr. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. (Séries manuais acadêmicos).

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1985. 108p.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UEMA. **Resolução nº 1393/2019, de 04 de dezembro de 2019**. Regimento Interno aprovado através da Resolução nº 1393/2019 – CEPE/UEMA. São Luís: UEMA, 2019.

BIOPOLÍTICA EM OPERA(AÇÃO): governo dos corpos em discursos de docentes de Biologia

Fernando Vinícius Pereira de Almeida
Márcia Cristina Gomes

INTRODUÇÃO

Culturalmente produzimos o normal, o diferente, o anormal, o surdo, o deficiente, o desviante, o exótico, o comum, entre outros que poderiam compor uma lista infindável de sujeitos (LOPES, 2007, p.08). É importante olhar os sujeitos a partir de suas condições para estar e permanecer em sociedade.

Tomo como exemplo a surdez. O surdo não quer ser visto apenas pela surdez, ou seja, quando dizemos que ele é ou tem uma deficiência auditiva, o aprisionamos a uma marca (fixamos uma identidade), embora ela não seja negada. Desse modo, o surdo quer ser entendido como um sujeito com surdez, pois para além da deficiência, existe uma condição humana de existência.

Dentro dessa perspectiva, é que problematizo o objeto de investigação desta pesquisa, adotando uma concepção “[...] na qual se focaliza o discurso, a linguagem, o significante” (SILVA, 2009, p. 127). É a linguagem que permite a criação de um sistema de significações para representar coisas e negociar sentidos sobre elas. É sobre os sentidos que damos às coisas que construímos nossas experiências cotidianas e nossas interpretações sobre nós e os outros (LOPES, 2007, p.16).

Nesse contexto, a escola se configura como um espaço de controle e de reprodução desses mecanismos de verdade(s) e sobre esse espaço da educação formal, levanto as seguintes questões norteadoras: quais as concepções de docentes de Biologia sobre o corpo? De que forma o corpo vem sendo apresentado nas aulas dos professores de Biologia em escolas de

nível médio da rede pública de São Luís? Que discursos sobre o corpo devem ser apresentados nas aulas de Biologia? Quais as implicações/desafios em abordar esse tema em sala de aula? O biologismo prevalece nos discursos docentes? Ou existem outras formas de dizer sobre o corpo?

Em função de toda essa discussão, sinto a necessidade de investigar os discursos de docentes de Biologia sobre o corpo. Em nosso Estado, especificamente na cidade de São Luís, são poucos ou quase inexistentes os estudos desta natureza. Assim como Lopes (2007), pretendo problematizar o corpo como uma marca que inclui alguns sujeitos e exclui outros, que determina algumas condições de vida e de comunicação e que, principalmente, determina formas de organização de vida em um dado grupo, cujas formas de estar e de se relacionar com o outro são compartilhadas. Precisamos, dentro das escolas, olhar e significar as nossas ações e os sujeitos de outras formas. É isto que esta pesquisa intenta proporcionar.

Justifica-se então a análise de discursos docentes de Biologia sobre o corpo pelo entendimento de que este conteúdo é de extrema importância na aprendizagem dos estudantes, visto que os discursos sobre o corpo influenciam maneiras de perceber a sociedade e os indivíduos. Assim, descrever e compreender os discursos docentes é uma forma produtiva de percebermos a manutenção de estereótipos, preconceitos, estigmas, discriminações e processos de exclusão sutis em que o corpo está envolvido. As aulas de Biologia devem fomentar o diálogo, a inclusão e principalmente divulgar a importância das diferenças e o respeito à diversidade corporal e cultural.

Dentre os objetivos que subsidiam esta investigação, do ponto de vista mais geral, é o analisar os discursos docentes de Biologia sobre o corpo. Para tanto, pretendo descrever os discursos docentes sobre o corpo, compreender como o corpo é abordado pelo docente de Biologia em exercício, assim como, discutir a dimensão do corpo que o docente apresenta em sua aula e produzir uma proposta pedagógica a partir da discussão (análise) dos resultados da investigação, propondo outras formas pedagógicas de apresentar o corpo nas aulas de Biologia, tendo como centralidade discursiva o corpo como uma materialidade que incorpora diferentes sentidos culturais, políticos, sociais, econômicos e biológicos.

METODOLOGIA

Esta investigação é de perspectiva qualitativa. A opção pela abordagem qualitativa se revela por tratar-se de um objeto de pesquisa educacional, complexo, multifacetado e se justifica por tratar-se de uma temática que envolve a compreensão de um objeto construído por discursos sobre o tema corpo em que a lógica da pesquisa quantitativa não daria a descrição e a compreensão necessárias. Assim, e de acordo com Minayo (2014, p. 24), quem trabalha com dados qualitativos não deve se preocupar:

[...] em quantificar e em explicar, e sim em *compreender*: este é o verbo da pesquisa qualitativa. *Compreender* relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e representações e a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, *compreender* e interpretar a realidade (grifos da autora).

Descrever é importante para que possamos mostrar as regras de aparecimento de um discurso, de uma linguagem, de um artefato e de um objeto. É importante para que nos instrumentalizemos para explicitar as condições históricas de sua existência, sua “urgência histórica”, suas diferentes relações, suas ramificações, suas relações de poder-saber (PARAÍSO, 2014, p.40).

Pesquisamos com a sensação de que este trabalho importa para a educação. Isto se dá porque temos como pressuposto que a verdade é uma invenção. Não existe a “verdade”, mas, sim, “regimes de verdade”, isto é, discursos que funcionam na sociedade como verdadeiros (FOUCAULT, 2000). Isto nos faz levar em consideração que os discursos - objeto de nossa análise – e o nosso próprio discurso que construímos a partir desta pesquisa são parte de uma luta para construir as próprias versões de verdade.

No percurso da pesquisa de mestrado que venho desenvolvendo sobre o corpo pela perspectiva discursiva, tomo para análise os discursos de docentes de Biologia sobre o corpo. A escolha desses docentes foi pensada de acordo com os seguintes critérios: ter graduação em Ciências Biológicas Licenciatura, possuir vínculo com a rede pública de ensino da cidade de São Luís/MA e experiência profissional de 5 a 10 anos de magistério.

Nesta pesquisa, cabe operar como ferramenta teórico-metodológica com o conceito de discurso a partir de Foucault (2012). O projeto de pesquisa será submetido ao comitê de ética de pesquisa da Plataforma Brasil. De posse desse parecer favorável, será necessário ter a autorização dos sujeitos da pesquisa a partir de suas assinaturas através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em que constam os objetivos e esclarecimentos sobre a pesquisa. Nosso instrumento de coleta será um questionário composto por 11 perguntas abertas com a finalidade de compreender os discursos de docentes de Biologia sobre o corpo. Tendo como objeto de pesquisa esses discursos, nossa análise será baseada a partir da perspectiva foucaultiana. Dessa forma, ao transcrever, categorizar e analisar estes discursos de docentes de Biologia sobre o corpo compreenderemos como eles são ditos e se tornam verdadeiros. Por se tratar de um Mestrado Profissional, este trabalho terá como materialidade um produto técnico-tecnológico composto por uma proposta pedagógica construída coletivamente, a fim de apresentar nas escolas outras formas de discutir o corpo nas aulas de Biologia do Ensino Médio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa está em processo de (re)construção. As leituras realizadas acerca da temática da pesquisa vêm permitindo a compreensão de que o corpo é uma estrutura que carrega símbolos, ideias, representações e discursos dos mais variados. Ao longo da história, o corpo foi (e continua sendo) objeto de especulação por parte de diferentes instituições sociais: Estado, Igreja, Família, Escola, Medicina, etc. Investem-se muito nos discursos biomédico e naturalista do corpo. Nossas representações sobre ele estão impregnadas de biologismo. O corpo continua sendo percebido como uma máquina com funções programadas. Mas, existem outros olhares para o corpo. De acordo com a perspectiva dos Estudos Culturais, o corpo é uma construção cultural.

Por ser um objeto de investimento social e cultural, é importante que existam discussões que ultrapassem os olhares biológico e médico do corpo. É um equívoco continuar a imaginar (e divulgar!) o corpo humano

exclusivamente biologizado: dividido em partes; olhado como uma peça anatômica; percebido como uma estrutura fisiológica. Essa lógica é positivista e cartesiana. Mauss (1974) nos fala sobre o “homem total”, pois, para ele, o homem é ao mesmo tempo biológico, social, cultural e psicológico (MONTEIRO; SOUZA, 2008, p. 5).

Muitos são os desafios ao ensinar Biologia no nível médio. Estes desafios crescem quando se trata de falar sobre o corpo humano, tendo em vista que muitos são os tabus e preconceitos que ainda existem em nossa sociedade. Com isto, o conteúdo “corpo humano” fica restrito somente ao conhecimento biológico ensinado aos educandos de forma fragmentada, como se fosse somente peças de um imenso quebra-cabeça, onde estes alunos muitas das vezes somente olham o corpo de maneira biológica. Cunha, Freitas e Silva (2010, p.89) indagam-nos sobre como o tema “corpo humano” é ensinado nas salas de aulas: “Mas, que corpo é este? Alguns diriam que é o corpo da Biologia, uma vez que no contexto escolar está sempre representado em dicotomia à sua dimensão cultural. Entretanto, nosso corpo não existe sem a herança biológica e cultural”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos a proposição de que a escola pode ser pensada como empreendimento biopolítico, que implica uma potencialização do governo dos corpos e dos prazeres. Com isso, os agenciamentos biopolíticos da instituição escolar deslocam-se para uma governamentalidade, neoliberal, isto é, se a sociedade passa do seu modelo disciplinar para o controle, a escola também reproduz esse modelo. A escola contemporânea situa-se nas relações entre a biopolítica e essa nova forma de governamentalidade neoliberal. É agenciada pelas biopolíticas e, com isso, tomada como um campo de investimento que pode potencializar a produção e o consumo. Nessa perspectiva, a escola como empreendimento biopolítico contemporâneo objetiva capturar os corpos para torná-los viáveis para a produção e para o consumo (CÉSAR, 2010).

As estratégias biopolíticas se dirigem a governar a vida humana na

lógica da eficiência e produtividade, observando a máxima de que o poder biopolítico faz viver e deixa morrer. A biopolítica está atravessada pelo paradoxo do cuidado da vida. Cuida-se da vida quando é um elemento produtivo, e se abandona quando a considera improdutivo. A morte também pode entrar na racionalidade calculista da biopolítica, pois há ocasiões em que deixar morrer é mais produtivo que cuidar da vida. É quando a biopolítica se torna necropolítica.

REFERÊNCIAS

CÉSAR, M. R. A. Orlando ou um outro aprendizado do corpo. **Aulas**, Unicamp, v. 5, p. 115-124, 2010.

CUNHA, A.M.O; FREITAS, D; SILVA, E.P.Q. O corpo da ciência, do ensino, do livro e do aluno. In. **Ciências: ensino fundamental**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **Ditos e escritos**. Ética, estratégia, poder-saber. MOTTA, M. B (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, v.4.

_____. **Ditos e escritos**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. MOTTA, M. B (Org.). Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. v. 3.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

LOPES, M. C. **Surdez e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU, 1974.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTEIRO, R. A.; SOUZA, A. S. Cultura corporal e Educação Física: elementos para uma re-significação da prática docente. **Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 13, n. 126, nov., 2008.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas.

In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Orgs). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

QUEIROZ, C. H.; PINHEIRO, C. V. Q. Do mal-estar da existência ao biologismo das relações. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 85-110, mar. 2006 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482006000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 fev. 2022.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

A GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS: possibilidades e desafios

Francisco Romário Cunha de Araújo
Sannyá Fernanda Nunes Rodrigues

INTRODUÇÃO

Este trabalho emerge de reflexões sobre a gestão escolar e as tecnologias digitais de informação e Comunicação-TDICs no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), na linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar, motivado por experiências pessoais e profissionais; é um trabalho inédito desenvolvido no município de Codó.

Historicamente, sabe-se que a administração escolar sofreu influências de teorias do Positivismo e da Administração Empresarial, criando uma visão de que o papel do diretor escolar é uma atividade técnica e burocrática. A partir da implementação da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e da LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), a democratização do ensino trouxe modificações à escola como um todo, e principalmente à figura do diretor. Passou-se a enxergar o diretor escolar não como um administrador, mas como um gestor escolar.

A incorporação de TDICs representa um desafio que necessita ser superado, pois a integração e utilização torna-se necessária para a modernização dos processos da gestão educacional e escolar.

Nessa perspectiva, o texto da pesquisa contempla a problemática, justificativa e seus objetivos e a fundamentação da pesquisa, assim como o caminho metodológico que será adotado. Anunciam-se os procedimentos metodológicos que nortearão esta investigação, a partir da abordagem e dos tipos de pesquisa adotadas e com as respectivas técnicas de coletas e análise de dados.

A pesquisa apresenta como possibilidades reais de investigar a gestão

escolar e as TDICs para o fortalecimento das tarefas do(a) gestor(a) que são desenvolvidas por meio das TDICs, o que nos leva a questionar: será que a formação continuada para gestor(a) escolar é o fator principal que influencia a inclusão das tecnologias no cotidiano escolar? Entende-se, ainda numa forma primária, que vários fatores podem interferir no desempenho do gestor, como medo de inovar, insegurança, falta de conhecimento em relação à TDICs, entre outros fatores.

Dessa forma, elaborou-se a problemática refletida em várias questões: Quais os desafios enfrentados pela gestão escolar na utilização das TDICs? Que impactos acontecem pela inserção das tecnologias da informação na gestão escolar? As TDICs favorecem a melhoria do desempenho na gestão escolar?

Definiu-se como **objetivo geral**: Analisar os impactos da utilização da tecnologia digitais de informação e comunicação (TDICs) na gestão educacional e escolar e como objetivos específicos: Identificar como as tecnologias digitais de informação e comunicação TDICs estão sendo inseridas na prática da gestão escolar; Descrever um modelo de gestão escolar que utilize as TDICs; Produzir um site e a implantar um ambiente virtual para formação e aprendizagem da gestão escolar de Codó, para o desenvolvimento de um produto pedagógico e tecnológico colaborativo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa assume a abordagem qualitativa, de caráter exploratório. As ações previstas na metodologia e cronograma estão voltadas a atender os objetivos desta pesquisa no que concerne analisar práticas e desafios da formação do gestor escolar.

Ao longo da investigação, serão adotadas estratégias de investigação, além da revisão bibliográfica, que conforme Lakatos e Marconi (2010), trata-se de levantamento e seleção de referenciais publicados em livros, revistas, monografias, teses, dissertações, jornais e outros que tenham relação com a temática e que possam justificar os limites e contribuições da pesquisa.

Será utilizada a pesquisa-ação como método de pesquisa, tendo como referência principal Thiollent, que concebe este método como uma estreita

associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação estarão envolvidos de forma cooperativa e participativa. A pesquisa-ação visa à mudança de atitudes, práticas, situação, condições, produtos e de discurso.

Os procedimentos metodológicos de desenvolvimento do produto entrelaçados com as etapas da pesquisa-ação serão executados em cinco etapas.

Nesse intento, a aplicação do questionário teve o propósito de chegar a uma compreensão e analisar o nível dos gestores em relação à utilização das TDICs. Investigar os motivos que os impediram de se qualificar, a importância dos estudos para a formação continuada, as concepções sobre as TDICs, suas dificuldades e seus desafios. Nesse intento, será desenvolvido um site com ambiente virtual para formação e aprendizagem para a melhoria da formação do gestor como estratégia para construção de redes colaborativas de aprendizagem.

A formação continuada se constitui como meio de comunicação e interatividade entre cursistas, desenvolvido pelo pesquisador e será ofertado para os gestores escolares municipais de Codó. Após executar todas as ações, os resultados obtidos desta pesquisa serão dialogados com autores e pesquisadores. Será utilizada a técnica de análise de conteúdo na intenção de atender os objetivos e responder a problemática do tema em epígrafe, pois, conforme Bardin destaca, análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, permitindo na análise das categorias formuladas nesta investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar o questionário, teve como objetivo principal responder aos seguintes questionamentos feitos por este trabalho: Quais os desafios enfrentados pela gestão escolar na utilização das TDICs? Que impactos acontecem pela inserção das tecnologias da informação na gestão escolar? As TDICs favorecem a melhoria do desempenho na gestão escolar?

A análise da pesquisa foi iniciada a partir do perfil dos participantes,

os sujeitos da pesquisa são do sistema de ensino público da educação básica, apesar de que o foco será a análise no trabalho da gestão escolar do município de Codó.

Os gestores escolares serão representados pelo nome Gestor 1, Gestor 2, Gestor 3, Gestor 4, Gestor 5, Gestor 6, Gestor 7 e Gestor 8.

Para organizar, sistematizar e analisar as informações, utilizou-se uma dinâmica que consiste em planejar as informações, organizar e observar a similaridade e divergência para congregar as falas sobre a fase exploratória da pesquisa desenvolvida no município de Codó.

A formação acadêmica dos gestores escolares da rede municipal de Codó, através do questionário, constatou que 100% dos gestores escolares são licenciados em Letras, História, Pedagogia, Matemática e possuem uma pós-graduação lato sensu em gestão e supervisão escolar. A aplicação do questionário impresso, contendo vinte e uma questões abertas e fechadas sobre a utilização das tecnologias, se deu para analisar os perfis e as concepções dos sujeitos gestores escolares de Codó.

Figura 1 – Nuvem de palavras das respostas à pergunta sobre as concepções das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs)



Fonte: Word- desenvolvido pelos autores

O uso tecnologia na aprendizagem desenvolve competências pessoais e profissionais, além daquelas desenvolvidas na aula tradicional, e representam uma alternativa pedagógica que proporciona ao gestor a capacidade de transitar de maneira autônoma na sua realidade, sem se deixar enganar por ela, tornando-o também capaz de enfrentar e resolver problemas e conflitos do campo profissional.

Quando se perguntou sobre quais as dificuldades para a utilização das tecnologias, obteve o resultado abaixo:

Figura 2 – Nuvem de palavras das respostas à pergunta sobre as dificuldades para a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs)



Fonte: Word-desenvolvido pelos autores

Os resultados revelaram que os gestores escolares pesquisados utilizam as TDICs adicionando em suas práticas pedagógicas metodologias distintas e inovadoras e enfrentam dificuldades. Ademais, observa-se que apesar da Secretaria Municipal de educação dispor de recursos tecnológicos, têm gestores que não utilizam esses recursos.

Isto posto, quando perguntou-se para os gestores qual(is) TDICs costumam utilizar no seu dia a dia? (Você pode selecionar mais de uma opção.)? Esses aspectos podem ser constatados nas falas dos sujeitos da pesquisa:

Vídeos Simuladores, Blog, áudios Redes sociais e portais de pesquisa (Gestor 1).

Vídeos Simuladores, Blog, áudios Redes sociais e portais de pesquisa (Gestor 2).

Blog, Redes sociais e portais de pesquisa (Gestor 3).

Vídeo, blog, hipermídias, áudios, redes sociais e portais de pesquisa (Gestor 4).

Redes sociais e portais de pesquisa (Gestor 5).

Redes sociais e portais de pesquisa (Gestor 6).

Redes sociais e portais de pesquisa (Gestor 7).

Redes sociais e portais de pesquisa (Gestor 8).

A análise dessa categoria temática contribuiu para concluir sobre quais a tecnologia que os gestores utilizam e revelou uma profunda relação que os sujeitos têm com as redes sociais, blog e portais de pesquisa.

No que se refere às relações entre o que os gestores consideravam sobre o que utilizam no dia a dia, pode-se registrar aspectos relativamente positivos nos depoimentos de cada gestor escolar. Esses depoimentos vão ao encontro dos autores Camargo e Daros (2018, p.12), quanto à utilização de materiais tecnológicos e a necessidade de formação continuada para obter conhecimentos e habilidades, exigindo materiais tecnológicos adequados. Portanto, os gestores escolares conhecem as tecnologias e reconhecem a importância e as possibilidades de uso para a resolução de problemas e aquisição de novos conhecimentos, no entanto, destacaram a necessidade de formação continuada para superarem as dificuldades enfrentadas. Ao analisar esses depoimentos, percebe-se que nem todos os comentários

denotam conhecimento de métodos, a educação a distância não é método. É modalidade com método próprio. Outros saem pela tangente, mas alguns dão a entender algum conhecimento de métodos, como os Gestores 1, 4 e 5.

Os gestores contribuem externando sobre a utilização das TDICs como estratégia inovadora na educação básica, destacando também as suas experiências:

Criar projetos. Incentivar os estudos de casos, trabalhos em equipe, aprimorar os procedimentos usados para educar, ampliar e tornar mais acessível as tecnologias digitais de informação e comunicação (Gestor 1).

Formação adequada aos professores, aquisição de recursos tecnológicos, Material didático mais apropriado e interação família e escola. (Gestor 2).

Montar nas escolas sala de multimídia e laboratórios de informática para que todos possam ter acesso como não é possível em todas as salas, mas que tenha pelo menos uma. (Gestor 3).

Nesse novo olhar sobre as metodologias ativas na Educação Básica seria interessante o aluno ser o protagonista de seu próprio conhecimento e que os docentes fossem seus mediadores do ensino aprendizado colocando em prática a sala de aula e invertida deixando de ser monótona a aula tradicional. (Gestor 4).

Formação continuada para gestores e professores sobre metodologia ativas. (Gestor 5).

Ao observar as falas dos gestores, constatou-se que o principal empecilho existente entre a gestão escolar e as tecnologias digitais de informação e comunicação -TDICs é a falta de profissionais nas escolas e formação continuada para a gestão escolar e professores, todos externaram a necessidade de ter uma formação adequada.

Esta primeira fase exploratória proporcionou aos gestores escolares a discussão e reflexão sobre as TDICs como estratégia para inovar. Diante da

interação estabelecida entre os gestores escolares, podemos confirmar que a falta de recursos tecnológicos é o principal empecilho em algumas escolas municipais de Codó. A partir da análise dos dados, podemos perceber a relevância do desenvolvimento de ações voltadas para a formação continuada sobre as tecnologias e metodologias ativas, em específico na pesquisa com aos Gestores das Escolas Municipais de Codó.

Face ao exposto, será desenvolvida uma formação continuada para os gestores que será dividida em sessenta horas em quatro módulos. Seus pilares versam sobre fortalecimento do trabalho da gestão, habilidades, ferramentas de apoio à gestão e aprimoramento de competências para elevação dos resultados de aprendizagem no contexto atual em que vivemos, como também contempla aspectos técnico-administrativos, financeiros e pedagógicos que são essenciais para o desenvolvimento do trabalho gestor.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O desenvolvimento deste trabalho propôs conhecer os sujeitos da pesquisa e os seus instrumentos aplicados. Foi desenvolvido um *site* e a implantação de ambiente virtual de aprendizagem para o desenvolvimento de um produto pedagógico e tecnológico colaborativo sobre gestão escolar de Codó, para analisar o seu desempenho diante da formação continuada.

Partindo dessa premissa, e com o objetivo de melhorar a qualidade do trabalho dos gestores escolares, que em contrapartida refletirá diretamente na qualidade do trabalho realizado nas escolas municipais de Codó, acredita-se que o trabalho sistemático de formação continuada sobre o uso das tecnologias é fundamental e, embora seja ainda um desafio, deve ser fomentado, pois permite que o gestor seja protagonista no processo de mudança do paradigma da gestão escolar. A pesquisa tem um caminho cronológico a ser percorrido e serão alcançados os resultados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 20 maio. 2020.

BARDIN, Lourence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 79, 2011

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11.ed. São Paulo:Cortez.2002.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE CODÓ- MA A PARTIR DO PNE (2014-2024)

Gardenia Salazar Rodrigues da Silva
Albiane Oliveira Gomes

INTRODUÇÃO

A aproximação com o tema em estudo, gestão da escola pública, tem como motivação as inquietações advindas da trajetória profissional da autora, observando e, na maioria das vezes vivenciando processos de implementação de políticas educacionais relacionadas à gestão democrática no contexto educacional e escolar, de forma mecânica e desprovidas de criticidade, calcadas na centralidade e verticalidade do sistema educacional, que geraram inquietações. Isto posto, o estudo suscita a seguinte questão norteadora: como vem se configurando a democratização da gestão das escolas públicas estaduais de Codó, de 2015 a 2022?

Com efeito, o presente estudo aborda como temática a democratização da gestão escolar nas escolas públicas a partir do PNE (2014 – 2024), princípio norteador da escola pública brasileira, na perspectiva do planejamento educacional para um decênio, objetivando analisar como vem se configurando a democratização da gestão das escolas públicas da rede estadual de Codó a partir do atual Plano Nacional de Educação, no período de 2015 a 2022. Nesta especificidade, tem como objetivo analisar a trajetória política e histórica do planejamento educacional brasileiro por meio dos Planos Nacionais de Educação, buscando assim, apreender a materialidade e a efetividade dessa política.

Sua relevância se justifica em contribuir para o avanço da gestão da escola pública, na perspectiva democrática, como pela possibilidade de fortalecimento do elo entre a escola pública de educação básica e a academia, sobretudo no contexto de desmonte das políticas educacionais vivenciadas

na atualidade. Por isso, este texto que parte de pesquisa de Mestrado em Educação, traça a seguinte perspectiva metodológica.

METODOLOGIA

Para a construção do percurso metodológico para este estudo, buscou-se o aporte teórico metodológico em Gil (2021), elementos que justificam a escolha do método qualitativo para essa abordagem. Portanto, o presente estudo trata-se de uma Pesquisa bibliográfica com análise documental.

Devido a atual situação de pandemia mundial do Covid-19, com consequente suspensão das aulas presenciais no estado do Maranhão, como em todo o território brasileiro desde março de 2020, inviabilizando, portanto, a pesquisa de campo, o encontro presencial, assim como a observação do cotidiano escolar com toda a comunidade, inicialmente planejados para esta investigação, para a coleta dos dados, optou-se por uma pesquisa virtual por meio da aplicação de questionários utilizando-se a ferramenta eletrônica *Google Forms* (Processo regulamentado pela Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, emitida pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), em 03 de Março de 2021, com Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual).

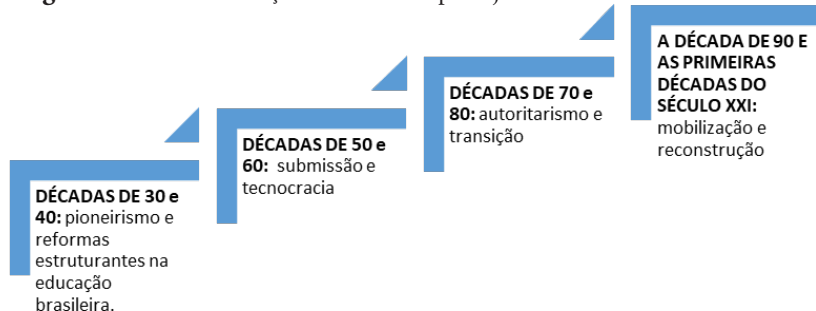
Nessa perspectiva, elegeu-se como participantes deste estudo cinco (5) gestores escolares das cinco (5) escolas de ensino médio da rede pública estadual de Codó. O presente estudo encontra-se em processo de análise junto ao comitê de ética.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o objetivo de analisar a trajetória política e histórica do planejamento educacional brasileiro por meio dos Planos Nacionais de Educação, buscando assim, apreender a materialidade e a efetividade dessa política, este trabalho, que parte de pesquisa de mestrado em andamento, aponta as seguintes análises preliminares. A partir disso, observa que o planejamento educacional via planos nacionais de educação, revela forças

políticas e intencionalidades, que estiveram presentes nesse processo, bem como suas implicações para sua efetivação, conforme nos inspira a analisar as seguintes imagens.

Figura 1- Contextualização histórica do planejamento educacional brasileiro



Fonte: elaborado pela autora com base em Damasceno e Santos (2017).

É possível observar ainda que o Brasil adentra século XXI com grandes avanços quanto à materialidade dos planos de educação. O primeiro, regulamentado por meio da Lei n.º 10.172/2000, representou novas conquistas, após a leis estruturantes do país. Aprovado e sancionado por meio da Lei N.º 13.005/2014, o segundo plano foi estruturado em vinte metas e oito estratégias, possibilitando assim, a preservação do princípio democrático em relação aos trâmites legais de sua elaboração, com conturbado e complexo processo de tramitação.

Destarte, em atendimento a prerrogativas da própria lei (Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o PNE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), realiza periodicamente a publicação de documentos de acompanhamento do atual PNE (2014 – 2024), por meio do Relatório de Monitoramento das Metas do PNE (2020). Neste relatório é apresentado dentre outros aspectos, um panorama da efetivação dessa política educacional, em específico da meta 19 do atual PNE (2014 – 2024), tratado no documento como Indicador 19A, considerados apenas os dados que a escola informa realizar processo seletivo simplificado, conjuntamente com eleição para escolha de seu diretor, em consonância com a estratégia 19.1 do PNE (BRASIL, 2020), conforme buscamos demonstrar na tabela a seguir:

TABELA 1- Quantitativo de gestores escolares brasileiros e percentuais de gestores eleitos por critério de seletivo qualificado e eleição participativa por redes de ensino.

GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS (Nº)			
Rede Federal	Redes Estaduais	Redes Municipais	TOTAL
962	29.184	93.172	123.048

GESTORES ESCOLARES ELEITOS (%/Nº)			
Rede Federal	Redes Estaduais	Redes Municipais	QTDE/TOTAL (% Nº)
10,69%	12,95%	4,56%.	6,58% (8.101)

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE (2020).

Conquanto, em relação aos primeiros dados apresentados, observa-se a gritante diferença entre o quantitativo de gestores escolares eleitos por rede de ensino, de forma qualificada com participação da comunidade, concentrando-se o maior número na rede pública municipal de ensino (93.172). No entanto, a justificativa recai para o fato de que é nessa rede de ensino que concentra-se o maior número de matrícula, referente ao ensino fundamental. Porém, quando se analisa os dados referentes ao percentual de gestores eleitos de forma qualificada, ou seja, em conformidade ao que preconiza o PNE, constata-se que a esfera estadual se destaca nesse aspecto (12,95%), ou seja, é na rede estadual, no exercício dos PEE que tem se efetivado maiores esforços no sentido do cumprimento da meta 19 do PNE vigente (2014-2024). Este dado, realça o fato de que os resultados ainda são muito baixos se considerado que já se passou mais da metade do decênio proposto para essa política, instituída a partir do ano de 2014.

Assim, embora já se possa considerar um avanço a quantificação dos dados em relação essa meta em um documento oficial, os percentuais mais baixos revelados consecutivamente nas esferas federais (10,69%) e municipais (4,56%), que se tratam do baixo quantitativo de gestores eleitos de forma qualificada com participação da comunidade a nível nacional, também devem ser vistos e considerados como respostas dessas esfera frente ao planejamento educacional brasileiro, haja visto que a não efetivação das proposições em relação ao alcance do indicador 19A, da meta 19 do atual

PNE, pode implicar em comprometimento ou fragilidade no alcance dos objetivos da política como um todo. Além disso, o Relatório também traz resultados sobre esse mesmo indicador (19A) por grandes regiões brasileiras que também merecem ser aqui discutidos, representados na tabela a seguir:

TABELA 2 - Percentual de gestores selecionados por meio de seletivo qualificado e eleitos com participação da comunidade por grandes regiões brasileiras.

REGIÕES BRASILEIRAS	REDE FEDERAL	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL
Nordeste	13,22 (%)	22,41 (%)	3,73 (%)
Centro-Oeste	11,76 (%)	21,26 (%)	7,24 (%)
Norte	10,00 (%)	5,39 (%)	2,71 (%)
Sudeste	9,05 (%)	2,58 (%)	5,30 (%)
Sul	8,47 (%)	22,74 (%)	6,12 (%)

FONTE: Elaborada pela autora com base no Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE (2020).

Essa abordagem retrata acerca da questão “Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar”, a partir de um olhar sobre as grandes regiões brasileiras, nas diferentes redes públicas de ensino. Por conseguinte, os dados apresentados no Relatório corroboram com a discussão no sentido de possibilitar uma visão sobre a situação no mesmo cenário, que é o brasileiro, no entanto, sob diferentes enfoques e particularidades de cada esfera em determinada região brasileira.

Assim, a análise torna possível constatar que, no âmbito federal, é na região Nordeste (13,22%) que tem se efetivado o maior número de gestores escolares eleitos de forma qualificada e com a participação da comunidade; em relação à esfera estadual, depara-se com o ranqueamento da região Sul (22,74%), seguida da região Nordeste (22,41%) e região Centro-Oeste (21,26%) com os maiores percentuais de efetivação da meta, em contrapartida com as regiões Norte (5,39% e Sudeste (2,58%); as redes municipais concentram os mais baixos índices, por região brasileira, conforme os dados da Tabela 2.

É relevante ressaltar que essas informações também suscitam reflexões sobre questões regionais, haja vista que a região Nordeste, carregando

estigmas da desigualdade, que historicamente assolam a região, ainda assim tem conseguido avançar em relação à questão, nas esferas federal e estadual. Ademais, enfatiza-se que uma análise de dados como essa, com os resultados encontrados, não deve ser tratada apenas para aferição de dados, mas deve gerar profundas reflexões para a sociedade, academia e para o sistema educacional, no sentido de que se revertam em mudanças qualitativas no âmbito das políticas públicas educacionais, por se tratar de informações sobre uma política de grande significância para o país, como o atual PNE, planejado para uma década (2014-2024), e especificamente por se tratar de uma questão que quando efetivada, significa o fortalecimento da democracia brasileira.

Em suma, quando se observa os resultados projetados pelo relatório, em relação às grandes regiões brasileiras, percebe-se que a rede estadual ranqueia em diferentes situações de análise, ou seja, é onde concentra-se os maiores avanços no sentido da materialidade da meta 19, no que concerne ao Indicador (19A). No entanto, o Relatório não traz maiores análises sobre os fatores que interferem nessa realidade, de forma a contribuir com um melhor entendimento acerca desses resultados nas escolas públicas brasileiras, frente à efetividade do planejamento educacional.

Dessa forma, visando melhor compreensão do processo de democratização da gestão, contemplado no planejamento educacional brasileiro via planos nacionais de educação, abordar-se-á a situação no âmbito do PEE do estado do Maranhão.

Por exemplo, no atual Plano Estadual Educação do Maranhão (Lei n.º 10.099/2014), aprovado em 11 de junho de 2014, pela Lei n.º 10.099/2014 revela indicadores importantes para analisar o projeto de pesquisa. Composto por um conjunto de 22 metas e 315 estratégias, com objetivos de assegurar as condições básicas para garantir o êxito dos resultados do processo educacional (MARANHÃO, 2014) esta lei pode se constituir como um elemento de análise importante da política educacional. Ressalta-se que sua elaboração se deu no contexto do governo Roseana Sarney, no entanto, teve sua implementação a partir da gestão de Flávio Dino, que assumiu o cargo de governador do estado do Maranhão em 2015, reeleito em 2018 (VERDE; LIMA, 2021).

No tocante à elaboração do atual PEE/MA (2014 – 2024), ressalta-

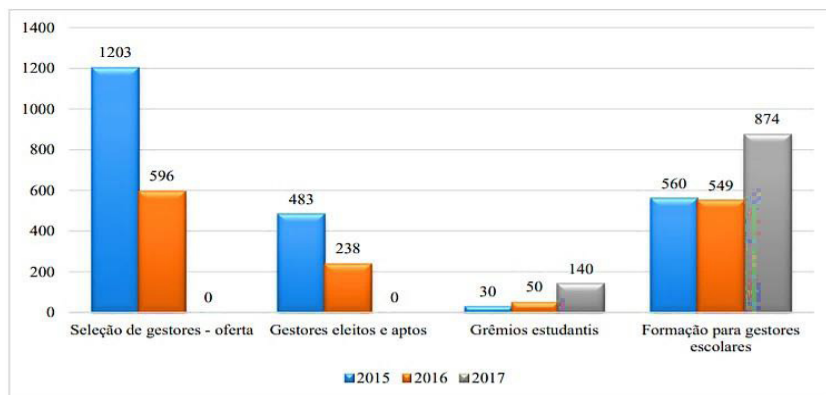
se que esse documento se enquadra no rol dos planos que tiveram sua elaboração implementada no interstício, entre o término do PNE (2001 – 2010) e a aprovação do PNE vigente. Importante ressaltar que o estado do Maranhão, contrário ao que prevê o PNE (2014-2024), sobre a avaliação e monitoramentos dos PEE.

Assim, com 1 (um) ano de atraso do prazo estipulado para que se efetivasse a gestão democrática no país, foi lançado somente em 2017 o Relatório do 1.º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Estadual de Educação 2014 – 2017 (MARANHÃO, 2017), com o objetivo de identificar o desempenho dos indicadores e subsidiar ações para fortalecimento e alcance das metas propostas pela lei (MARANHÃO, 2017).

Dessa forma, o Relatório demonstra dois fatos relevante para o estudo. Primeiro, que houve uma disparidade entre o que preconizou a legislação educacional e as ações práticas do governo estadual para sua implementação. Segundo que o documento revela questões importantes sobre o PEE/MA, no que se refere à efetivação da gestão democrática.

Segundo Verde e Lima (2021, o documento trata a gestão democrática em conformidade com a Constituição de 1988, a atual LDBEN e o próprio PNE, contudo, desarticula-se ao estabelecer a eleição de gestores um papel privilegiado, demonstrando ser essa a ação evidenciada nas políticas de democratização da gestão da escola pública no estado (VERDE E LIMA, 2021). Conforme evidenciado no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Quantitativo de gestores eleitos, grêmios estudantis cadastrados e formações continuadas para gestores escolares realizadas.



Outrossim, ressalta-se o viés minimalista da meta 20 do PEE/MA, quando a mesma meta restringe esse conceito à eleição de gestores escolares, suas estratégias fornecem elementos que possibilitam a ampliação do debate e análise. E é a partir desta problemática que buscamos desenvolver as demais etapas da pesquisa, que no âmbito municipal, já demonstra a existência do Plano Municipal de Educação de Codó, aprovado por meio da Lei nº 1.727 de 23 de junho de 2015, na gestão do prefeito José Rolim Filho. Vale lembrar que PEE/ Codó- MA vigente no tempo de desenvolvimento da pesquisa, é composto por 20 metas e 208 estratégias. Não constando nos veículos de informações maiores dados, fato que incita o aprofundamento sobre a questão. Sendo assim, passamos às considerações finais, que reúnem apontamentos preliminares da pesquisa em andamento.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O estudo sobre a democratização da gestão escolar evidenciou que esse processo encontra-se diretamente atrelado ao histórico do planejamento educacional brasileiro. Assim, foi possível constatar que a trajetória de luta da sociedade organizada foi fundamental para as conquista e materialização dos planos de educação, bem como da implementação como política educacional. Portanto, os resultados atuais são frutos de toda uma história de luta, contextualizada em várias fases da história da educação brasileira e da sociedade como um todo.

No entanto, constata-se também que uma política não se esgota com sua aprovação, mas configura-se apenas uma parcela de um processo, é preciso que a mesma sociedade organizada que buscou sua materialidade política, acompanhe no sentido de que essa política educacional se efetive, portanto, trata-se de um processo é contínuo. Nessa perspectiva, enfatiza-se quanto à importância dos instrumentos de acompanhamento dos planos de educação, como a avaliação e monitoramento são essenciais para o alcance dos objetivos e proposições, isto é, no sentido de cumprirem com o papel social de reguladores dessas políticas, além de contribuírem com uma análise atualizada dessa política, retroalimentar seu curso, corrigir falhas desse percurso, superar dificuldades e alcançar metas traçadas.

Em suma, o contato teórico com a temática deste estudo encaminha-se na direção de desvelar as percepções sobre a democratização da gestão das escolas públicas estaduais de Codó, de 2015 a 2022. Este contato possibilitou até o momento perceber que a gestão trata-se de uma ação complexa, fundamental, ampla, mas também paradigmática no contexto da educação. São constatações que reiteram as inquietações iniciais.

REFERÊNCIAS

Brasil. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências – Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília, 25 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 de set. 2019.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 de marc. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. **Substitutivo ao projeto de lei nº. 8.035/2 à época 010, de junho de 2012.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br>>. Acesso em: 20 de marc. 2021.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação –2020.** –Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: <https://download.inep.gov.br>. Acesso em: 4 de nov. 2021.

CODÓ. Lei nº 17.727, de 23 de junho de 2015. **Plano Municipal de Educação-PME. Prefeitura Municipal de Codó** - 2015. Disponível em: <<https://www.codo.ma.gov.br>>. Acesso em: 9 de dez. 2021.

DAMASCENO, Alberto; SANTOS, Émina. **Esperança Tardia:** trajetória das políticas educacionais no Brasil. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** – 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARANHÃO. Lei nº 10.099, de 11 de junho 2014. **Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, v. 108, n. 111, 11 jun. 2014. Disponível em: https://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/05/suplemento_lei-10099-11-06-2014-PEE.pdf. Acesso em: 22 de out. 2021.

_____. **Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Estadual de Educação 2014-2017**. São Luís: Seduc. 2017. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/files/2017/10/RELAT%C3%93RIO-PEE-MA-finalizado-com-as-%C3%BAltimas-corre%C3%A7%C3%B5es-1.pdf>. Acesso em: 22 de out. 2021.

VERDE, Alexandre Viana; LIMA, Francisca das Chagas Silva. Gestão democrática da escola pública com base no Monitoramento do PEE do estado do Maranhão. **Revista Práxis Educacional** v. 17, n. 48, p. 1-22, out./dez. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9124>>. Acesso em: Acesso em: 22 de out. 2021.

COLABORAÇÃO INTERMUNICIPAL NO MARANHÃO: o caso do Ade Alto Turi e suas repercussões na qualidade do ensino

Hélia de Jesus Souza
Albiane Oliveira Gomes

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco analisar os critérios estabelecidos para a organização e implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE), denominado Alto Turi. Os ADEs são organizações de entidades públicas ou privadas, podendo ser governamentais ou não governamentais, que têm como principal objetivo promover ações articuladas entre os municípios para promoção da elevação da qualidade da educação. Essa iniciativa propõe encontrar soluções educacionais para problemas coletivos estabelecendo novas rotinas de organização no trabalho pedagógico, tornando-se mais desafiador quando se trata de período pandêmico. (ABRUCIO E RAMOS, 2012).

As orientações para implementação dos ADEs estabelecem o regime de colaboração, conforme consta no Parecer nº 9/2011 (BRASIL, 2011) e Resolução nº1/2012 (BRASIL, 2012b). Estes “Dispõe sobre a implementação do regime de colaboração mediante Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE), como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação”. (BRASIL, 2012, p.1), sendo assim, podemos observar que:

Os ADEs, não obstante a forte característica intermunicipal, devem agregar a participação do Estado e União, incluindo ou não a participação de instituições privadas e não governamentais, tais como empresas e organizações diversas, que assumem o objetivo comum de contribuir de forma transversal e articulada para o desenvolvimento da educação em determinado território que ultrapassa as lindes de um só Município, sem que haja para isso transferência de recursos públicos para tais instituições e organismos privados. (BRASIL, 2011a, p. 4).

O Maranhão possui atualmente 05 (cinco) ADEs envolvendo 62 municípios, são eles: Guarás, Alto Turi, Balaio, Arranjo de Desenvolvimento da Educação da Região dos Açais (ADERA) e Estrada de Ferro Carajás (EFC). O objeto de estudo deste trabalho é o ADE Alto Turi que está localizado na região noroeste do Maranhão, contemplando os seguintes municípios: Amapá do Maranhão, Araguaína, Boa Vista do Gurupi, Cândido Mendes, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Carutapera, Godofredo Viana, Governador Nunes Freire, Governador Newton Bello, Junco do Maranhão, Luís Domingues, Maranhãozinho, Maracaçumé, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Medici, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca.

Nesse contexto, problematiza: Como ocorreu o processo de implementação do ADE Alto Turi? Quais as repercussões provocadas quanto a criação do ADE Alto Turi? Como a colaboração intermunicipal pode contribuir para superação do fracasso escolar no Maranhão? Como viabilizar uma nota técnica acerca dos arranjos intermunicipais no Maranhão, com foco na experiência do município de Cândido Mendes?

A partir disso, o propósito da investigação tem como objetivo geral, analisar o processo de colaboração intermunicipal no Maranhão enfatizando suas repercussões para a qualidade da educação tendo como referência a experiência do ADE Alto Turi. Esta proposta se desdobra nos seguintes objetivos específicos: analisar o processo de implementação do ADE Alto Turi; discutir a colaboração intermunicipal como estratégia de enfrentamento do fracasso escolar no Maranhão; examinar as repercussões do ADE Alto Turi na educação do município de Cândido Mendes; produzir nota técnica acerca dos arranjos intermunicipais no Maranhão, com foco na experiência do município de Cândido Mendes. Aliado a isso, como sugestão de produto técnico tecnológico, será elaborado uma nota técnica acerca dos arranjos intermunicipais no Maranhão, com foco na experiência do município de Cândido Mendes no contexto das políticas públicas educacionais no Brasil.

À luz do exposto, observa-se que a ausência da construção do Sistema Nacional de Educação tem sido a tônica das principais discussões sobre educação no país nas últimas décadas. Assim, embora na Constituição de 1988 (CF/88), no art. 211 estabeleça o regime de colaboração entre os entes da federação de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório, o que se verifica são diferentes programas educacionais estabelecidos pelo

governo federal a serem implementadas pelos entes federados, de forma unilateral, com o propósito de concretização de uma educação de qualidade social.

É possível observar que a execução destas políticas tem se apresentado como grande desafio para os municípios, principalmente os de pequeno porte (entre 2.500 a 20.000 habitantes) pois não conseguem executar as etapas previstas em tais políticas por uma série de razões, por exemplo: recursos humanos, físicos e financeiros insuficientes, infraestrutura inadequada e pouca orientação sobre o desenvolvimento dos programas, planos e projetos instituídos pelo governo federal (COELHO, 2009).

Os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019, demonstram que as escolas maranhenses ainda possuem grandes dificuldades em promover aprendizagem para todos os alunos. Os resultados da avaliação externa, realizada em 2019, comprovam que apenas 29% dos alunos aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano na rede pública de ensino, enquanto a média nacional é de 56%. Em matemática, a média nacional dos alunos do 9º ano para o desenvolvimento das habilidades na resolução de problemas é de 15%, enquanto a média das escolas públicas maranhenses é de 5%. (INEP, 2019).

Transformar tal realidade educacional e também social e econômica dos municípios maranhenses constitui o grande desafio para os gestores públicos. Tornando-se imperativo buscar alternativas que transformem tal cenário e possibilitem quebrar o ciclo de miséria e analfabetismo destes municípios que buscam diferentes estratégias para o enfrentamento do fracasso escolar, dentre outras tem-se os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) que surgiram a partir de 2009 como alternativa para promoção de uma política educacional que garanta a educação de qualidade para todos.

Ressalta-se que o crescente interesse dos entes federados ao formato de ADEs como estratégia de desenvolvimento de qualidade da educação abre caminhos para a participação crescente do setor privado e sua lógica de mercado nos espaços públicos. Nesta proposição, a pesquisa se fundamenta a partir dos teóricos Gilda Araújo, Luís Carlos de Freitas, Fernandez Dourado, Carlo Montañó e István Mészáros, dentre outros. Estes, tratam dos conceitos

de parceria público-privada, federalismo, a lógica do capital, Organização não Governamental, que são importantes para pensar a influência do empresariado na educação, suas estratégias e ações direcionadas para os municípios com o discurso da melhoria da qualidade social da educação. Assim, a pesquisa será desenvolvida levando em consideração métodos e técnicas que permitam elucidar o objeto de pesquisa, aspectos estes que apresentamos adiante.

METODOLOGIA

A pesquisa a ser realizada está no bojo classificatório da pesquisa aplicada, entendida como aquela que “o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos” (BERVIAN & CERVO, 1996, p.47). Visando atender os objetivos propostos, a pesquisa utilizará a abordagem qualitativa tendo como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, análise documental e questionários. Nesse sentido, este trabalho utilizará como estratégia de pesquisa o estudo de caso, considerando que

Ao longo da pesquisa, o pesquisador pode, pois, mostrar-se mais criativo, mais imaginativo; tem mais tempo de adaptar seus instrumentos, modificar sua abordagem para explorar elementos imprevistos, precisar alguns detalhes e construir uma compreensão do caso que leve em conta tudo isso, pois ele não mais está atrelado a um protocolo de pesquisa que deveria permanecer o mais imutável possível (LAVILLE E DIONNE, 1999, p.156).

O método de abordagem terá como inspiração os pressupostos epistemológicos do materialismo histórico dialético, pois “[...] parte da ideia de que a realidade está em constante transformação, em contínuo movimento” (GADOTTI, 1990, p. 59). Nesta perspectiva, a pesquisa ocorrerá etapas descritas a seguir. Inicialmente a revisão bibliográfica com objetivo de estabelecer um referencial teórico para o estudo. A próxima etapa será composta de pesquisa documental e análise de dados extraídos por meio de questionários. Em seguida, será elaborado o trabalho de dissertação e

produto técnico tecnológico. A pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática, não em sua interação imediata, mas por meio de estudo dos documentos[...] revelando o seu modo de viver e compreender um fato social (SILVA, 2007, p. 4555). Serão analisados os documentos internos do ADE e a legislação brasileira sobre a temática.

Já sobre a aplicação de questionário, entendemos que esta possibilita reunir um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião destes sobre os assuntos em estudo (SEVERINO, 2019, p.151). O público a ser investigado será a equipe gestora do ADE Alto Turi, o/a dirigente municipal de educação e coordenadores/as pedagógicos/as do Município de Cândido Mendes.

Por meio dos questionários junto aos dirigentes do ADE Alto Turi, buscar-se-á conhecer como ocorreu o processo de implementação do ADE na região Alto Turi e o desafio para articular ações pedagógicas de enfrentamento ao fracasso escolar existente nos municípios participantes deste arranjo. Buscará junto aos coordenadores e gestores escolares conhecer o impacto das ações propostas pelo ADE para melhoria da educação no município. Pretende-se fazer uma amostra de até 25% no total de cada categoria pesquisada. Os questionários serão enviados através de dispositivos móveis.

A forma de análise e interpretação dos dados será através da análise de conteúdo, que segundo Minayo (2007, p.84) é uma técnica que permite uso de inferências que partem da descrição dos conteúdos explícitos da comunicação para se chegar à dimensão que vão para além da mensagem. Será fonte de pesquisa a documentação interna para implementação do ADE Alto Turi e documentos da legislação brasileira que regulamentam as diferentes formas de associativismo territorial no país, bem como os questionários aplicados com os educadores do município de Cândido Mendes-MA.

A técnica de análise de conteúdo a ser utilizada será a análise temática com propósito de conhecer os significados das mensagens oriundas dos documentos institucionais estudados, assim como das respostas dos questionários. Será definido a unidade de contexto para compreensão do processo de criação do ADE, bem como sua contribuição para superação

do fracasso escolar no município de Cândido Mendes. Para tanto, o procedimento metodológico da análise de conteúdo a ser aplicado será segundo o que orienta Bardin (1979): categorização, inferência, Vale ressaltar que durante a aplicação dos instrumentos de coleta de dados, estará sendo desenvolvida a dissertação e o produto da pesquisa.

O produto técnico tecnológico será uma nota técnica com foco na experiência de colaboração intermunicipal proporcionada pelo ADE Alto Turi ao município de Cândido Mendes, a mesma estará sendo construída juntamente com os sujeitos da pesquisa visando ajudar a dimensionar, planejar e orientar as práticas educacionais para que venham contribuir significativamente com elevação da qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes. Neste conjunto, a proposta visa atender aos objetivos gerais e específicos da pesquisa, o que possibilita mover reflexões sobre a problemática apresentada, conforme apontamos nos seguintes resultados e discussões preliminares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de pesquisa tem passado por importantes reformulações teóricas e metodológicas e isso se deve a ampliação das leituras acadêmicas, muitas delas orientadas pelos/as professores/as das diferentes disciplinas do mestrado, outras, oriundas de pesquisa pessoal, o que tem proporcionado maior compreensão e busca de respostas para o meu objeto de pesquisa. As leituras de Araújo (2013), Freitas (2012), Dourado (2013), Mészáro (2008), a legislação brasileira sobre a temática e documentos internos do ADE que proporcionarão maior fundamentação à pesquisa. Mas, como indicadores preliminares, destacamos as contribuições dos autores no que se refere aos conceitos de capitalismo, federalismo, colaboração e cooperação federativa e arranjos de desenvolvimento da educação.

Já com relação aos documentos observados, entendemos que estes apresentam elementos balizares sobre o interesse da esfera privada para com o público, apresentando aspectos históricos e ideológicos que atendem ao interesse do empresariado tornando a esfera pública sua subsidiária. Sendo assim, passamos às considerações da pesquisa, que certamente irão se desenvolver a partir das próximas etapas de trabalho.

CONSIDERAÇÕES

Este texto é um recorte da pesquisa que aborda sobre os Arranjos de Desenvolvimento da Educação, ADE Alto Turi e sua contribuição para melhoria da educação do município de Cândido Mendes. O objetivo parte da ideia de que através da colaboração horizontal entre os entes federados que estejam geograficamente próximos possam encontrar soluções educacionais para promoção de uma educação de qualidade. Nesta proposta, foi observado que essa articulação entre os municípios ainda se encontra num estágio inicial das ações que visam a superação do fracasso escolar.

Nas próximas etapas serão intensificadas as leituras para ampliar o repertório bibliográfico que darão embasamento a pesquisa, assim como também estender a busca dos instrumentos legais que fundamentam os ADEs no Brasil. A estruturação dos questionários e sua análise, a elaboração da dissertação e o produto da pesquisa, que será apresentado através de nota técnica com foco na experiência de colaboração intermunicipal proporcionada pelos municípios, estarão sendo construídos durante a aplicação dos instrumentos de coleta de dados e análise documental.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, F. L. **Associativismo territorial para a coordenação intergovernamental.** In: ABRÚCIO, F. L.; RAMOS, M. N. (Orgs.). Regime de colaboração e associativismo territorial: arranjos de desenvolvimento da Educação. São Paulo: Moderna, 2012, p. 17-30.

BALDI, Elizabeth. **Leituras nas séries iniciais:** uma proposta para formação de leitores de literatura. – Porto Alegre: Editora Projeto, 2009.

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação:** um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 1990.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 – **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed.– São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, L. R. C. da. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9. ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2009. O. 4554-4566.

PRÁTICAS PARTICIPATIVAS E EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: uma análise da atuação do Conselho Escolar no município de Capitão de Campos/PI

Jerffeson Miguel de Oliveira
Antonio Sousa Alves

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda como tema, a participação na gestão da educação escolar, delimitado sobre a importância da participação dos Conselhos Escolares para efetivação da gestão democrática da educação, prática essa, resguardada através dos mecanismos institucionalizados de participação, esta compreende, portanto, o objeto de investigação deste estudo.

Esta introdução compreende uma abordagem central da pesquisa que está sendo desenvolvida em âmbito municipal, da qual pretendemos responder o seguinte questionamento: Quais os principais desafios vivenciados pelo colegiado escolar em sua participação no âmbito das escolas da rede municipal em Capitão de Campos/PI?

Este texto se desenvolve a partir de pesquisa de mestrado, que tem por objetivo geral, analisar a partir da atuação do colegiado escolar da rede municipal de Capitão de Campos/PI, como o princípio da participação pode contribuir para efetivar a gestão democrática. Para o alcance do objetivo geral e construção da pesquisa elegemos os seguintes objetivos específicos: Analisar a atuação do Conselho Escolar do município de Capitão de Campos; Conhecer a organização, estrutura e funcionamento do Conselho Escolar do município de Capitão de Campos; Identificar os desafios da participação do Conselho escolar nas tomadas de decisões a partir da fala dos docentes, discentes, funcionários e comunidade escolar e local, Desenvolver um Curso de Formação Inicial e Continuada em Conselho Escolar, como proposta do Produto Técnico Tecnológico. A problemática que possibilita elencar estes objetivos, nos leva a desenvolver o seguinte percurso metodológico.

METODOLOGIA

Para atender aos objetivos descritos, nos amparamos na pesquisa qualitativa, considerando sua caracterização, como define Bogdan; Biklen (1994). Nesta fundamentação, é possível entender que, pesquisas desse cunho, permitem um envolvimento direto do pesquisador com o ambiente pesquisado, assim como o seu caráter reflexivo, que contribui para ampliar as concepções acerca do tema.

No tocante à finalidade, a pesquisa é aplicada, que conforme os autores supracitados, envolvem questões observadas ou vivenciadas pelo pesquisador. Por isso, estando consoante com os objetivos da pesquisa, visamos o desenvolvimento de um Produto Técnico Tecnológico em busca de soluções práticas para a problemática levantada neste estudo.

Considerando os critérios mencionados quanto aos objetivos, fomos direcionados à abordagem da pesquisa de campo, que será desenvolvida a nível macro no município de Capitão de Campos, localizada a aproximadamente 118 km da capital Teresina do estado do Piauí. Para fins de seleção das escolas municipais em que a pesquisa será desenvolvida, consideramos os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), observado em relação às metas projetadas na última década.

O universo da pesquisa será composto pelo Conselho Escolar das escolas selecionadas, englobando seus integrantes em suas respectivas categorias: representantes da gestão, dos professores, alunos e funcionários e da comunidade (pais de alunos e integrantes de órgãos colegiados), totalizando 18 sujeitos.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista, que segundo Zannete (2017) estabelece uma relação dialógica entre entrevistado, sujeito e objeto. Nesse entendimento é possível compreender que “a entrevista é um mecanismo que favorece a aproximação do sujeito para recolher, de modo discursivo, o que ele pensa sobre um determinado fato” (ZANETE, 2017, p. 163). Por fim, com a análise dos dados coletados será realizada a técnica de análise de conteúdo, que segundo Bardin (1979, p.42), “consiste em uma técnica que tem como principais características: objetividade, sistematização e inferência”. Tendo essa organização, buscamos apresentar na seção seguinte os resultados e discussões preliminares, já alcançados com o desenvolvimento da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os primeiros apontamentos dos materiais estudados remetem à ideia de que todos os mecanismos de participação possuem pressupostos políticos e ideológicos. Considerando que são resultados de movimentos coletivos e estão presentes nas instituições escolares, entendemos que estes movimentos podem inspirar promover uma melhoria na qualidade da educação e garantir que a democracia efetivamente exerça seu papel (PARO, 2016).

Inferimos com base nas ideias e concepções discutidas até este ponto, que o Conselho Escolar entendido em sua dimensão política e ideológica é um dos principais instrumentos que busca resguardar o direito democrático de participar das questões sociais e políticas antes, estas, restritas apenas ao estado e a hierarquias dominantes nas organizações. No contexto da gestão escolar, esse instrumento apresenta-se como um elemento indispensável para ruptura de paradigmas (ANTUNES, 2008).

Portanto, é evidente e necessária a investigação acerca da organização, funcionamento e desenvolvimento de atividades inerentes a esse instrumento democratizador das tomadas de decisões no interior das instituições escolares. Nesse contexto, é possível observar que além de representar na dimensão prática um processo de ruptura de paradigmas, é compreendido na dimensão política como um princípio de cidadania, que segundo Antunes (2008), existe e necessita de aprofundamento teórico-prático acerca dos conselhos escolares, pois representam uma extensão do poder de participação.

De acordo com nossos estudos, esse aprofundamento, de que trata a autora, demonstra a necessidade de se conhecer melhor o conselho escolar, principalmente acerca de suas funções, organização e atuação nos espaços escolares. Por isso, entendemos ser evidente em pesquisas realizadas que é crescente o número de integrantes de conselhos que desconhecem essas características. O que em nossa análise resulta em processos de influência direta nas práticas participativas.

Nesse sentido, para que os conselhos escolares exerçam as funções que lhes são atribuídas é necessário que os sujeitos sociais sejam conscientes de seu potencial. E este carece de ser realizado, essencialmente, no âmbito das tomadas de decisões. Isto envolve diretamente os interesses da comunidade em relação ao espaço escolar, o que demanda atenção especial para garantia

das condições básicas para desenvolvimento de uma educação de fato transformadora. Diante estes aspectos, passamos às considerações possíveis no processo de desenvolvimento dos nossos estudos.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS OU FINAIS

Além do aprofundamento teórico apresentado, a investigação inicial levantou dados importantes sobre a situação da educação no estado. Considerando o recorte para o estado do Piauí, verificamos que o Conselho Escolar está instituído a partir do Decreto N° 12.928 de 10/12/2007. Este, define as normas e regime de funcionamento, além da organização que fica a critério das unidades de ensino, sem contudo, fugir dos estabelecidos legais da LDB 9.394/96.

Outra importante informação é em relação às instituições selecionadas. Ambas possuem o Conselho Escolar instituído e em situação ativa. Conforme demonstrou os dados preliminares de aprofundamento teórico, esse instrumento democratizador possibilita um amplo espaço de interação, caracterizado pelas aprendizagens construídas e seu perfil multicultural, nesse sentido, seu papel está intimamente direcionado a “promover a articulação da escola com a comunidade escolar no sentido de buscar uma interlocução com os seus atores para discutir, propor e decidir coletivamente as ações que forem mais produtivas à escola” (DO NASCIMENTO; CORDEIRO, 2013, p. 86).

Nesse sentido, os passos seguintes da pesquisa integram o aprofundamento da temática a partir de estudos mais verticalizados acerca do objeto de estudo. Além disso, envolve o trabalho de campo por meio do qual pretendemos uma compreensão da realidade a ser estudada, buscando alcançar os objetivos que ainda não foram contemplados nesta fase da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela. **Aceita um Conselho? como organizar o colegiado escolar.** 3º ed. São Paulo: Cortez /Instituto Paulo Freire, 2008, v. 8.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: edições. 70º ed. 1979.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 13 Jun. 2021.

DO NASCIMENTO, Joselma Fernandes; CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. Conselho Escolar, Locus de Cidadania e Participação Popular: uma análise de sua atuação em escolas públicas no município de Altamira-PA. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, n. 4, 2013.

ZANETTE, Marcos Suel. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, n. 65, p. 149-166, 2017.

A GESTÃO DOS RECURSOS DO PDDE EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PAÇO DO LUMIAR/MA: planejamento e realidade

*Kelly Maria Elienza Alves Lima de Souza
Severino Vilar de Albuquerque*

INTRODUÇÃO

Este resumo resulta do projeto de dissertação, em fase de qualificação, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e insere-se na linha de pesquisa, Gestão Educacional e Escolar. Ainda em fase de qualificação junto ao PPGE, o projeto insere-se no âmbito das políticas públicas de financiamento da educação no Brasil, com centralidade para o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), tendo como marco temporal a gestão democrática da educação e da escola pública a partir dos anos 1990.

O estudo, ainda em construção, busca responder à seguinte questão-problema da pesquisa: **Como é realizada a gestão dos recursos do PDDE no âmbito de escolas da rede pública do município de Paço do Lumiar/MA?**

Nesta perspectiva, o objetivo geral consiste em analisar, à luz dos princípios da gestão democrática, a prática da gestão escolar no planejamento e na aplicação dos recursos federais do PDDE em escolas públicas de paço do Lumiar, entre os anos de 2016 e 2019.

Com vistas ao alcance desse objetivo, a pesquisa desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: analisar o financiamento da educação brasileira no âmbito das políticas educacionais, levando em conta os conceitos de federalismo e de regime de colaboração, com centralidade para o PDDE, na década de 1990; identificar possíveis melhorias na qualidade da educação relacionadas à gestão do PDDE entre os anos de 2016 e 2019; analisar a forma de constituição do Conselho Escolar, bem como as formas de participação de seus membros na gestão de recursos do

PDDE; identificar se constam no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola diretrizes e/ou definições quanto ao planejamento, à aplicação e ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais do PDDE; e elaborar um caderno pedagógico instrucional a partir das evidências coletadas sobre a gestão escolar no que tange ao PDDE.

Na análise desse objeto de estudo, no que tange ao entendimento legal da gestão de recursos e, de modo específico, do PDDE, serão levadas em conta a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96, além do marco legal do financiamento da educação no Brasil. Considerar-se-ão, ainda, a participação da comunidade escolar na gestão e na fiscalização desses recursos e a atenção do poder público municipal na garantia do direito à educação de qualidade, conforme preconiza o atual Plano Nacional da Educação (PNE).

No que tange às bases epistemológicas, o quadro teórico que subsidia a análise e a compreensão do problema em tela apoia-se, entre outros autores, em: Adrião (2018); Araújo (2018), que discutem sobre federalismo e regime de colaboração no âmbito do pacto federativo entre União, estados e municípios; Dourado (2007) e Farenzena (2020), que tratam da gestão e do planejamento educacional e Brasil; Pinto (2019), que realiza estudos sobre financiamento da educação no Brasil; Paro (2016), analisa a gestão escolar e as implicações na organização da escola e do trabalho educativo; e Scaff (2006), que se debruça sobre o planejamento educacional, discutindo o seu *modus operandi* e as relações que estabelece com organismos internacionais por meio de programas e ações governamentais voltados ao atendimento educacional público.

No contexto da problemática descrita, dos objetivos estipulados e com o aporte mencionado, elencamos como *locus* duas escolas pertencentes à rede pública de ensino do município de Paço do Lumiar/MA, localizado na região metropolitana da Ilha de São Luís, capital do estado do Maranhão. Como corpus de análise, buscamos reunir evidências sobre a implementação do PDDE nas instâncias educativas descritas inicialmente.

Por se tratar de uma política pública, cujo objetivo é a melhoria na aprendizagem dos alunos da educação básica, o PDDE afigura-se um problema de pesquisa de grande relevância social e política, haja vista que os índices de aprendizagem estão correlacionados à qualidade da educação e

à inserção dos estudantes nos processos produtivos e participativos do país.

Importante ressaltar que a proposta da pesquisa se desenvolve a partir da necessidade de apreender como são realizados o planejamento e a gestão dos recursos federais do PDDE em escolas pertencentes à rede pública de ensino de Paço de Lumiar/MA, que atendem nos anos iniciais do ensino fundamental. Com isso, busca desenvolver possíveis evidências sobre contribuições para a qualidade da educação que se realiza na escola, inclusive porque, não obstante a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ainda é muito necessária a correta gestão de recursos, com vista a uma elevação de qualidade da educação e desempenho mais significativo.

Outro aspecto de interesse pela temática da pesquisa se justifica pela relação profissional da pesquisadora com o objeto de estudo, a partir das experiências profissionais pedagógicas vivenciadas durante dez anos de trabalho na rede pública municipal de Paço do Lumiar. Neste contexto, emerge a necessidade de materializar e sistematizar outras práticas desenvolvidas tanto no planejamento quanto na gestão do PDDE, correlacionando-as à qualidade de educação e ao desempenho na aprendizagem dos alunos, o que pode contribuir para efetiva melhoria e produção de aporte teórico neste campo, o que será viabilizado na elaboração do caderno pedagógico, conforme sustentamos a partir da seguinte metodologia.

METODOLOGIA

Dada a dimensão do objeto de estudo, a pesquisa se apoiará em matrizes teórico-epistemológicas e metodológicas que possam garantir a fidedignidade das informações e a consistência da análise. Nesse sentido, a pesquisa obedecerá a criterioso rigor na escolha de procedimentos e instrumentos que garantam as informações essenciais para atender aos objetivos propostos.

Nesta pesquisa, a abordagem adotada será qualitativa que, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), pode envolver a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada. Diante disto, a pesquisa qualitativa é, pois, uma abordagem que

se adapta a este estudo, tendo em vista que, à luz dos princípios da gestão democrática, objetiva-se analisar a prática da gestão escolar no planejamento e aplicação dos recursos federais do PDDE. Além disso, busca identificar possíveis contribuições para a melhoria do processo ensino/aprendizagem e da qualidade da educação nas escolas públicas de Paço do Lumiar, dentro de um limite histórico, e, ainda, observar as tensões suscitadas entre os sujeitos institucionais envolvidos no sistema de gestão da escola.

Neste sentido, a abordagem qualitativa será adotada nesta investigação por intentar compreender o sentido e os significados das relações que se estabelecem no interior das escolas, bem como de promover maior aproximação e aprofundamento do objeto de pesquisa, considerando a apreensão da totalidade do fenômeno em sua essência. Todavia, ainda que a pesquisa se fundamente no enfoque qualitativo, aspectos quantitativos poderão ser considerados, haja vista serem de assumirem fundamental importância para a apreensão do presente objeto de estudo, no que diz respeito a variáveis que possam emergir durante o desvelamento do objeto de estudo e careçam de medida e/ou quantificação.

Quanto aos fins, a pesquisa será de caráter exploratório e descritivo-analítico. Será exploratória, uma vez que tem “[...] como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos” (GIL, 2012, p. 2). E, conforme Gil (2012) terá a preocupação de descrever o fenômeno e a atuação prática, nesse caso, dos sujeitos e atores na gestão.

Como métodos de procedimentos, serão utilizadas a observação sistemática, a análise documental, a realização de entrevistas semiestruturadas, a sistematização e tabulação dos dados, a análise e interpretação dos dados e, por fim, a construção da Dissertação e do Produto resultantes dos resultados revelados pelo estudo.

Como instrumentos de coleta de dados para realização da pesquisa, serão utilizados um roteiro de análise documental; um roteiro de entrevistas semiestruturadas; e um roteiro de observação (diário de campo). A pesquisa será realizada em duas escolas públicas municipais do ensino fundamental e contará com a participação dos professores, gestores escolares, coordenadores, e membros do Conselho Escolar das instituições de ensino investigadas, e com o (a) secretário (a) de educação. O critério de escolhas destas escolas

levou em consideração o planejamento, aplicação e gestão do PDDE, mas ambas com resultados de maior e menor desempenho no IDEB.

Os dados serão analisados com base na análise de conteúdo (FRANCO, 2008). A análise de conteúdo, segundo Franco (2008, p. 12) tem como ponto de partida “a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”, conforme apresentamos nos resultados e discussões preliminares, que detalhamos na seção seguinte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como o estudo ainda está em fase de construção do Projeto de dissertação, com vistas à qualificação junto ao PPGE, ainda não há análise de dados e nenhuma evidência sobre resultados da pesquisa. Importante ressaltar, que na atual fase, estão sendo realizados os estudos de aprofundamento teórico, bem como acesso a documentos oficiais com vistas à compreensão e à análise do fenômeno em tela.

Entre os documentos que a pesquisa teve acesso, merecem destaque o marco legal que tem início com a Constituição Federal de 1988, a LDBEN de 1996; o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei 10.172/2001 e o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela lei 13.005/2014. No que tange às outras formas de financiamento, que contam com programas em parceria entre o Ministério da Educação e organismos internacionais. Podemos citar, particularmente, a parceria com o Banco Mundial (BM), considerada neste estudo como financiamento indireto. Neste sentido, destacamos os Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com atenção para o PDDE.

As primeiras aproximações com esses documentos permitem entender que o financiamento da educação no Brasil, a partir dos anos 1990, tem sido, em boa medida, realizado sob orientações de organismos internacionais, com ênfase para o BM, a UNESCO e a OCDE. De igual modo, segue uma forte tendência de aproximar o atendimento educacional às necessidades de mercado, por meio de ações e programas em parceria com instituições privadas que atuam na área educacional, seja por meio de

fornecimento de insumos, seja por meio de IES privadas.

No que tange ao atendimento público na educação básica, o PDDE tem se revelado uma fonte de recursos utilizados para a manutenção das escolas públicas bem como para aquisição de insumos para a oferta de tal atendimento, conforme reunimos nas considerações parciais escritas na próxima seção.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em face de o estudo estar em desenvolvimento e não ter passado pela qualificação, ainda não há resultados definitivos, carecendo, ainda, de análises, o que ocorrerá no âmbito da dissertação, ora em construção, que contempla duas seções teóricas que discutem o tema teórico-conceitualmente, tendo em conta o objeto de estudo em tela.

Pelas lentes teóricas que têm apoiado a compreensão do fenômeno em estudo, já se tem como primeiras evidências preliminares, que o PDDE integra um acordo de cooperação internacional entre o MEC e o BM, com vistas ao atendimento público na educação básica. Quanto a esses acordos, a literatura faz severas críticas, por representarem um custo elevado para o país com poucos efeitos favoráveis na qualidade da educação pública. De igual modo, é possível observar que representam uma política minimalista de investimentos na educação, com vistas à aplicação de recursos financeiros para se atingir o custo aluno-qualidade, necessário para promover a qualidade social da educação.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, 2018.

ARAÚJO, Gilda Cardoso. Federalismo cooperativo e educação no Brasil: 30 anos de omissões e ambivalências. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, nº. 145, p.908-927, out.-dez., 2018.

BOGDAN. R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação Qualitativa em Educação á Teorias e aos Métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil [CF] de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDBEN] nº 9.394/96**. Institui as bases da educação nacional no Brasil. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. **Lei do Programa Dinheiro Direto na Escola nº 11.947/2009**. Brasília: Senado Federal, 2009.

DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n.100, out., 2007.

FARENZENA, Nalú. A Política de Fundos e as Responsabilidades Federativas pela Oferta de Educação Básica. **FINEDUCA- Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, 2020.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livros, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2012.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A política de fundos no Brasil para o financiamento da educação e os desafios da equidade e qualidade. **Propuesta Educativa**, [S. l.], n. 52. a. 28. p. 24-40. 2019.

SCAFF, Elizangela Alves da Silva. **Planejamento da educação e cooperação internacional**: uma análise dos Programas Monhangara e Fundescola. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2006.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO RICO DO MARANHÃO: elaboração, implementação e monitoramento

Lígia do Socorro Souza Gonçalves

Ana Lucia Cunha Duarte

Kallyne Kafuri Alves

INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento cuja problemática parte dos processos de elaboração, implementação e monitoramento do Projeto Político Pedagógico (PPP) em escolas municipais em Porto Rico do Maranhão – MA, que apresentamos neste texto. O objetivo geral da pesquisa consiste em compreender o PPP como uma ferramenta para desenvolvimento da gestão democrática escolar. Isso inclui pensar a participação cidadã e a construção coletiva de ações dessa instituição, conforme aponta Veiga (2013, p. 13):

Todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

Assim, a pesquisa traz o PPP como um dos instrumentos que pode promover o exercício democrático na organização escolar. A temática se constitui a partir das vivências das pesquisadoras na elaboração dos PPPs de 12 (doze) municipais, como também as experiências no período de 2017-2020 com as ações no interior da equipe pedagógica da secretaria de educação. A temática envolve reflexões sobre os PPP, que permaneciam sem ressignificação e monitoramento. Desse modo, o desenvolvimento da pesquisa abre caminho para descobertas e experiências, que ampliam e fortalecem as

análises sobre o tema e, conseqüentemente o interesse pelo objeto estudado. Nesse contexto, a pesquisa busca indagar: Como alinhar a teoria com a prática; Como enfrentar um sistema que amarra todos às suas vontades e desejos da escola; Como o PPP pode contribuir nas formações continuadas; Como ressignificar os Conselhos Escolares (CEs) a partir do PPP; Como elaborar, implementar e monitorar os PPPs. Ligadas aos objetivos da pesquisa, o tema da elaboração, implementação e monitoramento ligados à perspectiva de gestão democrática na educação, foram apresentados no “III Seminário de Pesquisa do PPGE - UEMA”, e no “III Colóquio do GESTA: formação docente e gestão escolar em debate”. No conjunto, evidenciam observações sobre o PPP nas escolas municipais de Porto Rico do Maranhão.

Estas indagações dão origem aos objetivos específicos da pesquisa, que são: Analisar os principais documentos referentes às exigências legais sobre a construção do PPP nas escolas de educação básica; Identificar o conceito teórico de PPP e a importância deste instrumento na elaboração da gestão democrática; Apresentar a proposta de um instrumento de orientações para elaboração, implementação e monitoramento do PPP nas escolas públicas municipais de Porto Rico do Maranhão.

Considerando as indagações mencionadas e os objetivos associados, a ideia é que com a pesquisa, se possa desenvolver, por meio do PPP, apontamentos para fortalecer a gestão democrática a partir da elaboração de um instrumento norteador de construção do PPP nas escolas municipais de Porto Rico do Maranhão, como produto de dissertação de mestrado. A ideia é partir da legislação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 9.394/96 (BRASIL, 1996), que nos arts. 12, 13 e 14, aponta a elaboração do PPP como uma construção democrática, na qual as decisões serão tomadas com base no interesse comum. Por isso, propomos nos seguintes tópicos, demonstrar na metodologia como pretendemos desenvolver a pesquisa e, ainda, os resultados preliminares.

METODOLOGIA

Com a intencionalidade de analisar os PPP das escolas públicas municipais de Porto Rico do Maranhão utilizaremos a pesquisa qualitativa,

assegurada por Deslandes (2009, p. 32), “[...] é como um projeto artesanal. Este cheio de ideias, proposições, dúvidas e muitas inquietações”. O alcance dos objetivos propostos iniciará com levantamento bibliográfico do referencial teórico sobre o tema. Em seguida, faz-se o mapeamento das escolas, através do censo escolar do município e aplicação de um questionário estruturado, que, segundo Gil (1999, p. 128), pode ser definido como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”, fazendo-se necessário para contribuir na identificação dos sujeitos e dos espaços que estão inseridos na pesquisa. Portanto, para identificar esses aspectos, é importante o mapeamento, sendo que este é uma das técnicas utilizadas para conhecer os perfis das escolas onde são criadas e vivenciadas culturas tão fortes numa comunidade, ou em outro grupo social. Em um outro momento, haverá a técnica da entrevista semiestruturada com dois professores, dois gestores, um coordenador e um técnico, para o levantamento de dados junto aos sujeitos da pesquisa, conforme sinaliza, Minayo (2020, p. 25, grifo da autora) sobre entrevista semiestruturada:

A entrevista semiestruturada está na *fase de campo* da pesquisa qualitativa. [...] consiste em dialogar com a realidade concreta a construção teórica elaborada na primeira etapa. Essa fase consiste em observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados.

Nessa perspectiva, entende-se que esse instrumento pode apontar elementos importantes sobre o objeto de estudo. Szymnski (2010, p. 17) informa que:

[...] a entrevista também se refere, frequentemente, a aspectos importantes da vida do entrevistado, especialmente nas pesquisas que se utilizam da sua história de vida, e pode ainda constituir um momento de “exame de consciência” ou “balanço geral”, dependendo do grau de envolvimento que o entrevistado apresente.

Sendo assim, com a aplicabilidade dessa técnica, pretende-se identificar os principais desafios e limites apontados pelas escolas no processo

de construção, implementação e monitoramento do PPP. O último momento constitui-se na análise de conteúdo. De acordo com Franco (2008, p. 19), “o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal, gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. Portanto, a análise de conteúdo necessita considerar o contexto histórico, social e econômico de quem está produzindo a mensagem, compreender a construção de ideologias e crenças que foram socialmente construídas e que precisam ser analisadas teoricamente com relevância científica, com sensibilidade, com responsabilidade, intencionalidade e qualidade teórica do pesquisador. Essa análise é defendida também por Bardin (1979, p. 42):

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Desta forma, entende-se que o pesquisador tem liberdade de inferir na mensagem, seja em qualquer elemento da comunicação recebida. Tem, por sua vez, como eixo do debate, o PPP, entendido como uma ação intencional, construído no coletivo (VEIGA, 2013). Com base neste suporte teórico-metodológico, a pesquisa se apresenta com as seguintes etapas: Organizar deslocamento e visitas técnicas nas duas escolas selecionadas para a pesquisa, pois entende-se que as visitas são atividades importantes por permitir ao pesquisador conhecimentos diferentes; Mapear as escolas para identificar os status dos PPPs com acesso aos projetos e anotar se os mesmos estão atendendo as necessidades da escola e do seu público, quem participou da elaboração e se as tomadas de decisões são democráticas com participação; Aplicar o questionário semiestruturado de forma presencial ou através do Google Forms (depende do momento pandêmico) para dois professores, dois gestores, um coordenador e um técnico para conhecer suas concepções e crenças sobre o objeto de estudo; Tabular os dados para a análise e as inferências de conhecimentos e assim para a produção do texto dissertativo.

A pesquisa também conta com o Produto Técnico Tecnológico (PTT) considerando o que foi identificado na elaboração do PPP em 2008. Desta

forma, pensou-se em um instrumento de orientação para (re) elaboração, implementação e monitoramento que venha fomentar a gestão democrática participativa, contemplando gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores e técnicos da SEMED de Porto Rico do Maranhão. Sem a intencionalidade de oferecer um produto que venha engessar a reflexão para a elaboração, implementação e monitoramento do PPP, pretende-se consolidar um instrumento que traga subsídios teóricos metodológicos para a compreensão do processo de elaboração do PPP na perspectiva democrática, e que contribua para os três elementos (elaboração, implementação e monitoramento) deste PTT.

Contudo, os objetivos do PTT que se pretende desenvolver estão alinhados com a problematização da pesquisa. Sendo assim, o objetivo geral se apresenta da seguinte forma: Orientar a gestão escolar na (re) elaboração, implementação e monitoramento dos PPPs com diferentes segmentos da comunidade escolar e local, numa perspectiva democrática e participativa. Os objetivos específicos são: Apresentar a proposta para a SEMED, gestores escolares, coordenadores, professores e técnicos; discutir a importância do PPP para a organização do planejamento escolar; (Re)elaborar, implementar e monitorar os PPPs. Estas etapas se justificam devido à articulação com a problemática da pesquisa, que identifica inquietações acerca do PPP. Para isso, registramos o contexto da pesquisa a seguir.

Estas inquietudes se despontam especialmente no período de 2008 a 2012, logo após a graduação em Pedagogia, com a oportunidade de integrar a equipe técnica pedagógica de profissionais da SEMED de Porto Rico do Maranhão. Sobre o município, seu gentílico é porto-riquense, com 12 (doze) povoados. Está localizado na Mesorregião Norte maranhense, e na Microrregião do Litoral Ocidental. A sua distância terrestre para a capital é 439 km. A população porto-riquense está estimada em cerca de 5.936 habitantes, distribuída numa área de 213,0 km² de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). A maior parte da população habita na zona rural que apresenta povoados de fácil acesso, localizados à margem da MA-302.

A oferta educacional do município atende à Educação Infantil aos anos finais do Ensino Fundamental, e também à Educação de Jovens e Adultos (EJA). No caso do lócus desta pesquisa, conta-se com um público da

rede municipal de educação que totaliza 97 professores efetivos, necessitando de temporários, em alguns níveis, modalidade e localidades, que não ultrapassam 25 a 30 profissionais. Desse total de efetivos, 70% possuem graduação e pós-graduação, cerca de 80% dos profissionais que atuam do 1º ao 5º ano têm formação em Pedagogia e 75% dos profissionais que atuam do 6º ao 9º ano estão com disciplina de acordo com a sua formação. Porto Rico do Maranhão tornou-se notícia no cenário estadual em 2015, com a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), de 7,6 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 5,4 nos anos finais do Ensino Fundamental, conforme as Figuras 2 e 3, a seguir.

Figura 1 – Séries Iniciais – municípios do litoral ocidental Maranhense



Município	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Porto Rico do Maranhão	3	2.8	3.7	4	3.6	7.6	3	3.4	3.8	4.1	4.3	4.6	4.9	5.2
Cedral	3.6	3.2	4.1	4.1	4	5	3.7	4	4.4	4.7	5	5.3	5.6	5.8
Cururupu	3.3	3.5	4.5	4.2	4.6	4.6	3.4	3.7	4.1	4.4	4.7	5	5.3	5.6
Serrano do Maranhão	2.5	3.4	3.6	3.7	3.9	4.6	2.5	2.8	3.2	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7
Bequimão	3.4	3.1	3.5	3.6	4.1	4.5	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
Guimarães	2.8	3.2	4	4.3		4.4	2.9	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1
Mirinzal	3.1	2.9	3.5	3.8		4.4	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4
Bacuri	2.9	2.7	3.5	3.8	3.8	4.1	3	3.3	3.7	4	4.3	4.6	4.9	5.2
Apicum-Açu	2.8	3.1	3.2	3.2	3.3	4	2.9	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1
Central do Maranhão	2.8	3.1	3.3	3.3	3.6	4	2.8	3.2	3.6	3.8	4.1	4.4	4.7	5

Fonte: INEP 2015

Figura 2 – Séries Finais – municípios do litoral ocidental Maranhense



Município	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Porto Rico do Maranhão	2.9	2.7	3.4	3.2	4.1	5.4	3	3.1	3.4	3.8	4.2	4.4	4.7	5
Bequimão	3	3	3.3	3.5	3.6	4	3.1	3.2	3.5	3.9	4.3	4.5	4.8	5.1
Cedral	2.6	3.6	3.7	4.2	3.4	4	2.6	2.8	3	3.4	3.8	4.1	4.3	4.6
Mirinzal	3.2	3.1	3.6	3.3	3.8	3.2	3.3	3.6	4	4.4	4.7	4.9	5.2	
Serrano do Maranhão	3	3.3	3.3	2.8	3.5	3.8	3	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5
Cururupu	2.8	3.4	3.9	3.5	3.6	3.7	2.8	3	3.2	3.6	4	4.3	4.5	4.8
Central do Maranhão	2.7	2.7	3	3.2	3.1	3.6	2.8	2.9	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8
Bacuri	2.7	3.1	3.4	2.4	3	3.4	2.8	2.9	3.2	3.6	4	4.2	4.5	4.8
Apicum-Açu	3.1	3.6	3.3	3.2	3.1	3.2	3.1	3.2	3.5	3.9	4.3	4.6	4.8	5.1
Guimarães	2.7	3.5	3.6	3.4	3.6	*	2.7	2.9	3.1	3.5	3.9	4.2	4.5	4.7

Fonte: INEP 2015

No ano 2017, o município não conseguiu repetir o feito, e tão pouco alcançar a meta traçada, ficando abaixo do exigido, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental. Diante do cenário que se apresentava, a SEMED estabeleceu um plano de ações e metas para os anos letivos de 2018, 2019 e 2020. Tais metas tinham como objetivos: aumentar a taxa de aprovação, diminuir a reprovação e a evasão escolar, e melhorar o desempenho dos alunos nas avaliações internas e externas.

Neste contexto, conta-se com 13 escolas, 12 municipais, 03 (três) localizadas na área urbana e 09 (nove) na área rural - atendendo da educação infantil ao 9º ano, e a EJA, funcionando nos três turnos. Na esfera estadual, 01 (uma) escola na sede do município que atende aos 03 (três) turnos, está com um anexo situado na área rural, funcionando apenas no turno noturno. Mediante o exposto, a partir do ano 2008, o SME orientou todas as escolas para o início do processo de elaboração dos seus projetos. Desse modo, a proposta é iniciada no espaço de formação continuada, oportunidade em que os gestores, professores e coordenadores pedagógicos sustentaram proposições sobre a necessidade de trazer para o centro do debate a importância da elaboração do PPP.

A partir de 2020, quando iniciou-se a pesquisa, vivenciou-se a pandemia da Covid-19, “[...] uma doença infecciosa causada pelo coronavírus”, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China, causando muitas mortes no mundo inteiro (OPAS/OMS, 2021). Assim, com a intenção de não disseminar o vírus, medidas como o distanciamento social e outras, foram adotadas em todos os países. Diante disto, surge outro entrave na educação - a impossibilidade dos encontros presenciais para as discussões, monitoramento e avaliação dos projetos de forma participativa. Como reflexo desse processo de construção democrática, o referido município apresenta os PPP elaborados e parcialmente implementados, devido ao pouco entendimento, talvez, da importância do documento para a organização da escola. Também a fragmentação e a improvisação permeiam essencialmente as ideias e discussões quando resolvem desengavetar os projetos.

Diante do exposto, o foco de discussão é o processo de elaboração, implementação e monitoramento dos PPP das escolas do Sistema Municipal de Educação, baseando-se nos dispositivos legais existentes, bem como na identificação dos desafios, entraves e possibilidades enfrentados nesse processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante das leituras sobre o objeto estudado, o PPP é um planejamento para a escola definir o rumo do seu trabalho pedagógico e administrativo. É um redirecionamento das ações, mas também para o engajamento das relações interpessoais, pois é na escola que as histórias, ideologias, crenças e culturas são vivas para o processo de aprendizagem. E isto pode ser desenvolvido a partir do PPP. Nesse sentido, de acordo com Padilha (2001, p. 30) podemos compreender que “A ação de planejar é consecutivamente um processo de reflexão para tomada de decisão sobre a ação”. É um método de antevisão do uso de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à realização de escopos, em tempo determinados e fases definidas, considerando os efeitos das avaliações (PADILHA, 2001). Além disso, o PPP por ser um instrumento democrático de participação prevê o tempo com resultados a curto, médio e longo prazo.

Portanto, não se pode eximir o PPP como estratégia de planejamento para a efetivação da gestão democrática e participativa, pois é ele que equilibra todos os segmentos que promovem a ruptura de poder. Assim, nesta pesquisa, as distintas fases do Projeto Político Pedagógico estão embasadas na visão de Gandim (2011), que enfatiza o PPP constituído de três etapas: Marco Situacional – esta é a fase inicial do PPP, Marco Conceitual – fundamentos teóricos e por fim, o Marco Operacional - aqui compreende o planejamento das ações da escola.

Desta forma, a implementação do PPP acontece na inter-relação entre os três marcos (situacional/conceitual/operacional), por meio da efetiva participação de todos. A implementação requer atenção no princípio de participação para que haja diálogos pertinentes à necessidade da escola. Como dizem Garcia e Queiroz (2009, p. 123): “[...] Implementar o projeto político, político pedagógico, tendo gestão democrática como princípio, requer que os profissionais construam espaços de diálogo, de investigação da realidade, de trabalho coletivo e de formação continuada”. Assim também, o monitoramento, este é importante para a identificação dos problemas para que possa superá-los. Nessa perspectiva, o monitoramento é contínuo. Este se constitui em um instrumento importante para a gestão escolar, pois serve para buscar informações concretas para a mudança da realidade escolar.

Considerando o que foi explícito sobre monitoramento, se pretende monitorar os PPP do SME de Porto Rico do Maranhão anualmente, ou assim que se tornar necessário, por um comitê de acompanhamento que será sugerido ao SME. O comitê será o responsável em monitorar, dialogar, e até mesmo desengavetar os PPPs, se este for o caso. Neste comitê fará parte diversos segmentos que são necessários para o processo do PPP, sendo: professores, responsáveis dos estudantes, funcionários da escola, Conselho Escolar, Gestor escolar e coordenador Pedagógico para rever os resultados obtidos pela escola em sua função de propiciar a formação integral dos alunos e assegurar o acesso, a permanência e o sucesso escolar na sua aprendizagem.

Por conseguinte, até aqui o estudo desenvolvido reúne dados sobre as concepções e objetivos do PPP diante dos desafios da gestão escolar democrática que fomenta e coordena a participação de todos os responsáveis no processo democrático na escola. Conclui-se, que o PPP elaborado baseado nos princípios da gestão democrática de maneira coletiva, percorre um processo na construção da identidade da escola, tornando-se um instrumento de transformação de vivência para uma conquista comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo é importante para o fortalecimento da Gestão Democrática na escola, pelas discussões e reflexões acerca do PPP e como produto final um instrumento de orientações no que tange a elaboração, implementação e monitoramento do PPP. Sabe-se que a Gestão Democrática necessita de exercício no cotidiano escolar considerando o contexto político, histórico e social com a intencionalidade de romper paradigmas na construção coletiva de um instrumento democrático que viabiliza a efetividade com qualidade para mudanças de uma realidade social. Para Veiga o PPP (2013, p. 13) “[...] é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”. Logo, o PPP é um instrumento de planejamento participativo, realizado na coletividade envolvendo a comunidade escolar, ele estabelece as ações, a práxis e busca a autonomia da escola.

Diante das reflexões acima, conclui-se que o PPP elaborado baseado nos princípios da gestão democrática de maneira coletiva, percorre um processo na construção da identidade da escola, tornando-se um instrumento de transformação de vivência para uma conquista comum.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. L. P. **Análise do Conteúdo**. 3 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Lei Federal nº 9.394, de 26 de dezembro de 1996. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 maio 2021.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

DESLANDES. S.F (ORG.); MINAYO, M.C.S.; GOMES. R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Série Manuais Acadêmicos.

FRANCO, A. M. P. *Os determinantes da qualidade da educação no Brasil*. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008.

GANDIM, D.; GANDIM, L. A. *Temas para uma Política-Pedagógica*. [S.l.: s.n], 2001.

GARCIA, L. T.S.; Queiroz, M. A. *Embates pedagógicos e organizacionais nas políticas de educação*. Natal: Ed. Da UFRN, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 20 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico - Porto Rico do Maranhão**. IBGE, 2010b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/porto-rico-do-maranhao/panorama>. Acesso em: 5 set. 2021.

MINAYO, C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 3 reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

OPAS: OMS. Organização Pan Americana de Saúde. Organização Mundial da Saúde. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/brasil>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PADILHA, P. R. Planejamento Dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

SZYMANSKI, H. **A relação família/escola:** desafios e perspectivas. Brasília: Liber Livro, 2010.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola:** uma construção possível. 29 ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

A INFLUÊNCIA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTABELECIMENTO DAS POLÍTICAS REGULATÓRIAS NO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL MARANHENSE

Marcia Thais Soares Serra Pereira

Ana Lúcia Cunha Duarte

Kallyne Kafuri Alves

INTRODUÇÃO

A preocupação com uma educação de qualidade sempre foi um elemento de debate. No Brasil, esta preocupação data dos anos 90, com a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Tal Sistema permite identificar possíveis dificuldades sob a ótica do processo de aprendizado dos estudantes e estabelecer parâmetros e metas, a partir da instituição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que articula o fluxo e a proficiência.

Para tanto, são aplicados testes de Língua Portuguesa e Matemática a cada dois anos, em caráter censitário, com estudantes do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio. Em caráter amostral, são aplicados testes de Ciências Humanas e Ciências da Natureza nas escolas públicas e privadas, em turmas de 9º ano do Ensino Fundamental. Todas as análises são feitas a partir da Teoria da Resposta ao Item (características estas vigentes no ano de 2021), o que fez com que estados e municípios passassem a refletir sobre seus próprios resultados e a instituir seus próprios sistemas de avaliação.

No território maranhense, a implantação do Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (SEAMA), deu-se em 2019, com a aplicação de 2 avaliações anuais de Língua Portuguesa e Matemática contemplando o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio das escolas estaduais e municipais. De maneira geral, a avaliação segue os mesmos moldes do SAEB, no entanto, a vigência é anual. Além disso,

os resultados são disponibilizados em plataforma específica, permitindo visualizar o desempenho de cada estudante, conforme o perfil do usuário, permitindo um olhar diferenciado pela rede, de modo a tornar a avaliação um instrumento de reflexão e não mera reprodução de interesses.

A este respeito, destaca-se o entendimento de Paro (1999), que afirma que a escola repercute a divisão social do trabalho, na medida em que é a partir do ensino que se oferta o mínimo de saberes necessários para a vida em sociedade. Mas afinal, que saberes são esses? Qual qualidade se almeja? Acerca de tais questionamentos, Dourado; Oliveira; Santos (2007, p. 11) tecem relevantes considerações ao constatarem que a inter-relação entre escolas de qualidade com os resultados obtidos em avaliações de larga escala, muitas vezes ignoram as relações e fatores extraescolares.

Assim, percebe-se a introjeção de saberes mínimos a serem absorvidos, definidos a partir da lógica do capital e associando a avaliação à responsabilização pelos resultados alcançados (AFONSO, 2005), deturpando seu real propósito. Isso posto, o presente estudo tem como objetivo analisar a interferência dos resultados do IDEB no estabelecimento das políticas regulatórias no ensino médio da rede estadual maranhense.

Para o alcance do citado objetivo, faz-se necessário, inicialmente, compreender a percepção dos gestores estaduais da SEDUC/MA quanto ao SAEB e, especificamente, o IDEB na construção das políticas regulatórias. Além disso, é importante avaliar as políticas regulatórias que são implementadas pelo estado, bem como seus possíveis reflexos na melhoria da qualidade educacional, a partir da investigação acerca da forma com que tais políticas são construídas e discutidos junto às comunidades. Assim, espera-se contribuir com a elaboração de uma proposta de nota técnica que auxilie na análise dos resultados em uma perspectiva emancipatória. Feitos tais esclarecimentos, passemos à análise dos aspectos metodológicos que norteiam o presente estudo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como plano de fundo o materialismo histórico-dialético, por meio do qual busca-se “analisar os contextos

históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2007, p. 24). Corroborando com esta perspectiva, será utilizada a abordagem do ciclo de políticas, formulada por Stephen Ball e Richard Bowe, a qual tem como foco a análise das trajetórias de políticas sociais e educacionais, desde a sua formulação até a sua implementação, considerando seus efeitos e os diferentes contextos descritos pelos autores (MAINARDES, 2006).

Para tanto, será realizada uma pesquisa de campo, embasada na pesquisa bibliográfica e documental. Quanto à natureza da pesquisa, utilizar-se-á a abordagem qualitativa, com ênfase no trabalho desenvolvido a partir dos resultados alcançados. Tais resultados referem-se às 694 escolas da rede estadual de ensino que contém estudantes matriculados na 3ª série do Ensino Médio Regular, conforme Censo Escolar 2020. Para compreender a forma como tais dados são manipulados, foram definidos como público-alvo os gestores da SEDUC e técnicos da área de avaliação. Serão utilizadas como técnicas de pesquisa a entrevista semi-estruturada (para os gestores da SEDUC) e os grupos focais (para os técnicos da área de avaliação). Uma vez compreendidos os aspectos metodológicos, passemos à análise preliminar dos resultados e discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora o presente estudo ainda esteja em andamento, percebe-se muitas similitudes entre as práticas adotadas pelo Governo Federal e pelo Governo do Maranhão, que adotam sistemas de avaliação com características bem semelhantes. Assim, a partir das leituras já realizadas identificamos o que Oliveira (2011), ao abordar os estudos de Barroso (2005), apresenta como características do processo regulatório, afirmando que se trata de um processo inerente a qualquer sistema e que visa estabelecer uma espécie de lógica, a qual deve ser aprimorada a cada análise.

Além disso, a autora aponta os estudos de Dupriez e Marroy (2000), que abordam a regulação sob as óticas sistêmica, institucional e vinculadas às organizações ou sistemas de ações, o que nos incita a refletir sobre a forma

como a qual tais sistemas são pensados e operacionalizados, especialmente quanto à neutralização curricular. Tais aspectos guardam relação direta ao que Afonso (2018) apresenta como *accountability*, termo que se refere à responsabilização de sujeitos e instituições quanto aos resultados encontrados, o que, à primeira vista, parece ocorrer a partir das avaliações investigadas. Nesta senda, passemos às considerações parciais.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir das leituras já realizadas e dos objetivos traçados inicialmente, constata-se a evidente vinculação entre as políticas estabelecidas no contexto nacional e as políticas adotadas pelo Estado do Maranhão. No entanto, considerando a abordagem do ciclo de políticas, faz-se necessária a ampliação da análise, a partir da execução da pesquisa de campo e aprofundamento das leituras, buscando compreender a vinculação entre os contextos de construção e consolidação de cada um dos sistemas, bem como de produção e tratamento dos resultados e seus possíveis reflexos sobre a comunidade escolar.

Deste modo, o foco será sempre perceber a forma como a avaliação é tratada pela rede, da sua concepção à consolidação. Por isto, ainda que a forma utilizada pelas redes seja “inadequada” sob a ótica da emancipação, espera-se contribuir por meio da construção do Produto Técnico Tecnológico, cuja proposta consiste em elaborar nota técnica com orientações para que as equipes pedagógicas compreendam e se apropriem dos resultados apresentados, utilizando-os em prol do desenvolvimento do ensino junto à comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Políticas de responsabilização: equívocos semânticos ou ambiguidades político-ideológicas? Em: **Revista de Educação**. Campinas: PUC-Campinas, v. 23(1), p. 8-18, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v23n1a4052>. Acesso em: abril de 2020.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108p.

DOURADO, L. F. (coord); OLIVEIRA, J. F. de; SANTOS, C. de A.; **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

MAINARDES, J.. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. In: **Ed. Soc.** Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan/abr, 2006.

OLIVEIRA, A. P. de Matos. A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal. 2011. 277 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

GESTÃO ESCOLAR: o conselho escolar como instrumento de articulação e mediação da gestão democrática

Mariana Durans Melo

Maria Goretti Cavalcante de Carvalho

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se nos estudos realizados junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – UEMA. O estudo é fruto de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental que, de acordo com Gil (2011), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, que permitiu um levantamento de informações sobre o papel dos conselhos escolares. No que se refere à pesquisa documental, Bravo (1991) destaca que esta não pode ser vista como um mero documento descritivo, mas que traz as realizações sociais, e as ideias humanas que são produtos da vida social. Dito isto, podemos afirmar que a pesquisa documental nos permite compreender, por meio do estudo dos documentos, o modo de viver, de ser de determinado grupo social.

Em sua especificidade, o presente artigo discute o papel do Conselho Escolar na gestão da escola pública. Neste sentido, no intuito de buscarmos respostas para a pesquisa, levantamos o seguinte questionamento: em que medida o conselho escolar pode contribuir para a gestão da escola? Do exposto, o referido trabalho tem como objetivo analisar o papel do conselho escolar sobre a gestão da escola, trazendo como foco algumas considerações sobre a participação.

GESTÃO ESCOLAR

A Gestão Escolar é um agrupamento de procedimentos que pretende encarar os desafios advindos da administração da escola, buscando

gerir significativamente a gestão pedagógica, gestão financeira, gestão administrativa e a gestão de recursos humanos no âmbito da educação escolar.

A investigação da gestão implica em saber lidar com essas esferas, sobretudo no que está relacionado ao trabalho com outras pessoas, respeitando os olhares de todos que dela participam. Isso significa pensar a gestão escolar bem mais como um envolvimento da comunidade escolar (como um todo) e menos como um espaço de relações hierárquicas, onde alguns decidem e outros executam sob pena de incorrer sanções disciplinares.

Assim, essa investigação não é uma tarefa fácil, pois ela está relacionada com os demais setores que compõem a estrutura da própria escola, qual seja, o pedagógico que não se restringe apenas à questão dos professores, mas sim a todo processo de ensino aprendizagem; financeiro que não se restringe a gestão de recursos; o administrativo que não significa deixar a escola refém das atribuições de cada cargo que seus funcionários exercem; e, por fim, os recursos humanos que não pode significar apenas as mãos que trabalham na escola.

Sendo assim, percebemos que falar de gestão significa fazer uma interação entre todos esses setores, sempre pensando no bom funcionamento da escola e questionando qual o papel que ela desempenha na vida dos alunos.

Dessa feita, compreender o papel da escola apresenta-se como ponto fundamental para a análise do tipo de gestão desenvolvida nela. Diante disto, vale destacar que a escola é responsável por transmitir o saber sistematizado e metódico, mas não se restringe apenas a este critério, ou seja, para não tornar o processo de ensino aprendizagem como algo meramente mecânico e sem sentido. (SAVIANI, 2000, p. 23-26)

PRESSUPOSTOS PARA UMA GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA E AUTÔNOMA

Como deve então ser compreendida a gestão escolar? A resposta que propomos é que ela deve assumir um caráter participativo e para tanto são engendrados alguns mecanismos operativos, como as eleições diretas

para diretores nas escolas, a constituição de Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis e Associações de Pais e Mestres. É importante perceber que “a gestão democrática da escola pública deve ser incluída no rol de práticas sociais que podem contribuir para a consciência democrática e a participação popular no interior da escola” (BASTOS, 1999, p.15). Porém, não podemos deixar que essa conscientização democrática seja prejudicada pelas práticas burocráticas que ainda são praticadas nas instituições públicas brasileiras.

A participação da comunidade escolar e local nas decisões referentes à gestão da escola é um dos pressupostos para alcançar a gestão democrática. Além disso, a sua concretização servirá como base para o estabelecimento de novas relações dentro da escola, pautadas na descentralização de decisões e na democratização. Nesta perspectiva, enfraquecem as relações de mando e submissão, fazendo surgir o sujeito coletivo que decide, age e pode atuar na transformação da sociedade. Em função disto, é implantada uma “nova cultura no cotidiano escolar” onde o debate, a liberdade de opinião, de organização e o compartilhamento, não só de responsabilidades, mas também de decisões, e que seja uma nova realidade no cotidiano educacional brasileiro, já que a ideia de gestão democrática está intrinsecamente relacionada à de autonomia na gestão escolar.

A Constituição Federal de 1988, como também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), estabeleceram as bases da gestão democrática como estímulo ao exercício da cidadania. Em seu artigo 206, inciso VI, confirma a gestão democrática como um princípio constitucional. E a Lei no 9.394/96, respalda no seu artigo 14 a participação da comunidade escolar e local através de órgãos colegiados. Esta assim se reporta:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2001, p. 5).

Nesse modelo de gestão, enfatiza-se a autonomia para construir seu projeto político-pedagógico, eixo norteador que possibilita a participação

de segmentos que compõem a comunidade escolar e local, atribuindo-lhes o caráter de elaborar, acompanhar e avaliar de modo contextualizado a sua proposta educativa. É importante perceber que “a gestão democrática da escola pública deve ser incluída no rol de práticas sociais que podem contribuir para a consciência democrática e a participação popular no interior da escola” (BASTOS, 1999, p.15).

A participação da comunidade escolar e local nas decisões referentes à gestão da escola é um dos pressupostos para alcançar a gestão democrática. Além disso, a sua concretização servirá como base para o estabelecimento de novas relações dentro da escola, pautadas na descentralização de decisões e na democratização, acabando com as relações de mando e submissão, fazendo surgir o sujeito coletivo, que decide, age e pode atuar na transformação da sociedade.

A comunidade pode e deve ter participação nos seguintes espaços: constituição do conselho escolar; elaboração do projeto político pedagógico de maneira coletiva e participativa; definição e fiscalização da verba enviada para a escola; divulgação e transparência na prestação de contas; avaliação institucional da escola, dos professores, dirigentes, estudantes. Segundo Dourado (2013 p. 97), a gestão democrática

[...]é entendida como processo de aprendizagem e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativas, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do ‘jogo’ democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas.

O entendimento do conceito de gestão democrática é exposto em algumas abordagens, baseando-se em interpretações que culminam para uma visão dessa gestão como um processo de participação e de tomada de decisões de interesse coletivo, entendido como de interesse de toda a comunidade escolar e local, ou seja, professores, alunos, funcionários, pais e/ou representantes da comunidade.

CONSELHO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A escola, além de um espaço de convivência social e de socialização, é também um espaço de transmissão, de forma sistematizada do saber acumulado pela humanidade. É também uma instituição datada historicamente, onde cada sociedade forja um modelo escolar próprio. Nesse sentido, as funções políticas e sociais da escola têm interesses de classe. Assim, “a escola, como toda instituição pública, precisa estar sujeita a mecanismos de controle e correção pelas autoridades e ser fiscalizada pela própria sociedade” (PIERRÔ, 2007).

Nessa compreensão, o papel do Conselho Escolar ganha centralidade por se constituir espaço privilegiado para discutir e deliberar sobre questões que direta ou indiretamente podem produzir efeitos no atendimento educativo que se realiza na escola, bem como acerca de outras questões que afetam diretamente a organização do sistema de gestão escolar, o trabalho pedagógico, com sérios impactos na qualidade da educação.

A escola, por meio do conselho escolar, pode “incentivar no corpo discente o desenvolvimento de posturas solidárias, críticas e criativas e propiciar a organização de situações que induzam o estudante a lutar pelos seus sonhos, tarefas de uma escola comprometida com a formação cidadã.” (AGUIAR *et. al* 2006, p.45). A participação na vida cotidiana da escola é possível e necessária. Deveria ser dever de todo estudante estar ciente daquilo que ocorre em sua escola, do recebimento de verbas, do uso dos recursos, de sua distribuição, etc. Um grande passo foi dado com a constituição do conselho escolar que, nesse âmbito, exerce papel fundamental, tanto em sua função fiscalizadora na gestão de recursos públicos que chegam à escola, quanto na deliberação de questões que possam contribuir para que a escola cumpra sua função social.

O Conselho Escolar, como instrumento para a democratização e participação, é formado por representantes dos diversos segmentos da comunidade: estudantes, pais, funcionários, professores e o diretor da escola.

O Colegiado Escolar

[...] é parte integrante do processo de elaboração/reelaboração, implantação/implementação do Projeto Político-Pedagógico

da escola, na medida em que busca o exercício permanente de construção de práticas pedagógicas coletivas, exercendo uma função de natureza pedagógica e política, fundamental na construção de uma escola democrática e autônoma. (MARANHÃO, 2016, p. 7)

É necessário que as escolas estabeleçam regras democráticas e transparentes na eleição dos segmentos do conselho. “O conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político-pedagógico”. (BRASIL, 2004, p. 37).

Levando em consideração a Gestão Democrática, é necessária essa integração entre a comunidade e a escola, “para que coletivamente, seja construída a cultura de que a escola pública é para todos, e, portanto, é responsabilidade de todos” (COELHO; VOLSI, 2010, p. 69).

Diante do que foi exposto, é necessário destacar que, assim como outros problemas que permeiam a realidade escolar cotidiana, já existe um aparato legal e algumas elaborações teóricas que nos apontam para a reflexão de como a criação e o encaminhamento das atividades por parte do conselho escolar são necessárias. Porém, ainda é preciso empreender forças para que essas elaborações teóricas e aquilo que está expresso na lei sejam executados, colocados em prática, que sejam sentidos na realidade, com a maior eficácia possível e que o conselho escolar não fique apenas criado formalmente, mas que contribua com a construção de uma escola democrática, na qual a comunidade tem plena participação em sua gestão.

Assim, é importante que a comunidade participe ativa e efetivamente do Conselho Escolar, pois assim poderá fiscalizar, opinar e fazer cumprir as decisões tomadas pela escola. À medida que a comunidade participa da gerência da escola, ela passa a fazer parte da equipe que toma as decisões pertinentes ao bom funcionamento da instituição.

Essa atitude pode fazer a diferença na questão da qualidade da escola, principalmente para as camadas mais pobres da população, pois pressupõe o controle do Estado pela sociedade civil. Por conta disso, a atuação do Conselho Escolar torna-se indispensável, por representar a instância que deve contribuir para o processo de democratização da gestão.

O Conselho Escolar é, assim, um relevante organismo de articulação entre a escola e a sociedade. Desse modo, o exercício da participação do Conselho Escolar no cotidiano da escola concorre para a instalação de uma prática pedagógica e de uma cultura política democrática e cidadã. A participação é emancipatória, pois exercita a crítica, à medida que desenvolve a criatividade e, portanto, a transformação para um mundo mais humano. (BRASIL, 2008, p.45)

Uma vez apontado que a autonomia é parte indispensável de um modelo de gestão democrática, é preciso compreender que sua ação na prática se dá com a comunidade escolar participando tanto das vivências como da tomada de decisões sobre os rumos da escola e que a negação desta participação permite que apenas o setor burocrático da escola desfrute a autonomia existente. Esta participação efetiva nas tomadas de decisão deve acontecer principalmente, mas não restrita e nem unicamente, nos conselhos escolares.

Os modelos de Conselhos Escolares diferem de acordo com a natureza institucional. Independentemente de como ele é constituído, sempre há no instrumento que trata de sua regulamentação (lei, decreto, regimento escolar, estatuto, etc.) um conjunto de competências atribuídas que fazem deste órgão um mecanismo instituído de gestão democrática do ensino público. Embora diversificadas, geralmente, as atribuições ou competências do Conselho Escolar são categorizadas segundo a natureza da função.

De acordo com o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (BRASIL, 2004) e com o caderno de orientações Colegiado Escolar: Consolidação da Gestão Democrática do Governo do Estado do Maranhão (2016), os sistemas de legislação e normas de ensino no Brasil conferem aos conselhos escolares as seguintes competências: deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras.

O mesmo programa (BRASIL, 2004b, p. 41) chama estas competências de funções e especifica:

- a) **Deliberativas:** quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo e financeiro.

- b) **Consultivas:** quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.
- c) **Fiscais** (acompanhamento e avaliação): quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.
- d) **Mobilizadoras:** quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.

Segundo Barcelli, Conti e Luiz (2010), em um estudo acerca de Conselhos Escolares, quando a comunidade não participa da gestão administrativa e pedagógica da escola, acaba tendo apenas a função de receber a prestação de contas. Além disso, deve ser evitado conceber o conselho escolar como órgão da equipe gestora, ou até mesmo como órgão que inviabilize a gestão da escola.

Os autores, nesse sentido, pontuam:

Parte-se do pressuposto de que os conselhos escolares configuram-se, historicamente, como espaços de participação de diretores, professores, funcionários, comunidade, pais, alunos nas instituições escolares. Eles são compreendidos como espaços coletivos de deliberação, assumindo a perspectiva de órgãos co-responsáveis pela gestão administrativa e pedagógica das escolas, embora cumpra, em muitos casos, o mero papel de aprovação da prestação de contas, órgão responsável por medidas disciplinares etc.(BARCELLI; CONTI; LUIZ, 2010, p. 12)

Essa é uma realidade percebida sobre o Conselho Escolar nas escolas públicas brasileiras, mas ainda não é dado o devido valor a esse importante mecanismo da gestão participativa, ainda não se enxerga a importância do envolvimento de todos na busca de uma educação pública de qualidade.

Nesse sentido, uma das causas do não reconhecimento da importância dessa participação ativa e responsável nos Conselhos Escolares justifica-se pela presença da burocracia dentro das instituições públicas do nosso país, o que acaba por contribuir para a falta de interesse da comunidade local na hora do processo decisório.

Uma vez que o que se busca alcançar a gestão democrática, desistir de participar do conselho é deixar o caminho aberto para que a burocracia se instale e conduza à sua maneira as decisões, deixando de fora um público diversificado, que com seus pontos de vistas pode em muito contribuir para elevar a escola a novos patamares. Para tanto, é preciso investir na disseminação dessa cultura de participação, de pertencimento e vendo no conselho a possibilidade de se almejar mudanças.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Até o presente momento, considerando que a pesquisa está em andamento, com o apoio do referencial teórico, o estudo deixa evidências de que o Conselho Escolar pode contribuir para a organização do sistema de gestão escolar, para formação dos alunos e também da comunidade. Igualmente, a escola deve se constituir num espaço/tempo democrático, coletivo e de práticas sociais solidárias e fraternas. Nesse sentido, o Conselho Escolar, por meio dos seus integrantes, reforça a autonomia da comunidade escolar e nas decisões que envolvem a escola.

A participação nas atividades do conselho escolar traz contribuições para a formação dos alunos e da comunidade que desconhece muito daquilo que acontece na gestão. São espaços legítimos que podem ser aproveitados, explorados, discutidos e assim aumentar o sentimento de pertencer à escola, de que é possível almejar mudanças.

Portanto, é necessário apostar que as instâncias da escola e os conselhos levem em conta o potencial dos estudantes, o potencial dos pais, dos servidores e assim por diante. Porque essa troca de saberes que ocorrem no seu interior enriquecem e ampliam as visões de mundo envolvidas.

Passa-se mais a perceber sobre a colaboração, o trabalho coletivo, abandono de ideias individualistas, respeito às diferenças e percepção do trabalho como um todo. Parece pouco, mas no mundo globalizado que vivemos, de fragmentação do trabalho, fragmentação do saber e fragmentação do pensar adotar medidas que rompam com esse sentimento de ser humano fragmentado, nada mais é do que apostar que futuramente é possível formar cidadãos com visões de mundo amplas e não restritas ao mercado de trabalho.

Por fim, o estudo deixa como principal evidência a percepção sobre a colaboração, o trabalho coletivo, o abandono de ideias individualistas, o respeito às diferenças e a percepção do trabalho como um todo. De nada vale um conselho se suas atividades não são exercidas de forma democrática se ricas em sentido e significado, e que contribuam para a discussão coletiva e tomadas de decisão envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcia Ângela da Silva [*et. al*]. Conselho Escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social. Brasília: MEC; Secretaria de Educação Básica, 2006.

BARCELLI, J. C.; CONTI, Celso; LUIZ, M. C. O curso de extensão “Formação Continuada a Distância em Conselhos Escolares”. In: LUIZ, M. C. (org). Conselho Escolar: Algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010, p. 11-21.

BASTOS, J.B. Gestão Democrática da Educação: as práticas administrativas compartilhadas. In: BASTOS, J.B. Gestão Democrática. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.mec.gov.br/legis/default.shtm. Acesso em: 22 dez. 2020.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96. Disponível em: <www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 22/12/2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública/elaboração Genuíno Bordignon. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

_____. Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania. In: Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília – DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, nov. 2004 b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania, Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública, Brasília, 2004.

BRAVO, R. S. Técnicas de investigação social: Teoria e ejercicios. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

COELHO, M. P., VOLSI, M. E. F. As Bases legais da Gestão Educacional e da Gestão Escolar e da Gestão Democrática. In: LARA, Angela Mara de Barros; KOEPSEL, Eliana Cláudia Navarro (org). Gestão educacional. Maringá: Eduem, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. A escolha dos dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto Ferreira (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 95-117

GIL, Antonio Carlos. Método e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. 4. reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

MARANHÃO. Secretaria da Educação Colegiado Escolar: Consolidação da Gestão Democrática. Maranhão. 2016

PIERRÔ, Giulia. A Exclusão da Comunidade. In: Gestão Participativa na Escola. Educaforum, 11. 01.2007. Disponível em: Acesso em: 18/10/2020.

SAVIANI, Dermerval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 7ª edição. Campinas – SP: Autores Associados, 2000.

CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM REDE PÚBLICA DE ENSINO

Marta Lemos Castro
Ana Lúcia Cunha Duarte

INTRODUÇÃO

Compreender a educação como ferramenta de transformação social, por meio de uma proposta contra hegemônica, é fator intrínseco no processo de ensino aprendizagem. Aqui focalizamos o tema da avaliação, partindo da ideia de desenvolver a construção social. Como nos ensina a autora Saul (2010), que trata da avaliação em uma perspectiva emancipatória, essa transformação, associada à construção social, pode ser trabalhada em uma perspectiva de contribuir com a formação humana. Isso, pois, dentro do espaço escolar, os gestores têm a possibilidade de desempenhar de diferentes formas uma mediação entre o indivíduo e a sociedade. Diante do exposto, pretendemos realizar o presente trabalho, a partir do seguinte problema: Qual concepção, os gestores dos anos iniciais da rede pública de Uruçuí-PI, tem sobre a avaliação da aprendizagem?

O interesse na temática proposta se deu a partir de minhas experiências como docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental e como profissional atuante na coordenação pedagógica do Instituto Federal do Piauí. Foram anos de reflexões acerca do processo de avaliação da aprendizagem e de como ela pode contribuir no processo de transformação social do estudante. A avaliação da aprendizagem, nesse sentido, traz reflexões sobre os efeitos que ela gera no processo educacional e também a compreensão de que a escola é um espaço possível para pensar em uma educação baseada na equidade e conscientização dos estudantes.

Desse modo, o presente projeto de pesquisa se justifica pela sua relevância social, emancipatória e educativa. Propõe reflexões aos gestores

acerca da avaliação da aprendizagem e suas contribuições, por compreender que é nos espaços de gestão que se desenvolvem as avaliações. Entendemos que há diversos tipos de avaliação, mas buscamos aqui uma avaliação atenta às desigualdades sociais, tangenciada pelas propostas para a educação, que compreendem a avaliação da aprendizagem inerente ao processo de ensino aprendizagem pautado em uma educação de qualidade.

A partir disso, temos como objetivo geral analisar quais concepções os gestores dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública têm sobre a avaliação da aprendizagem e como elas podem contribuir para a transformação social dos estudantes do município de Uruçuí-PI. Para a obtenção do objetivo geral, temos os seguintes objetivos específicos: Mapear as concepções de avaliação da aprendizagem de gestores dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública municipal de ensino; Compreender como a avaliação da aprendizagem pode contribuir no processo de transformação social dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública de ensino do município de Uruçuí - PI; Elaborar um caderno de orientações que trate de uma avaliação da aprendizagem que possibilite a transformação social de estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de Uruçuí – PI. Esta proposta, nos permite compor a metodologia apresentada na próxima seção.

METODOLOGIA

Como metodologia de estudo, trabalharemos na perspectiva da pesquisa de campo defendida por Gil (2008) e da pesquisa ação referenciada por Thiollent (1986). Estas, nos permitem compreender a abordagem qualitativa conceituada por Minayo (2007) e Teixeira (2013), como aquela que permite interação e produção de dados junto ao campo de pesquisa. Como técnica de produção dos dados, utilizaremos o questionário semiaberto com base em Goldemberg (2009); Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2008), e entrevista semiestruturada em Minayo (2007) com 5 gestores das escolas municipais da zona urbana de Uruçuí - PI. Para análise e discussão dos dados, nos apoiaremos nos princípios da análise de conteúdo com base em Bardin (1979, 2016), com a qual poderemos traçar a discussão dos resultados em

categorias a posteriori. Com base na metodologia deste projeto, apresentamos aqui apenas um recorte, com estudo teórico desenvolvido até então como foco na abordagem legal e teórica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa ainda está em andamento, em fase de produção de dados. Toma por base o mapeamento de periódicos, legislações nacionais, programas e textos de autores que corroboram com a temática da avaliação da aprendizagem na perspectiva da transformação social. Para isso, nos ancoramos em Luckesi que trata da avaliação da aprendizagem (2009; 2011), Saul, avaliação emancipatória (2010), Hoffman, avaliação mediadora (2011), Freire avaliação transformadora (1976; 2018; 2021), dentre outros.

Esse estudo será realizado na cidade de Uruçuí – PI com 5 gestores dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública municipal que atuem na zona urbana no período do primeiro semestre de 2022. Até o momento, o processo de escrita do projeto está em construção, sendo revisado sempre que necessário pela orientadora, com objeto de estudo, problemática, objetivo geral e específicos, atualmente já definidos. A previsão é que o corpo do trabalho fique mais alinhado em meados de março de 2022, para que possa ser enviado à banca para a primeira qualificação.

Neste sentido, no tocante às reflexões acerca da temática, o produto técnico tecnológico foi repensado pelo fato de ser mais viável de ser proposto e executado. Sendo assim, definimos como Produto Técnico Tecnológico um caderno de orientações. Diante disso, pontuamos que o processo de avaliação da aprendizagem tem muito a colaborar, principalmente no que tange à transformação social dos estudantes e gestores dos anos iniciais do ensino fundamental. Sabemos dos desafios dessa perspectiva, em especial, na compreensão de que é um processo que pode envolver um tempo maior. Mas, também compreendemos que é um caminho relevante na produção do conhecimento que pode proporcionar a emancipação dos estudantes (SAUL, 2010).

Além disso, entendemos a importância e as possibilidades de impacto que as políticas de avaliação e os programas podem gerar nesse processo. Por

isso, trazemos reflexões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/1996, em especial, as portarias que tratam da avaliação. Ressaltamos o estudo da Portaria de número nº 458, 5 de maio de 2020 e a de nº 10 de 8 de janeiro de 2021, cujo escopo compreender as diretrizes do estado do Piauí (2013), assim como programas como o Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e, também o Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) das escolas que serão pesquisadas. Compreendemos que, a depender do processo de mediação, essas políticas podem corroborar com o processo de transformação social de estudantes, uma vez que podem favorecer positivamente o ambiente escolar na perspectiva de uma educação emancipadora. A partir disso, apresentamos na próxima seção, as considerações parciais, desenvolvidas em articulação à pesquisa em andamento.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Com o intuito de analisar quais as concepções, os gestores dos anos iniciais do ensino fundamental, têm sobre a avaliação da aprendizagem, e como essas concepções podem contribuir para a transformação social dos estudantes da zona urbana do município de Uruçuí-PI, esperamos, com a realização dessa pesquisa, contribuir com as discussões sobre a temática das políticas de gestão e avaliação dentro de uma perspectiva de emancipação dos estudantes na rede municipal de ensino de Uruçuí – PI. Pretendemos também colaborar com outros trabalhos que, porventura, exijam a análise das políticas de avaliação e suas influências nos processos avaliativos dentro do ambiente escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Como ainda estamos em fase de elaboração da escrita, as próximas etapas compreender alinhar o trabalho com discussões a partir da perspectiva proposta, assim como a realização da pesquisa, produção do produto e, também sua execução. Como mencionamos anteriormente, o estudo será realizado no município de Uruçuí – PI, com os gestores dos anos iniciais do ensino fundamental que atuem na zona urbana do referido município. A proposta é produzir um caderno de orientações que trate de processos avaliativos que possam contribuir para a educação do município de

Uruçuí-PI. Como materialidade da pesquisa, propomos desenvolvimento de produto técnico e tecnológico, cujo objetivo consiste em apresentar propostas/estratégias de melhorias na prática pedagógica avaliativa de gestores sob a ótica de uma avaliação educacional que vise a aprendizagem efetiva dos estudantes e que possa corroborar para uma transformação social emancipadora.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 1979.

_____. **Análise de conteúdo**. – Tradução Luís Antero Beto, Augusto Pinheiro. – São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996. 8. ed. Brasília: edições câmara, 2013. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 05 de nov. 2020.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 458**, 5 de mai. de 2020.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 10**, 8 de jan. de 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

_____. **Conscientização** [livro eletrônico] / São Paulo: Cortez, 2018.

_____. **Política e educação**. – 7º ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. – 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

HOFFMANN, J. **Grandes descobertas na educação**. Editora Mediação, 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PIAUÍ. **Diretrizes Técnico Normativas para Sistematização para Avaliação da Aprendizagem da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Piauí,** 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** - - 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo.** 8 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa.** 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa ação.** São Paulo: Cortez: autores associados, 1986.

O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NA MITIGAÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mary Luiza Silva Carvalho Vila Nova
Sandra Regina Rodrigues dos Santos

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a educação de crianças pequenas tem passado por um processo de transformação significativo tanto com relação a concepção de infância e as práticas pedagógicas voltadas para a primeira infância (OLIVEIRA, 2011) quanto na esfera das políticas públicas (KRAMER, 2006). De modo que, a Educação Infantil foi inserida na Educação Básica (BRASIL, 1996), o ingresso nesta etapa passou a ser obrigatório a partir dos quatro anos de idade (BRASIL, 2014), o cuidado passou a ser considerado indissociável do processo educativo (BRASIL 2009; BRASIL 2017), interações e brincadeiras são preceituadas como eixos estruturantes nesta etapa (BRASIL 2009; BRASIL 2017).

Estudos evidenciaram que desenvolver boas práticas pedagógicas com as crianças em creches e pré-escolas têm se apresentando necessárias à mitigação de desigualdades educacionais nas etapas posteriores de escolarização (HECMAN, 2006; CAMPOS, 2011; APPES; MENDOLIA; WALKER, 2012). Isto porque é nessa fase que ocorre a aquisição de capacidades fundamentais que permitirão o aprimoramento de habilidades futuras mais complexas” (COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA, 2014, p.3).

No Plano Nacional de Educação foi dada prioridade à Educação Infantil, tendo por base estudos como os citados no parágrafo anterior. De modo que, universalizar o atendimento de crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos na pré-escola e ampliar o atendimento de crianças até 3 (três) anos na creche são consideradas diretrizes necessárias à superação de desigualdades educacionais (BRASIL, 2015).

A legislação vigente preceitua a garantia da qualidade na educação (BRASIL, 1988, art. 206; BRASIL, 1996, art. 3º). O Marco Legal para a Primeira Infância dispõe que “a expansão da educação infantil deverá ser feita de maneira a assegurar a qualidade da oferta [...] com profissionais qualificados” (BRASIL, 2016). A priorização da educação formal de crianças pequenas se faz necessária uma vez que a primeira infância é a fase mais importante do desenvolvimento humano, tal qual pontuam Heckman (2006), Mustard (2010) e Young (2010).

Atualmente entende-se que gestor escolar é responsável pelo funcionamento administrativo e pedagógico da escola (LIBÂNEO, 2015; LÜCK, 2009; PARO, 2011). Considera-se, portanto, que sua atuação é fundamental para a qualidade do trabalho desenvolvido com crianças em creches e pré-escolas, até porque é ele que está na articulação com famílias e profissionais. Sendo assim, para que os direitos fundamentais já normatizados possam ser assegurados em cada instituição de Educação Infantil, entendemos a relevância do papel destes profissionais.

Dessa forma, este estudo parte da seguinte questão: Como a atuação de gestores(as) escolares de instituições de Educação Infantil pode contribuir para a mitigação das desigualdades educacionais? Assim, esta pesquisa tem por objetivo principal analisar a atuação do(a) gestor(a) escolar em instituições de educação infantil da rede pública de ensino do município de São Luís, Maranhão, com vistas à implementação dos marcos legais para esta etapa. Para tanto, conta com os seguintes objetivos específicos: Analisar contribuições teóricas que tratam das dimensões das desigualdades educacionais; Explicitar os avanços legais e teóricos relacionados a Educação Infantil; Destacar o impacto da Educação Infantil na mitigação de desigualdades educacionais; Investigar se a atuação de gestores escolares na gestão de instituições públicas de Educação Infantil está em consonância com os marcos legais para etapa. A problemática e as premissas da pesquisa, possibilitam, por sua vez, desenvolvermos a seguinte metodologia.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, os procedimentos metodológicos reunirão elementos tanto da abordagem qualitativa, quanto

quantitativa. Na qualitativa possibilitam aprofundar o entendimento da temática pesquisada e na quantitativa, tornar os conceitos mais precisos (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998), assim como também nos permite compreender Goldemberg (2004):

A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular (GOLDEMBERG, 2004, p.62).

Tomando por base esta compreensão metodológica, entendemos que este estudo estará ancorado em uma pesquisa bibliográfica, mediante revisão de literatura a partir do levantamento em livros, revistas, teses, dissertações e anais de eventos científicos impressos ou disponibilizados na internet que versam sobre Desigualdades Educacionais, Gestão Escolar e Educação Infantil. Compreendendo que, de acordo com Marconi e Lakatos (2019, p.33), atualmente, predomina o entendimento que, na pesquisa bibliográfica, os artigos científicos constituem o foco primeiro dos pesquisadores, consideramos que eles que se pode encontrar “o conhecimento científico atualizado, de ponta” (MARCONI; LAKATOS, 2019, p.33).

Tendo em vista que com a “disseminação de novos formatos de informação, [as pesquisas bibliográficas] passaram a incluir outros tipos de fontes” (GIL, 2019, p.28), este estudo também estará ancorado em palestras disponibilizadas na internet. Se fazendo necessário, ainda, realizar um levantamento dos marcos legais para a Educação Infantil posteriores à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Como técnica de coleta de dados será compartilhado um questionário via *Google Forms* com gestores(as) de instituições de Educação Infantil da rede pública do município de São Luís com finalidade de delinear o perfil desses profissionais, reunindo informações como: sexo, idade, área de formação, tempo de atuação na educação, tempo de atuação como gestor(a) escolar bem como concepções de infância, criança, Educação Infantil e Gestão Escolar. Posteriormente serão realizadas entrevistas semiestruturadas, combinando perguntas fechadas e abertas, de maneira a permitir que os

(as) gestores(as) entrevistados, um(a) da zona urbana e um(a) da zona rural, discorram “sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2007, p. 64). Segundo Rosa e Arnold (2006), na opção pela entrevista o centro da questão deve convergir para a relação entre a teoria e a prática.

Para analisar os dados colhidos se utilizará da Análise de Conteúdo que “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens” (BARDIN, 2016, p.44). Desse modo a pesquisa irá passar por três etapas básicas: pré-análise, organização do material; descrição analítica que consiste em um estudo aprofundado dos dados levantados orientados pela hipóteses e referenciais teóricos; interpretação referencial com vistas ao estabelecimento de relações entre os referenciais legais e teóricos analisados e a realidade pesquisada. Os dados serão categorizados para atender aos objetivos da pesquisa e distribuídos em tópicos para permitir uma melhor visualização dos resultados obtidos e posterior discussão e interpretação dos mesmos. Com esta abordagem, passamos a apresentação dos resultados e discussão desenvolvidos a partir desta pesquisa em andamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O direito à educação formal na primeira infância foi estabelecido na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 227 que preconizou ser dever do Estado garantir o atendimento de crianças em creches e pré-escolas (BRASIL, 2020). Posteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990 – regulamentou o artigo 227 da Constituição Federal trazendo o princípio da prioridade absoluta em assegurar os direitos sociais das crianças, dentre eles o direito à educação.

Ainda que a educação fosse um direito social que deveria ser assegurado às crianças em creches e pré-escolas, somente em 1996 que a Educação Infantil foi integrada a Básica através da Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A LDBEN preconiza que Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem por finalidade promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

No decorrer das últimas décadas o Ministério da Educação publicou documentos que subsidiaram as práticas educativas na Educação Infantil a fim de que esta cumpra sua função sociopolítica de assegurar à criança formação necessária para o exercício pleno da cidadania, bem como sua função pedagógica de conceder embasamento necessário a construção de conhecimentos demandados nas etapas subsequentes de escolarização. Destes documentos ressalte-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) que definem os fundamentos norteadores para as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2010). Além destas prerrogativas legais, contamos com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que está comprometida com a formação e desenvolvimento humano global em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica (BRASIL, 2017).

A BNCC tem por finalidade nortear as propostas pedagógicas em escolas públicas e privadas, visando proporcionar mais equidade e qualidade à educação brasileira. Oportunizando, assim, o enfrentamento das desigualdades educacionais no que tange ao acesso a bens culturais e vivências na infância (BRASIL, 2017). Neste sentido, com os estudos preliminares realizados, é possível compreender que a garantia da qualidade nos trabalhos desenvolvidos com as crianças em creches e pré-escolas têm se apresentando necessária para minimizar desigualdades educacionais nas etapas posteriores de escolarização.

Na sustentação desta assertiva, é possível citar o estudo desenvolvido pela Fundação Carlos Chagas, coordenado por Maria Malta Campos cujos objetivos foram avaliar a qualidade da educação infantil em seis capitais brasileira, bem como identificar diferenças no desempenho escolar de crianças no início do ensino fundamental associadas à frequência em uma pré-escola de qualidade. Neste estudo, foi constatado que crianças que frequentaram instituições de educação infantil de qualidade obtiveram melhores resultados na Provinha Brasil realizada no ensino fundamental (CAMPOS, 2011).

Neste mesmo sentido, outro estudo realizado no Reino Unido evidenciou que o acesso de crianças entre zero e seis anos a um ambiente de aprendizagem adequado revelou-se particularmente positivo para crianças que vivenciam situação de pobreza. A partir deste estudo foi possível evidenciar que a educação infantil de qualidade impacta positivamente

aprendizagem na adolescência. Foi observado que a educação pré-escolar melhora os resultados em testes cognitivos aos 11, 14 e 16 anos e tem um efeito positivo sobre as intenções de continuar os estudos após conclusão da educação básica (APPES; MENDOLIA; WALKER, 2012).

Para Heckman (2006) a atenção especial para com as crianças de zero a seis anos de idade tem impactos determinantes na constituição do indivíduo e da sociedade. Suas pesquisas revelaram que uma educação infantil de qualidade se mostra necessária, sobretudo com crianças de famílias de baixa renda, que tendem a ter menos estímulos dentro de casa. Nesse ínterim, ressaltamos a pertinência na continuidade da pesquisa e, passamos às considerações finais, que reúnem os apontamentos da pesquisa em andamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Libâneo (2015), o(a) gestor(a) escolar tem sobre si a incumbência de impulsionar a instituição a cumprir sua função social, tendo sobre si a responsabilidade de organização das ações pedagógicas que envolvem a proposta pedagógica, a elaboração do currículo, o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, a rotina da escola. Dessa forma, o(a) gestor(a) escolar desempenha um papel relevante para a mitigação de desigualdades educacionais a partir da educação infantil.

Embora a responsabilidade sobre a dinâmica do processo educativo seja compartilhada (tanto com a equipe gestora quanto com o corpo docente e comunidade escolar), é possível sustentar a ideia de que a gestão deve se dar de forma democrático-participativa (BRASIL, 2020; BRASIL 1996). Por isso, compreendemos que o trabalho dos(as) gestores(as) escolares requer que tenham capacidade de liderança, “isto é, de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais) para a efetivação dos objetivos educacionais propostos pela escola” (LUCK, 2014, p.20).

Nessa perspectiva, para Lück (2014) o poder de influência do gestor requer que este desenvolva competências específicas que o capacite a motivar, orientar, coordenar as atividades de toda comunidade escolar e local, com postura não autoritária, para que seja possível conseguir mobilizar

a todos através da aceitação e respeito mútuo. Como tal, compreendemos que ele necessita de desenvolver visão holística - tanto dos processos que se desenvolvem dentro da sua escola, quanto das transformações ocorridas no cenário nacional no sistema educacional. Sendo assim, perspectivamos a continuidade do trabalho, no horizonte de abranger os estudos sobre gestão na educação infantil.

REFERÊNCIAS

APPS, P.; MENDOLIA, S.; WALKER, I. The Impact of Pre-school on Adolescents' Outcomes: Evidence from a Recent English Cohort. In: **Economics of Education Review**, 2013, 37, 183-199. Disponível em: <<https://www.iza.org/publications/dp/6971/the-impact-of-pre-school-on-adolescents-outcomes-evidence-from-a-recent-english-cohort>>; Acesso em: 2 dez. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado, 1988.

_____. Lei de diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394 de 20, de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/** Secretária de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015.

_____. **Marco Legal da Primeira Infância**, de 8 de março de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 4ª versão**. Brasília, DF, Dez./2017.

CAMPOS, Maria Malta. A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 15-33, jan./abr. 2011.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (2014). Estudo nº 1: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. Disponível em: < <https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2018/07/O-IMPACTO-DO-DESENVOLVIMENTO-NA-PRIMEIRA-INFANCIA-SOBRE-A-APRENDIZAGEM.pdf>>; Acesso em: 8 out. 2019.

GIL. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2019.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HECKMAN, J. J. Skill Formation and the Economics of Investing in Disadvantaged Children. In: **Science**. v.312. jun. 2006.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. In: **Educ. Soc. Campinas**, v. 27. n. 96 – Especial. P. 797-818. out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>; Acesso em: 15 out. 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 6a ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus editora, 2015.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____. **Liderança em gestão escolar**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (Série Cadernos de Gestão).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MUSTARD, J. F. O desenvolvimento da Primeira Infância e o cérebro: a base para a saúde, o aprendizado e a o comportamento durante a vida toda. In: YOUNG, M. E. (org.). **Do desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano**: investindo no futuro de nossas crianças. São Paulo: Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, 2010.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica a estrutura da escola**. São Paulo: Cortez. (Série Educação em Ação).

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, p.78-95, mar. 2009.

ROSA, M. V. de F. P. do C.; ARNOLD, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa, mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

YOUNG, M. E. Introdução e visão geral. In: YOUNG, M. E. (org.). **Do desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano**: investindo no futuro de nossas crianças. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010.

UMA ANÁLISE SOBRE A GESTÃO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL LUDOVICENSE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Rafaelle Christine Cidreira Estrela

Ana Lúcia Cunha Duarte

Kallyne Kafuri Alves

INTRODUÇÃO

A realidade educacional oriunda da situação emergencial da pandemia da Covid-19 ampliou a forma de pensar o ensino e o ambiente escolar, provocando a adoção de rotinas, estratégias e metodologias que minimizem os impactos da crise pandêmica na aprendizagem, uma vez que “as constantes mudanças sociais, econômicas e políticas requerem que a escola atenda a essas novas exigências” (PENIN, 2001, p.17).

Nesse sentido, atender as exigências do contexto socioeducacional pandêmico é uma tarefa desafiadora. Isto, pois, trata-se de um contexto considerado inédito, cercado por novos desafios sociais, impostos pela pandemia. Contexto este que trouxe impactos às instituições escolares, a seus profissionais e estudantes que repentinamente se deparam com uma nova dinâmica nos processos de ensino e aprendizagens (PERES, 2020, p. 20-21).

Considerando este cenário inédito, dinâmico e cercado por grandes desafios, o foco deste estudo pauta-se no tema “a gestão escolar na rede pública municipal de São Luís/MA durante a pandemia da Covid-19”. Com a finalidade de compreender o panorama da educação ludovicense e seus reflexos na gestão escolar, elencamos o seguinte questionamento: como a resolução CEE/MA nº 94/2020, as diretrizes e Guias da Secretaria Municipal de Educação (Semed) orientam a gestão escolar da rede pública municipal ludovicense na (re)organização do calendário letivo durante o estado de calamidade da pandemia da Covid-19?

A partir desta problemática, a pesquisa tem como objetivo geral analisar na Resolução CEE/MA nº 94/2020, diretrizes e Guia da Semed,

direcionamentos que norteiam gestores de escolas da rede pública municipal de São Luís diante das constantes mudanças educacionais decorrentes da pandemia.

Para isto, elencamos os seguintes objetivos específicos: Identificar como as normativas legais da Resolução nº 94/2020 do Conselho Estadual do Maranhão (CEE/MA), das Diretrizes (SEMED, 2020) e Guias de Orientação (SEMED, 2021) direcionam gestores escolares na manutenção do ensino durante a pandemia; Investigar por meio das diretrizes e guia de orientação como se dá os encaminhamentos das ações mediante as constantes mudanças no secretariado da Semed após o fechamento das escolas; Discutir como a dinâmica inconstante do cenário pandêmico interfere na (re) organização pedagógica e administrativa da gestão escolar.

Cabe ressaltar, que este estudo é o recorte da pesquisa em desenvolvimento, “ENSINO EMERGENCIAL: a gestão escolar em tempos de pandemia” do Programa de Mestrado Stricto Sensu em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que apresenta dentre seus objetivos específicos a intenção de discutir como as concepções e os princípios da gestão escolar em articulação com as determinações legais norteadoras da gestão educacional a nível federal, estadual e municipal do ensino emergencial têm direcionado a atuação de gestores escolares na organização da escola pública municipal de São Luís/MA durante o período de calamidade pública da covid-19.

Portanto, os documentos aqui analisados remetem-se as determinações norteadoras da gestão educacional estadual e municipal à gestão escolar da rede pública municipal ludovicense durante o estado de calamidade pública. Tais documentos integram o acervo que irá compor o Repositório Digital Gestão Educacional e Escolar em Tempos de Pandemia (GEEP), proposta de Produto Técnico Tecnológico da pesquisa a qual este estudo emerge. Diante disso, a seção a seguir, apresentará as etapas do percurso metodológico adotado para o desenvolvimento desta análise.

METODOLOGIA

A metodologia não se limita a ação de definir procedimentos a serem utilizados na investigação, pois ela evidencia o percurso teórico escolhido pelo

pesquisador na intenção de investigar o objeto de estudo uma vez que ela “é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2004, p. 12). Assim sendo, para o desenvolvimento desta pesquisa, adotou-se a abordagem qualitativa a qual Minayo (2007, p.21) caracteriza como “universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade [...] e dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos”.

Em vista disso, o aporte teórico que embasa este estudo, fundamenta-se nas proposições de Penin (2001) e Peres (2021), no intuito de discutir a relação dinâmica entre escola e sociedade diante das constantes mudanças que interferem na organização escolar e nas atribuições designadas seus gestores. A partir destes princípios teóricos e metodológicos realizou-se uma análise documental das diretrizes iniciais para retorno às aulas e reorganização do ano letivo (SEMED 2020), do Guia para o Ensino Remoto (SEMED, 2021) e da Resolução CEE/MA Nº 94/2020. Esta análise permitiu “ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009 p. 2).

Importante ressaltar que as reflexões e discussões promovidas por meio da análise proposta, permitiram contextualizar a realidade socioeducacional da rede pública municipal ludovicense, além de percorrer os direcionamentos norteadores dados a gestão escolar para a continuidade do ensino em tempos de pandemia, conforme veremos na seção seguinte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os efeitos do isolamento social e do fechamento das escolas, decorrentes da propagação acelerada da Covid-19 ampliaram a preocupação de gestores educacionais e escolares da capital maranhense, visto que a rede integra a maior parte das escolas de educação básica do estado. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira a rede conta no período 2020 com 1.744 (mil setecentos e quarenta e quatro) escolas, sendo que destas 351 (trezentos e cinquenta e uma) constituem a rede pública municipal, na qual 151 (cento e cinquenta e uma) são de Educação Infantil e 200 (duzentas) de Ensino Fundamental anos iniciais e finais (INEP, 2021).

Deste modo, apontamentos realizados pela Secretaria Municipal de Educação de São Luís refletem a realidade socioeducacional da rede e os desafios de gestores educacionais e escolares ao relatar que:

Certamente as crianças não compreenderam o motivo de não poderem ter contato com a professora e demais colegas, outros tiveram definitivamente a pausa na aprendizagem, não tendo nenhum contato com a leitura e escrita, outros passaram a conviver com a falta de alimentação, outros a conviver diariamente com a violência doméstica, enfim muitas são as consequências em decorrência do “fique em casa” ao que se pode questionar: Como resolver tais variantes? Qual a melhor maneira de atender ao estudante no avanço de sua aprendizagem? Seria a intersetorialidade uma via de assistência às famílias? As respostas a esses questionamentos serão construídas durante o processo e de forma coletiva, uma vez que o país se encontra na curva crescente de contaminação (SEMED, 2020, p.06).

Considerar as variantes apontadas pela SEMED é o primeiro passo para entender a proporção dos desafios que a pandemia impôs a gestores escolares da rede municipal de São Luís. Isto, pois, sua atuação está diretamente condicionada a questões pedagógicas e administrativas afetadas pela realidade socioeconômica, fortemente impactadas pelo agravamento da crise financeira, e por sua vez demandam diferentes atenções e formas de organização.

Com o agravamento do cenário pandêmico, o Conselho Estadual de Educação do Maranhão por meio da Resolução Nº 94/2020, informa a prioridade no cumprimento do calendário escolar. Com base nas 800 (oitocentas) horas previstas no artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96 (LDBEN), esta resolução orienta os gestores escolares a:

- I. adotar providências que minimizem os impactos na aprendizagem dos estudantes com a suspensão das aulas presenciais;
- II. realizar o planejamento e organização de um plano de atividades curriculares, contendo metodologia, materiais didáticos, recursos disponíveis aos alunos/famílias, acompanhamento e avaliações,

atendendo as especificidades de cada segmento escolar em consonância com a proposta pedagógica;

- III. zelar pelo registro e arquivamento das atividades contidas no inciso anterior, a fim de que possam ser comprovadas e compor carga horária escolar obrigatória.
- IV. divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;
- V. assegurar que os objetivos educacionais de aprendizagem previstos nos planos de ensino de cada componente, sejam alcançados até o final do período em que permanecer a situação de emergência [...]
- VI. utilizar os recursos oferecidos pelas tecnologias de informação e comunicação com materiais específicos para cada componente curricular, de acordo com a etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento[...]
- VII. computar, na carga horária escolar obrigatória, as atividades programadas não-presenciais (RESOLUÇÃO CEE/MA N° 94/2020, p. 3-4).

Em nenhum momento, em especial no Brasil, os cursos de formação docente, de atualização e pós-graduação imaginaram desenvolver habilidades e conhecimentos para atuação profissional em época de pandemia (PERES, 2020 p. 24). Então, talvez caiba ressaltar, que o ensino emergencial possui uma organização e planejamento peculiar que se compõem por meio de características distintas de qualquer outro formato de ensino ofertado na educação brasileira e que por isso, deve considerar a realidade de cada rede e conseqüentemente de cada escola em suas particularidades, uma vez que este cenário exige a gestores que encaminhem ações, requerendo inovação a curto prazo diante de sua complexidade e reconfiguração no modo de desenvolver as aulas.

Em vista disso, por meio do Art. 3º da Resolução nº 94/2020, o Conselho Estadual do Maranhão, dispõe que para atender situações diferenciadas que podem ocorrer, a reorganização do calendário escolar fica sob a responsabilidade das respectivas Secretarias de Educação de cada rede

de ensino. Assim sendo, a Secretaria Municipal de Educação de São Luís elaborou as Diretrizes Iniciais para Retorno e Reorganização do ano letivo de 2020 com base em um formato de aulas não presenciais. Isso evidenciou amplamente a exclusão social, pois muitos estudantes não tiveram acesso as ferramentas digitais e muitas escolas da rede não estavam preparadas para atender as exigências e demandas do formato de ensino adotado.

Deste modo, visando minimizar os impactos na aprendizagem dos estudantes, e garantir a “equidade e qualidade da educação, no cumprimento do calendário escolar” (Resolução CEE/MA nº 94/2020, Art. 2º), a Semed, por meio do Guia para o ensino Remoto 2021, adotou a proposta de *curriculum continuum* orientando os gestores escolares a elaborar o calendário letivo de 2021, incorporando as “236 horas do ano letivo de 2020, acrescida das 800 horas para 2021” (SEMED, 2021, p.19), visto que muitas escolas da rede permaneceram fechadas, sem vínculo com os alunos, necessitando de um processo de intervenção estrutural adequado aos protocolos de biossegurança para gradativamente retomar as aulas presenciais no ano letivo de 2022.

Sobre a efetivação do *Curriculum Continuum* como medida que visa minimizar o déficit na aprendizagem e a progressão dos conhecimentos, a Secretaria Municipal de Educação de São Luís ainda esclarece que:

A implementação do Continuum Curricular 2020-2021, está baseada na Matriz Curricular da Rede, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, adaptando-a para inclusão, no ano letivo 2021, da pendência de 236 horas referentes ao déficit do 4º(quarto) período do ano letivo 2020, que a Semed assumiu o compromisso de assegurar (SEMED, 2021, p.30).

Ressalta-se que em menos de dois anos de pandemia a Semed foi direcionada por cinco secretários de educação, sendo dois deles, Moacir Feitosa e José Cursino no início da pandemia na gestão de Edvaldo Holanda e após as eleições de 2020, na gestão Eduardo Braide, tomaram posse a professora Esmênia Miranda, Marcos Moura e Caroline Salgado.

Embora tenha ocorrido uma constante mudança no secretariado da Semed, com base nas análises propostas, foi possível observar a continuidade nos encaminhamentos das ações a serem implementadas na esfera do

planejamento e organização da rede de ensino. Ou seja, de uma gestão para outra tentou-se priorizou-se a efetivação das mesmas ações, visto que o documento com diretrizes iniciais para retorno às aulas e reorganização do ano letivo de 2020 que trazia orientações a gestores escolares foi atualizado na gestão da secretária Esmênia Miranda e apresentado a comunidade escolar por meio de um Guia para o Ensino Remoto 2021.

O Guia contempla orientações a gestores escolares da rede pública municipal de São Luís com base em três macro ações que englobam o ensino remoto: estruturação das condições para a implementação, formação dos profissionais e a efetivação com as crianças e os estudantes (SEMED, 2021, p. 06).

Dentre as macros ações contempladas no Guia, encontramos a formação de gestores escolares, planejada através de reuniões virtuais que visam a orientação sobre a organização do trabalho remoto, a capacitação sobre ferramentas digitais, acompanhamento e monitoramento das ações de forma online ou presencial (SEMED, 2021, p.12).

A formação de gestores é uma ação de extrema necessidade para que a rotina escolar não presencial possa fluir com êxito, pois suas funções estão voltadas para efetivação das práticas decorrentes do ensino remoto. Neste sentido, os resultados e discussões movidos no tempo deste trabalho não se esgotam, visto que a educação carece de um olhar cauteloso mediante a dinâmica inconstante e latente do cenário pandêmico da Covid-19, nos fazendo refletir e repensar a educação. Com base nesta premissa, apresentaremos na seção a seguir as considerações parciais.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A pesquisa apresenta os direcionamentos do Conselho Estadual do Maranhão e da Secretaria Municipal de Educação de São Luís que norteiam as atribuições de gestores escolares na reorganização do calendário letivo dos anos de 2020 e 2021. Dessa forma, os documentos analisados revelam como a dinâmica complexa do contexto pandêmico tensiona e afeta a rotina escolar, apresentando as alternativas adotadas pela rede de ensino após o fechamento das escolas para garantir a continuidade das aulas.

No que se refere ao planejamento de ações e cumprimento das determinações que orientam o desenvolvimento de atividades curriculares e reorganização do calendário letivo deliberado pela resolução CEE/MA nº 94/2020, a Semed orientou os gestores escolares da rede, a reorganizarem o calendário letivo com base em um formato de ensino remoto com ou sem o uso de tecnologias para o ano letivo de 2020 para o cumprimento a carga horária mínima de 800h.

Com base na análise comparativa dos documentos da Semed, foi possível observar que apesar da constante troca de secretariado, houve encaminhamentos nas ações que integram reorganização do calendário com base em estratégias que visam a continuidade das aulas em formato não presencial. Todavia a proposta de *curriculum continuum* integrada ao calendário letivo de 2021, considera apenas a carga horária que antecede o início da pandemia evidenciando desta forma que a rede não conseguiu o êxito esperado na efetivação das ações que contemplavam o calendário letivo de 2020 reelaborado a partir de uma proposta remota.

Embora a análise dos documentos atenda aos objetivos propostos nesta pesquisa, somente um estudo detalhado sobre os desdobramentos da gestão escolar mediante a materialização de tais diretrizes normativas no cotidiano da escola poderão revelar a amplitude dos desafios enfrentados pelos seus gestores escolares.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2020. Brasília: Inep, 2021. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> . Acesso em: 12 de ago. de 2021.

MARANHÃO. Resolução CEE/MA nº 94/2020, fixa orientações para o desenvolvimento de atividades curriculares e a reorganização dos calendários escolares, excepcionalmente, enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao novo coronavírus- Covid-19, para as instituições integrantes do Sistema Estadual de ensino do Maranhão, e dá outras providências. Disponível em: http://conselhodeeducacao.ma.gov.br/files/2019/10/RESOLU%C3%87%C3%83O-CEE-MA-94_2020.pdf Acesso em: 17 de nov. de 2021.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio da Pesquisa Social**. 26ª ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2007.

PENIN, S T de S. **Progestão**: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade? Módulo I. Brasília: CONSED- Conselho Nacional de Secretários da Educação, 2001.

PERES, Maria Regina. Novos desafios da gestão escolar e de sala de aula em tempos de pandemia. Revista Administração Educacional, Recife, v.11, n. 1, p. 20-31, jan./jun2020. Disponível: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED/article/view/246089/36575> Acesso em 19 de jul. de 2021.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Rev. Bras. de História & Ciências Sociais. n. I, p. 1-15, jul., 2009.

SEMED. Diretrizes para retorno às aulas e reorganização do ano letivo de 2020. São Luís, Versão preliminar, jun./2020. Disponível em: https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/3022_ultima_versao_diretrizes_de_retorno_as_aulas_-_24.07.20202.pdf. Acesso em: 17 de nov. de 2021.

SEMED. Guia para o Ensino Remoto 2021. São Luís, 2021. Disponível em: https://agenciasaoluís.com.br/midias/midias/4448_guia_para_o_ensino_remoto_semed_2021.pdf Acesso em: 17 de nov. de 2021.

PIBIC EM: contribuições na inserção de egressos na educação superior

Tatyanne Laíssa Sousa dos Santos

Ana Lúcia Cunha Duarte

Kallyne Kafuri Alves

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa investigar, através de um estudo de caso realizado no Instituto Federal do Maranhão – Campus Buriticupu, como o PIBIC - Ensino Médio influencia para que seus egressos sejam inseridos no Ensino Superior. O estudo tem como justificativa fornecer informações sobre a efetividade do PIBIC-EM, mais especificamente quanto à influência do programa na vida acadêmica de seus egressos. Como justificativa pessoal, a escolha do tema explica-se por atuar como professora do IFMA– Campus BTC. A cidade localizada na região oeste do Maranhão possui IDH 0,556 (IBGE, 2010), figurando entre os mais baixos do país e apresenta diversos problemas econômicos, de infraestrutura e de educação, o que ressalta a importância do investimento e incentivo em políticas públicas que aproximem os estudantes de ensino médio ao ensino superior como forma de buscar melhores índices sociais para a região.

O estudo tem como objetivo geral analisar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) no contexto da inserção de egressos na Educação Superior. Como objetivos específicos têm-se: a) Caracterizar as políticas institucionais adotadas pelo IFMA – Campus BTC de incentivo discente e docente ao referido programa de iniciação científica; b) Identificar a taxa de inserção de egressos do PIBIC-EM do Campus BTC na educação superior; c) Investigar as contribuições do PIBIC-EM para a formação científica dos discentes; d) Produzir um guia para orientações e esclarecimentos acerca da pesquisa para discentes do ensino médio

Sabe-se que é cada vez mais imprescindível fomentar a pesquisa e o acesso ao conhecimento científico e tecnológico que priorize o

desenvolvimento dos educandos. Por isso, a relevância da pesquisa traduz-se na possibilidade de fornecer informações aos gestores, bem como aos demais interessados, sobre a efetividade do PIBIC-EM, mais especificamente quanto à influência do programa na vida acadêmica de seus egressos, o que requer pensar na metodologia que desenvolvemos na seção seguinte.

METODOLOGIA

Para o delineamento da pesquisa, propõe-se a elaboração de um estudo de caso, que segundo Severino (2007) é a “pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto análogos, por ele significativamente representativo”. Através desse estudo, pretende-se fornecer informações que podem ser usadas como incentivo para o próprio IFMA-BTC e demais instituições de ensino médio.

Nesse sentido, compreendemos que o levantamento bibliográfico e documental se constitui como uma possibilidade de desenvolver técnicas de coleta de dados. Levando isso em consideração, compreendemos que a análise bibliográfica terá como base, publicações de diversos tipos: dissertações, teses, artigos e livros, enquanto a análise documental envolverá resoluções normativas, Constituição Federal, Lei de Diretrizes Bases da Educação Brasileira (LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

Quanto à abordagem do problema este projeto propõe uma pesquisa quanti-qualitativa, pois investiga fatos observados no período de 2017 a 2021 fazendo uso de dados estatísticos e não estatísticos. Na pesquisa quantitativa, utilizar-se-á dados numéricos dos egressos do PIBIC-EM que serão disponibilizados pela Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa do IFMA. Na pesquisa qualitativa serão analisadas as respostas dos egressos e das autoridades competentes que gerenciam o PIBIC-EM no IFMA – Campus BTC, obtidas através dos questionários que serão aplicados, como também entrevistas com os egressos convidados.

Como universo os egressos do PIBIC-EM do Campus BTC do IFMA. A amostra será do tipo intencional, adotando os seguintes critérios: Para a pesquisa quantitativa propõem-se como amostragem, os dados

numéricos dos egressos do PIBIC-EM pertencentes ao Campus BTC do IFMA que foram bolsistas no período de 2017 a 2021. Para a pesquisa qualitativa, têm-se como amostra os dados qualitativos dos egressos do PIBIC-EM no recorte temporal citado anteriormente, acrescidos das autoridades competentes que gerenciam o PIBIC-EM no Campus BTC, que serão coletados via questionário e entrevistas. Sendo tais, os sujeitos desta pesquisa que aderirem à participação. Pelos dados observados, estima-se entrevistar 12 participantes, de ambos os sexos, na faixa etária de 16 a 20 anos, em média.

Um dos instrumentos de coleta de dados proposto nesta pesquisa são os questionários de modelo semiestruturado, ou seja, com perguntas objetivas e subjetivas, para fins de alcançar os objetivos traçados. As questões objetivas poderão seguir o modelo de escala de *Likert*. Estes serão aplicados com os egressos do PIBIC-EM pertencentes ao quadro discente do Campus BTC, no recorte temporal de 2017 a 2021.

Os dados quantitativos da pesquisa serão analisados através de softwares de análises quantitativas, como *software Microsoft Office Excel* (2010), possibilitando a realização de correlações. Os dados numéricos dos egressos serão solicitados à Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa do IFMA, juntamente com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) que gerencia os dados dos discentes do Campus. Os dados qualitativos, provenientes dos questionários e entrevistas, serão analisados por meio de análise de conteúdo. No conjunto de investimentos realizados ao longo da trajetória da pesquisa foi possível identificar apontamentos interessantes sobre a pesquisa no ensino médio, tratamos deles no tópico seguinte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o ano de 2021, com as contribuições das disciplinas e, principalmente, das orientadoras, nota-se uma evolução e algumas mudanças no processo de desenvolvimento da pesquisa. A partir dos estudos empreendidos, foi possível perceber vários pontos de reflexões sobre o objeto de estudo. No que se refere ao estudo teórico, foi possível compreender melhor como a pesquisa é tratada pelas legislações vigentes. A

CF, por exemplo, diz no artigo 218 que “o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.”

Em relação à coleta de dados, a pesquisadora iniciou de forma preliminar conversas com a representante do Departamento de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFMA-BTC e alguns professores que participam do programa para captar informações acerca de editais, alunos, bolsas e participação dos alunos no PIBIC-EM. Através dessas conversas, percebeu-se que os alunos participantes costumam manter vínculo com a instituição e/ou com os professores orientadores e, com isso, foi observada a viabilidade da aplicação dos questionários com os mesmos.

Com o levantamento de teóricos, podemos compreender a importância das políticas públicas no âmbito educacional. Cury (2007) ressalta que, a educação escolar em nosso país, desde a independência, esteve de alguma maneira ligada às políticas públicas desde que se considerem essas últimas, entre outras coisas, como alguma forma de intervenção estatal na oferta e proteção de determinados direitos da cidadania, sendo essa uma conjuntura que persiste até os dias atuais no Brasil. Sendo assim, passamos às considerações parciais, que reúnem os apontamentos possíveis a partir da pesquisa em desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS OU FINAIS

Por meio dos aprendizados e avanços obtidos do início do Programa de Pós Graduação em Educação até o presente, busca-se ao longo dos próximos meses avançar na escrita do texto fundamentados na bibliografia e documentos estudados até o momento, bem como os que ainda serão conhecidos e possuam relevância com o estudo. Além disso, a produção de dados será executada com os discentes egressos do PIBIC-EM do IFMA-BTC e, conseqüentemente, os resultados obtidos através deste estudo. Alguns alunos que participaram do programa nos primeiros anos de ensino médio, ainda possuem vínculo com a instituição, o que facilita o contato da pesquisadora. Os que não possuem mais contato será necessário buscar através de contatos telefônicos, *e-mail*, redes sociais presentes no banco de

dados de alunos e, até mesmo, com professores orientadores e coordenadores, processo já articulado junto à instituição.

Para a construção da proposta de produto técnico tecnológico, levou-se em consideração as leituras bibliográfica e documental sobre o assunto, bem como a partir do conhecimento empírico da realidade do PIBIC-EM no campus BTC por parte da pesquisadora. Através de uma investigação informal no campus, observou-se que dentre os problemas identificados pelos docentes destacam-se aqueles relacionados à introdução à ciência e à pesquisa. A partir disso, compreende-se que o presente projeto tem como proposta a apresentação de um guia que forneça informações para os alunos durante a vigência da bolsa, esclarecendo dúvidas que permeiam o âmbito da pesquisa, buscando assim, intensificar o interesse desses alunos no prosseguimento dos estudos e conseqüentemente sua inserção na ES visando a educação continuada e o desenvolvimento de um processo de gestão acolhedor –aos estudantes e professores, baseados nos princípios de ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

CURY, C.R.J. **Estado e Políticas de Financiamento da Educação**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 831-855, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 01 de dez, 2020.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/buriticupu/pesquisa/37/30255>> Acesso em: 30 de nov. de 2021.

A PRÁTICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: um estudo em uma escola pública municipal de São Luís – MA

Paulo Ricardo Amaral Oliveira
Albiane Oliveira Gomes

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa tratar sobre a gestão democrática, mas especificamente sobre a interferência que o Projeto Político Pedagógico – PPP adquire nesse processo. Desta maneira, pontua-se as seguintes questões norteadoras: qual a relação do Projeto Político Pedagógico com a gestão democrática na escola? Como professores, estudantes e pais percebem a construção do PPP da sua escola? Quais os desafios enfrentados pelos gestores escolares durante a construção do Projeto Político Pedagógico?

Nesta mesma linha, define-se os objetivos da pesquisa, sendo o principal analisar o processo de construção do PPP de uma escola municipal em São Luís, identificando as atribuições da gestão escolar para sua materialidade. Por conseguinte, destaca-se os objetivos específicos, tais quais: a) conhecer os fundamentos filosóficos e políticos educacionais que motivaram a legislação acerca da criação dos Projetos Políticos Pedagógicos nas escolas brasileiras a partir da década de 1990; b) apresentar as concepções de gestão que fundamentam a materialidade dos Projetos Políticos Pedagógicos, tendo como critério a participação; c) discutir as principais atribuições dos sujeitos escolares, em especial a gestão da escola nas construções dos Projetos Políticos Pedagógicos nas escolas pesquisadas; d) identificar os possíveis desafios enfrentados pela gestão escolar na construção do Projeto Político Pedagógico nas escolas pesquisadas; e) produzir um ebook para auxiliar gestores nas discussões teóricas-metodológicas na construção do Projeto Político Pedagógico.

METODOLOGIA

Este estudo será construído por meio de uma abordagem qualitativa dos fatos observados e construídos no decorrer do mesmo, sendo que Minayo (2007) coloca que essa abordagem se preocupa “[...] com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (p.21). Conforme a opção pela abordagem qualitativa, é possível definir o nível da pesquisa, utilizando-se de Godoy (1995), ao pontuar que “a pesquisa qualitativa é descritiva” (p.62),

Além do nível descritivo, utiliza-se de Gil (2008) pois o autor propõe que “uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado” (p.28-29). Desta forma, têm-se uma ação descritiva em um primeiro momento que possibilitará uma análise explicativa em um segundo momento.

Define-se também nesta pesquisa o paradigma epistemológico ou método que a pesquisa utilizará, conforme o arcabouço teórico consultado entende-se que o indutivo é o mais apropriado para a pesquisa, tendo em vista sua relação bastante estreita com a abordagem qualitativa. Godoy (1995) afirma que “quando um pesquisador, de orientação qualitativa, planeja desenvolver algum tipo de teoria sobre o que está estudando, constrói o quadro teórico aos poucos, à medida que coleta os dados e os examina” (p.63).

Nesse sentido, a pesquisa será realizada em uma escola da rede pública municipal de São Luís, capital do Maranhão, e utilizar-se-á instrumentos bibliográficos, além de instrumentos de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas e questionários que abrangerão cinco públicos específicos (gestores, coordenadores, professores, pais e alunos das instituições). O público ora definido possibilitará a verificação dos anseios elencados na investigação.

Por fim, reforçar-se que a contribuição da pesquisa se dará por meio da construção de um E-book, intitulado “A INTERRELAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP NA PRÁTICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: participação e democratização na escola pública”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento, desta forma, os respectivos resultados compõem expressamente das afirmativas que a construção teórica produzida até o momento propõe. O primeiro ponto verificado é a correlação intrínseca da lógica capitalista na prática da gestão das escolas (em especial a escola pública que é o recorte estudado). Essa afirmativa pode ser comprovada por Dabrach e Dabrach (2010) ao pontuarem que ela é “influenciada pela lógica capitalista através das teorias da Administração Geral” (p.1).

A ideia básica por detrás da aplicabilidade dos conceitos da administração de empresas nas escolas é sintetizada por Rosar (2012) ao argumentar “[...] que as organizações, apesar de terem objetivos diferentes, são semelhantes e, por isso, têm estruturas similares, podendo ser administradas segundo os mesmos princípios [...]” (p.64). Paro (1998) analisa esse pensamento conforme a premissa de que “basta a introdução de técnicas sofisticadas de gerência próprias da empresa comercial, aliada a treinamentos intensivos dos diretores e demais servidores das escolas para se resolverem todos os problemas da educação escolar” (p.5). Apesar de objetos ou práticas parecidas, cabe evidenciar que a gestão democrática e a administração empresarial são objetos plenamente diferentes, tanto em sua feitura, como em sua aplicabilidade prática.

A proposição acima nos leva para o segundo ponto a ser analisado, que é o contexto de retomada democrática e sua influência sobre a gestão democrática como conhecemos atualmente. Sobre esse período, Drabach e Mousquer (2009) explicam que ele foi marcado por “[...]lutas em prol da democracia e da cidadania, da consolidação do campo de estudos em nível de pós-graduação no país e a influência da literatura sociológica com base marxista” (p.271). Nesta linha, conceitos como democracia, cidadania, participação, autonomia e outros, adquirem uma necessidade de inserção na literatura educacional. Analisando esse ponto, Carneiro (2015) discorre que “[...] calcaram a ideia de educação como direito de todos (direito social) e, portanto, deveria ser universal, gratuita, democrática, comunitária e de elevado padrão de qualidade” (p.33).

Conforme os pontos evidenciados anteriormente, molda-se o terceiro

ponto observado na pesquisa, que surge da síntese dos dois anteriores, que seria a necessidade de mecanismos que promovam a participação. Desse modo, o Projeto Político Pedagógico – PPP é um instrumento expressamente relevante, pois traduz a participação dos sujeitos da escola, ao mesmo tempo que instrumentaliza os participantes sobre demandas educacionais históricas. Essa análise vai na direção do que Drabach e Mousquer (2009) assinalam: “a descentralização e participação dos cidadãos nas instituições sociais faz parte dos instrumentos necessários para o alcance da desejada democracia e emancipação humana” (p.280). Assim, pois, o PPP da escola possibilita a consolidação ou aproximação de uma gestão mais autêntica e autônoma da escola, ao mesmo tempo que produz um contexto participativo e democrática.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Conforme os resultados apresentados acima, a presente pesquisa ainda encontra-se em fase de desenvolvimento das seções teóricas. Nesse sentido, as análises evidenciaram que a influência do capitalismo sobre a gestão escolar, o desenvolvimento do campo de estudo da administração em 1930 e da gestão democrática em 1980, e a influência do contexto de redemocratização na consolidação da ideia de participação no contexto escolar, demonstram que o Projeto Político Pedagógico pode construir o engajamento e a instrumentalização dos sujeitos da escola, principalmente a partir de 1990.

Diante do exposto, retomando-se a introdução do trabalho, verifica-se a consolidação dos três primeiros objetivos delineados neste trabalho: o conhecimento dos fundamentos que motivaram a criação dos PPP's, as concepções e ideias sobre gestão democrática e as principais atribuições dos sujeitos escolares na construção dos PPP's.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo**. 23. Ed. revista e ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

DRABACH, N. P.; MOUSQUER, M. E. L. **Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades**. Currículo sem Fronteiras, v. 9, n. 2, p. 258-285, jul. 2009.

_____, N.P; DRABACH; N.P. **A resignificação dos mecanismos de gestão escolar democrática e suas implicações para o trabalho docente**. Rev. on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, SP, Brasil, n.8, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de administração de empresas. São Paulo, v.35, n.2, p. 57-63. 1995.

MINAYO, M. C. de Souza. **O desafio da pesquisa social**. IN: DESLANDES, Suely Ferreira. MINAYO, Maria Cecília de Souza. (organizadora). Pesquisa social: teoria, método e criatividade, 26. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PARO. Vitor Henrique. A escola cidadã no contexto da globalização. **In: A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 300-307.

ROSAR, Maria de Fatima Felix. **Administração escolar: um problema educativo ou empresarial?** 5. ed. Campinas, Autores Associados, 2012.

SOBRE O *E-BOOK*

Este *e-book* reúne resumos expandidos que sintetizam as pesquisas desenvolvidas por estudantes do Programa de Pós-graduação em Educação Mestrado Profissional da Universidade Estadual do Maranhão. No conjunto, informam temas relativos às atividades desenvolvidas por estudantes no contexto da educação brasileira apresentados no “III Seminário de pesquisa do Ppge-Uema e III Colóquio do GESTA” e materializam os resumos apresentados, discutidos e enviados ao evento. Considerando isso, acreditamos que a obra se constitui como uma materialidade das abordagens e pesquisas em andamento na Linha de Gestão Educacional e Escolar. Nesse sentido, esperamos que a obra mobilize reflexões em diferentes contextos educacionais, podendo mobilizar pesquisas, políticas e reflexões sobre os assuntos em questão, contribuindo para alavancar a educação brasileira.

